



*Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política*

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Orçamento Participativo: Vetor da democracia participativa? Uma análise da conjuntura atual**

Aluno: **Especialista Daniel Pozzebon Stock**

Orientador: **Professor Doutor Dávide Carbonai**

São Borja - 2013

**DANIEL POZZEBON STOCK**

**Orçamento Participativo: Vetor da democracia participativa? Uma análise da conjuntura atual**

Volume: VOLUME I

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, *campus* São Borja, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel.

Orientador: Professor Doutor Davide Carbonai

São Borja  
2013

**DANIEL POZZEBON STOCK**

**Orçamento Participativo: Vetor da democracia participativa? Uma análise da conjuntura atual**

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, *campus* São Borja, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel.

Área de Concentração: Políticas Públicas

Monografia defendida e aprovada em: 23 de maio de 2013.

Banca examinadora:

---

Prof. Doutor Dávide Carbonai  
Orientador  
Ciências Sociais – Ciência Política – UNIPAMPA

---

Prof. Doutor Ronaldo Bernardino Colvero  
Ciências Sociais – Ciência Política - UNIPAMPA

---

Prof. Mestre Édison Paniágua  
Ciências Sociais – Ciência Política – UNIPAMPA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus familiares, amigos e colegas de academia, maiores incentivadores e fontes inesgotáveis de apoio, amor e compreensão, mas, de forma muito especial àqueles que contribuem para desenvolvimento das pessoas através da ampliação das possibilidades de escolha e do estímulo de suas performances e potencialidades. Sabemos que somente através da formação de capital humano e do desenvolvimento de recursos humanos atingiremos os benefícios do crescimento econômico.



## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Davide Carbonai pela orientação, compreensão, apoio, amizade e, é claro tradução dos textos para que eu realizasse o presente trabalho de conclusão de curso.

Aos demais professores, minha gratidão pela forma de conduzir o curso em todas as etapas.

A todos os colegas de curso pelo convívio e pelos momentos de amizade.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

*“O poder político é em muitos aspectos muito mais limitado do que o poder financeiro ou mesmo o poder físico (...). As pessoas que decidem sobre o orçamento não se beneficiam pessoalmente com ele, mas suas decisões possuem um amplo significado interpessoal que falta à atividade financeira privada. Elas podem achar que estão deixando suas pegadas na areia do tempo de maneira muito mais definida e em uma escala muito maior do que se estivessem apenas cultivando seus próprios jardins.”*

*John Randolph Lucas*

## RESUMO

O presente trabalho pretende fazer uma análise conjuntural do Processo de Participação Popular, no que concerne a construção do orçamento público, no Estado do Rio Grande do Sul, através do contato dos cidadãos com as democracias direta, participativa, agregativa e discursiva, quando do processo de eleição de demandas e prioridades. Enfoca a possibilidade da gestão dos recursos orçamentários pela sociedade civil e seus desdobramentos dentro do contexto no qual é apresentado.

O trabalho busca saber se o processo é, realmente, democrático; se a dinâmica do processo é compreendido pela população; se o número de atores aumenta, renova, ou diminui ao longo da existência do mecanismo; se a participação produz bens públicos, se a população confia (ou não), no sistema; se há fortalecimento ou enfraquecimento do sistema partidário em razão da abertura desse espaço; se o processo tem um fim social ou a sua finalidade é legitimar ações de governo, e, principalmente, a quem beneficia (se é que beneficia).

Na introdução, com base na literatura e sites que tratam do assunto, procuramos traçar um panorama geral do Orçamento Participativo; no capítulo um (1) sistematizamos orçamento público tradicional e orçamento participativo e suas implantações no Brasil, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e na cidade de São Borja. Logo adiante trabalhamos a questão da metodologia e análise dos dados coletado e, nas considerações finais, ousamos expor a nossa ideia pessoal da realidade que o trabalho nos demonstrou.

Palavras-chave: Orçamento Público, Orçamento Participativo, Processo de participação popular, Democracia Participativa.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo el análisis del proceso cíclico de Participación Popular, en relación con la construcción del presupuesto público en el estado de Rio Grande do Sul, a través del contacto con los ciudadanos de las democracias directa, participativa, de agregación y discursiva, cuando el proceso Elección de las demandas y prioridades. Se centra en la posibilidad de la gestión de los recursos presupuestarios de la sociedad civil y su desarrollo en el contexto en que aparece.

El trabajo busca conocer si el proceso es realmente democrático si la dinámica del proceso que se entiende por la población, el número de actores aumenta, renueva o disminuye a lo largo de la vida del motor si la participación produce bienes públicos, los Populares crean (o no), en el sistema, si no es el fortalecimiento o el debilitamiento del sistema de partidos, como resultado de la apertura de este espacio si el proceso tiene un fin social y su propósito es legitimar las acciones de gobierno, y en especial a aquellos que reciben (si se beneficia). En la introducción, a partir de la bibliografía y sitios web que tratan el tema, se traza un panorama general del Presupuesto Participativo, en el capítulo uno (1) Presupuesto sistematizar presupuesto tradicional y participativo público y sus despliegues en Brasil, en la ciudad de Porto Alegre, en el estado Rio Grande do Sul y São Borja. Más allá de la cuestión de la metodología de trabajo y el análisis de los datos recogidos y, en las consideraciones finales, que se atreven a exponer nuestro punto de vista personal el hecho de que el trabajo nos ha mostrado.

Palabras clave: Presupuesto Público, Presupuesto Participativo de la participación ciudadana, la democracia participativa.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ORÇAMENTO PÚBLICO TRADICIONAL E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO .....	15
2.1 O que é orçamento público.....	15
2.2 O que é Orçamento Participativo.....	16
2.3 O Orçamento Participativo no Brasil .....	18
2.4 O Orçamento Participativo em Porto Alegre.....	19
2.5 O Orçamento Participativo em São Borja .....	21
3 METODOLOGIA DE PESQUISA: COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	23
3.1 O questionário .....	25
3.2 Resposta à questão 1 .....	26
3.3 Resposta às questões 2; 3 e 4.....	29
3.4 Resposta à questão 6.....	31
3.5 Resposta às questões 7; 8 e 9.....	31
3.6 Análise documental .....	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
5 REFERÊNCIAS .....	37
6 APÊNDICE – Formulário de Pesquisa.....	41
7 ANEXOS .....	42

## 1 INTRODUÇÃO

No texto “*da cidade à nação? A democracia participativa e a esquerda latino-americana*”, o cientista político norte-americano Benjamin Goldfrank, citando Kenneth Roberts informa que:

os partidos políticos da esquerda, na América do Sul, transformaram-se ideologicamente e, ao invés de negar a importância das instituições democráticas como costumavam fazer no passado, começaram a repensar a democracia e fizeram de seu “aprofundamento” ou “radicalização” a sua principal meta (ROBERTS, 1998).

Goldfrank aponta que o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, a Esquerda Unida (IU) no Peru, a Frente Ampla (FA) no Uruguai e a Causa Radical (LCR) na Venezuela, propuseram como mecanismo-chave para alcançar uma democracia mais profunda a participação popular direta na tomada de decisões do governo (CHAVEZ e GOLDFRANK, 2004).

Decorrente dessa estratégia “as esquerdas” implementaram, então, políticas no sentido de oportunizarem uma participação mais efetiva da população nos governos locais; no Brasil, destacou-se o orçamento participativo que, apesar das controvérsias, entende-se que tenha sido “criado” pelo Partido dos Trabalhadores e que, dada a magnitude alcançada, foi absorvido por vários gestores públicos, inclusive de outras nacionalidades.

Orçamento Participativo chegou a ser adotado como modelo de “boas práticas” e “boa governança” por organizações internacionais de prestígio, como o Banco Mundial e as Nações Unidas, que o recomendaram como forma de promoção de justiça social, responsabilidade e transparência (NUNES, 2011).

Antes do aparecimento do paradigma utilizávamos quatro métodos (Orçamento Programa, Orçamento Gerencial, Orçamento Tradicional e Orçamento Adaptativo), e sete tipos orçamentários bem definidos (Desempenho, Planejamento, Programa e Sistema; Racionalização de Escolhas; Gerenciamento de Objetivos; Orçamento Base Zero; Lei de meios e, finalmente, Sequestro), e após, um quinto método que mescla o “orçamento gerencial” com o “orçamento programa” (SANCHES, 2004).

A “nova ordem”, modifica, e muito, o método e modelo de gestão pública, eis que, pressupõe a participação efetiva do cidadão, pois, o Orçamento Participativo é, ou deveria ser, um processo pelo qual a população decidiria, de forma direta, a aplicação dos recursos em

obras e serviços que seriam, ou deveriam ser, executados pela administração pública municipal (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2013); levando-se em consideração as políticas e públicas e os programas de governo nos seus mais variados níveis de prioridades.

Esse processo híbrido começa com a realização de reuniões preparatórias onde os administradores públicos prestam contas dos programas e projetos levados a efeito no exercício anterior e apresentam o plano de investimento para o ano seguinte, submetendo-o à apreciação pública a fim de proporcionar a participação da população, de forma direta, na eleição das prioridades para o ente público - município, estado e país - (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2013).

Muito embora na década de 1970 algumas prefeituras brasileiras já ensaiavam o acolhimento e participação da população na elaboração dos programas orçamentários e planos plurianuais de investimentos (WIKIPEDIA, 2012)<sup>1</sup>, foi no ano de 1989, quando o ex-prefeito da cidade de Porto Alegre, Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores, lançou, de forma oficial e com certa estruturação o mecanismo que, segundo especialistas no assunto, garantiram ao Partido dos Trabalhadores dezesseis anos, ininterruptos, de administração pública municipal na capital do Rio Grande do Sul (WIKIPEDIA, 2012).

Visto como uma resposta das “minorias”<sup>2</sup>, às elites, o Orçamento Participativo é ou deveria ser, então, sob essa ótica, um processo de (re)democratização da administração pública brasileira, contrariando o pensamento dos conservadores, cuja vontade era substituir a democracia representativa e multipartidária pela dominação de um partido único por meio de uma relação direta entre o Executivo e as massas (NYLEN, 2003).

De qualquer forma, o processo decisório da elaboração orçamentária passara, então, para as mãos da sociedade civil e transformara o executivo e o legislativo em co-participantes desse processo.

Todavia, em que pese esse mecanismo conter, na sua essência, o viés participativo ou deliberativo de segmentos da população civil sobre a administração pública e que, por isso, faz avançar o processo democrático, onde o cidadão vai além da simples escolha dos seus representantes, necessariamente e antes de tudo, era preciso um processo de conscientização e disseminação do conhecimento, posto que, tanto no início quanto atualmente, o que se faz

---

<sup>1</sup> As experiências citadas na maioria das publicações e pesquisas sobre o tema como tendo sido as pioneiras são as da Prefeitura de Vila Velha no Espírito Santo e a de Lages, no Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> O termo minoria diz respeito a determinado grupo humano ou social que esteja em inferioridade numérica ou em situação de subordinação socioeconômica, política ou cultural, em relação a outro grupo, que é majoritário ou dominante em uma dada sociedade. Uma minoria pode ser étnica, religiosa, linguística, de gênero, idade, condição física ou psíquica.

necessário é uma (re)democratização na educação (SILBERSCHNEIDER, 2005).

Silberschneider vai além, para o autor:

esse modelo de democracia participativa reclama conhecimento, cultura e saber de parte dos seus atores para que a deliberação (essência da participação), possa ser aquela que melhor e realmente expresse o sentimento e o desejo do participante e, sem sombra de dúvidas, para que esse processo de participação popular atinja o resultado justificador da sua implantação e exportação, antes de qualquer outra medida, é preciso que os governos invistam pesado em transferência de conhecimento, transparência e por que não dizer, em responsabilidade social.

No momento em que se busca colocar o cidadão em contato com o orçamento público, suas metas e objetivos, é preciso fazer mais. Precisamos, sim, entender todas as fases de elaboração de projetos e propostas orçamentárias, ter conhecimento mínimo e compreensão de leis federais, estaduais e municipais. Precisamos todos saber priorizar prioridades e, mais do que isso, precisamos ter consciência e privilegiar demandas que contemplem regiões abrangentes, de forma a comporem um conjunto de metas e prioridades que estejam inseridas num contexto maior e que, dessa forma possam favorecer uma parcela significativa da sociedade em detrimento do benefício individual e, para isso, é preciso que as plenárias ou rodadas de negociação sejam, tanto quanto possível, qualificadas.

Ainda sob a ótica do Professor Silberschneider:

o que se observa, todavia, é um verdadeiro salve-se quem puder onde uma parcela da sociedade, mobilizada, consegue aprovar um ou outro projeto individual e o restante da população, em número maior, sem acesso ao processo, tem se contentado em cancelar demandas previamente concebidas pela administração.

Ora, um programa eleito pelo banco Mundial como um exemplo bem sucedido de ação comum entre governo e sociedade civil e, pela ONU, como uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo, o Orçamento Participativo carece de efetivo conhecimento e participação da população (WAMPLER, 2008).

O processo que deveria ser dinâmico, versátil, facilitador, ampliador e aprimorador dos debates envolvendo o governo e a sociedade, perdeu o fator mais importante e legitimador: a participação consciente da população. Talvez por isso, os governos (federal, estadual e municipal), de titularidade do Partido do Trabalhadores, tenham “esquecido” ou reduzido o tamanho dessa ferramenta que, no seu surgimento, se transformou no carro chefe



do “*modelo petista de governar*”. Seria um modelo imperfeito, inacabado, ou, quem sabe, um reles mecanismo facilitador da ascensão ao poder?

Em que pesem as verdadeiras razões para a sua criação, entendemos que o processo deva ser revisto, especialmente no critério de seleção dos seus participantes que, a nosso entendimento foi e continua sendo equivocado. Ouso lançar a assertiva em função da experiência própria nos anos de 2002 (Governo Olívio Dutra), e 2003-04 (Governo Germano Rigotto), quando, na condição de Secretário Geral do Conselho Municipal de Desenvolvimento de São Borja – COMUDE-SB<sup>3</sup>, tivemos participação efetiva no Processo de Participação Popular do Estado do Rio Grande do Sul (PPP-RS), nesses três exercícios. Importante notar que, esse processo, hoje possui outras nomenclaturas, tais como: “Consulta Popular” ou, ainda, “Processo de Participação Popular e Cidadã” que, de qualquer forma, são, tão-somente, nomenclaturas diversas para definir a mesma coisa. Particularmente, nesse trabalho, optamos por utilizar Orçamento Participativo e Processo de Participação popular.

Naquela época, já era consenso entre os participantes (tecnicamente chamados de “atores”), que, para que o processo de participação atingisse um resultado plenamente satisfatório, urgia a adoção de mediadas governamentais para fomentar a disseminação e transferência de conhecimento e valorização do cidadão enquanto participante efetivo e, não, simplesmente, como membro consultivo e legitimador de um programa de governo imposto segundo as orientações do partido que detinha o poder.

Defendia-se que o processo deveria ir além da simples oportunidade da participação de uma rodada deliberativa, deveria, também, possibilitar a participação dos atores na elaboração das “demandas”<sup>4</sup>. Mas, não somente isso: o desejo era, também, priorizar a participação dos eleitores em dia para com as suas obrigações e não àqueles que, simplesmente, apresentassem um documento que possibilitasse a identificação do número de registro (Cédula de Identidade), e com esse documento elegeassem ou votassem nas demandas, como se estivessem quites com as obrigações de um cidadão.

Entendia-se que a participação do cidadão nas decisões que modificariam ou não a sua condição, enquanto pessoa, meio ou local da habitabilidade, pressupunha o cumprimento do dever, eis que, essas rodadas deveriam buscar, também, e principalmente, o exercício da

---

<sup>3</sup> Órgão consultivo da Prefeitura Municipal de São Borja que, conjuntamente a órgãos semelhantes de outros 12 municípios da região, formam e dão sustentação ao Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira-Oeste – COREDE-FO.

<sup>4</sup> Nome dado às opções de votos – programas ou projetos orçamentários passíveis de eleição.

cidadania plena<sup>5</sup> e não, somente, a eleição de uma demanda que previsse a construção de uma quadra de esportes em determinada escola ou uma rede de esgotos nesse ou naquele bairro, até por que, demandas dessa natureza são ou, pelo menos, deveriam ser compromisso administrativo de qualquer governo, independentemente da situação econômico-financeira ou da orientação ideológica.

Aliás, apesar o lapso temporal essa máxima persiste até os dias de hoje, conforme poderemos inferir ao longo do trabalho quando tomaremos contato com o resultado da pesquisa de campo que deu origem o tema central desse trabalho.

---

<sup>5</sup> Cidadania (do latim, *civitas*, "cidade") é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve fortemente "ligado" à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (indireto), seja ao concorrer a um cargo público (direto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de Direito, pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que em uma coletividade os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.

## 2 ORÇAMENTO PÚBLICO TRADICIONAL E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Consabido que o orçamento é o mecanismo pelo qual a administração pública, nos seus mais variados níveis e esferas administrativas, leva a efeito o seu programa de governo ou, traduz na prática a forma e método a que veio.

Assim, tomamos a liberdade de, sem pretender esgotar os conceitos, mas, de forma breve e direta, trazer ao leitor algumas considerações acerca dos modelos de orçamento público, que poderíamos denomina-los de tradicionais, vez que, em via de regra, são ou foram utilizados nas mais variadas partes do Mundo e, aquele que é a tônica do nosso trabalho que, antes de mais nada, prevê a participação direta do cidadão, conforme segue:

### 2.1 O que é Orçamento Público

No dizer de Osvaldo Sanches, o orçamento público é:

Documento que prevê as quantias de moeda que, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais relevantes. Usualmente formalizado através de Lei, proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Poder Legislativo na forma definida da Constituição. Instrumento de caráter de instrumento múltiplo: político (realização da política pública), econômico (recursos versus necessidades), programático (planejamento), gerencial (de administração e controle) e financeiro (expressão dos recursos) (SANCHES – 1997).

Ou seja, o orçamento possui um caráter público não só por ser uma lei, mas, também por ser elaborado e aprovado num espaço público, através de discussões e emendas feitas pelo Poder Legislativo.

A publicação “DICAS” do Instituto Pólis<sup>6</sup>, trás no boletim nº. 92 (1997), noções precisas e detalhadas sobre orçamento público, todavia, sem pretender esgotar os estudos e

---

<sup>6</sup> Polis: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, é uma organização-não-governamental de atuação nacional constituída como associação cível sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilizada pública nos âmbitos municipal, estadual e federal. In [http://www3.polis.org.br/o\\_que\\_e\\_o\\_polis.asp](http://www3.polis.org.br/o_que_e_o_polis.asp)

definições, nos permitimos resumir o texto de forma a, pelo menos, proporcionar uma noção simplificada do funcionamento desse instrumento que, particularmente, considero o mais importante mecanismo a serviço da administração pública para buscar e fazer justiça social, conforme segue:

A Constituição Federal de 1988 define três instrumentos integrados para elaboração do orçamento público:

- 1- Plano Plurianual (PPA): prevê as despesas com programas, obras e serviços decorrentes que durem mais de um ano. No primeiro ano de governo o prefeito deve propor as diretrizes, metas e objetivos que, após aprovação, terão vigência nos próximos três anos de sua gestão e no primeiro ano da gestão seguinte. É do PPA que saem as metas para cada ano de gestão.
- 2- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): a partir do PPA, a LDO define as metas e prioridades para o ano seguinte. Essa Lei define, também as regras sobre as mudanças nas leis de impostos, finanças e pessoal, além de estabelecer orientações de como elaborar o orçamento anual.
- 3- Lei Orçamentária Anual (LOA): consiste no orçamento propriamente dito. Contém os programas, projetos e atividades que contemplam as metas e prioridades estabelecidas na LDO, juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento. Dessa forma, define as fontes de receita e autoriza as despesas públicas, expressas em valores, detalhando-as por órgão de governo e por função (DICAS, 1997).

Estas (três) etapas de elaboração do orçamento, previstas na Constituição Federal, inclusive com prazos e regras bem definidas, reclamam a participação da população, pelo menos, nas audiências públicas regularmente previstas.

## **2.2 O que é orçamento participativo**

Iniciamos esse trabalho situando os leitores naquilo que consideramos o mais importante saber: o que é e, principalmente, para que serve o Orçamento Participativo.

Apesar de familiar, é preciso entender alguns aspectos, especialmente em função de que esse processo chamado Orçamento Participativo, hoje alvo de inúmeros estudos e

---

publicações, teve várias experiências em diferentes partes do Mundo, cada uma delas com suas particularidades e peculiaridades. Assim, vejamos algumas definições:

- a) Para Yves Sintomer, Carsten Herzberg, Giovanni Allegretti e Anja Röcke, *“um orçamento participativo contempla a possibilidade de os moradores dos diferentes bairros se encontrarem – possivelmente, através de comissões de delegados”*.
- b) Para Boaventura de Sousa Santos, o OP é a *“democratização da gestão das finanças do município”* [Porto Alegre] *“através da participação da comunidade no processo de planejamento dos investimentos anuais”*.
- c) Para Yves Cabannes, o OP é *“um mecanismo (ou processo) através do qual a população decide, ou contribui para a tomada de decisão sobre o destino de uma parte, ou de todos os recursos públicos disponíveis para um dado território”*.
- d) Já Uribatan de Souza propõe uma definição mais detalhada, segundo o autor, o *“OP é um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde as pessoas podem discutir e decidir sobre o orçamento e as políticas públicas. O cidadão não limita a sua participação ao ato de votar para eleger o poder executivo e o legislativo. Deixa de ser um coadjuvante da política tradicional e passa a ser um protagonista permanente na administração pública”*. Acrescenta: *“o OP é uma forma de democracia participativa, ou seja, uma combinação de elementos de democracia direta ou semidireta com a democracia representativa”*.

As definições são as mais variadas e, embora inseridas umas no contexto das demais, se adequam as mais variadas experiências de cada localidade, pois, certo é que o Orçamento Participativo é, apenas, uma modalidade de processo de participação.

O site português Sistema de Informação sobre Orçamento Participativo – INFO OP<sup>7</sup>, anuncia a existência de 119 experiências de Orçamento Participativo na gestão de recursos, sendo: em Associações e Coletividades “1”; organizações voltadas à Crianças e Jovens “1”; em instituição ou Fundação ligada à Educação e à Habitação “1” em cada; à órgãos

---

<sup>7</sup> Acessível em: [http://www.infoop.org/observ/index.php?module=FMS&func=list&ot=resource\\_type](http://www.infoop.org/observ/index.php?module=FMS&func=list&ot=resource_type).

Inframunicipais e supramunicipais “1” em cada; em Municípios “111”; e, finalmente, em Países “3”, sendo que, dessas experiências, uma delas é na África, “92” na América Central, com predominância na República Dominicana; “16” na América do Sul e “10” na Europa.

Enquanto isso, o Centro de Serviços para os Municípios em Um Só Mundo<sup>8</sup>, em março de 2012, publicou o estudo intitulado “*Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no mundo – um convite à cooperação global*”, no qual identificou a existência, no ano de 2009, de aproximadamente 1469 processos de participação espalhados pelo mundo,

Essas informações, à primeira vista dicotômicas, na verdade elucidam a questão: processos de participação não significam, necessariamente, Orçamento Participativo que, como vimos, pelas definições lançadas anteriormente, vincula, principalmente, população, poder público, espaço e gestão financeira de forma a caracterizar ou configurar a existência de democracia participativa que, pela importância da participação popular, conforme destaca o site da cidade de Porto Alegre (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2013).

o OP manifesta-se, também, de outras formas. Todo ano, representantes de prefeituras brasileiras e estrangeiras, entre estudiosos do mundo inteiro, chegam à Capital com o objetivo de conhecer o OP, falar com lideranças comunitárias e conhecer obras decididas pela população. Muitas dessas prefeituras adotaram a participação popular, como é o caso de Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Motevidéu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC) e Belo Horizonte (MG).

### 2.3 O Orçamento participativo no Brasil

Muito embora, no Brasil, esse processo de participação esteja vinculado naturalmente ao Partido dos Trabalhadores e à cidade de Porto Alegre, por quem e onde foi

---

<sup>8</sup> Órgão voltado ao engajamento global, criado e financiado pelo Ministério Federal Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos e também pelos Estados federados de Baviera, Berlim, Bremen, Hamburgo, Renânia do Norte-Westfália, Renânia-Palatinado, Sarre, Schleswig-Holstein e a cidade de Bona. Outros parceiros cooperantes: o Estado federado de Mecklenburg-Pomerânia Ocidental, o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável, a Associação Germânica das Cidades, a Associação Germânica dos Condados, a Associação Germânica de Vilas e Municípios, a Seção alemã do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, a Câmara de Indústria e Comércio da Turíngia Oriental, a Federação Alemã da Função Pública, a Federação dos Sindicatos Alemães, o Conselho Diocesano da Igreja Católica, a Associação das ONG's Alemãs para o Desenvolvimento, o Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros, o Ministério Federal do Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear, a Plataforma das Redes Regionais Alemãs da *One World* e a Comissão Alemã para a UNESCO.

implementado com maior sucesso; é de domínio público que, tal, no Estado do Rio Grande do Sul, já havia sido experimentado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, através da gestão do ex-prefeito Bernardo de Souza que, em 1982, conforme informa o portal do Partido Popular Socialista, já havia implementado o processo naquele Município. Informa o *site*: “o pioneirismo permitia que cidadãos discutissem e decidissem sobre ações e obras a serem realizadas naquele município”.

Todavia, em que pese o saudosismo à iniciativa do ex-prefeito da cidade gaúcha de Pelotas, a gestão pública com participação popular teve início em momento anterior, pois, na década de 1970, as Prefeituras de Vila Velha no Espírito Santo e a de Lages, no Estado de Santa Catarina, já haviam adotado a estratégia de formulação orçamentária a partir de reuniões com a população, nos bairros, para ouvir diretamente dos interessados as suas necessidades (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, 2013).

De qualquer forma, a iniciativa de grande apelo e satisfação popular acabou sendo adotada pela Administração Municipal Porto-alegrense no ano de 1989, a partir da vitória do Partido dos Trabalhadores – PT, nas eleições de 1988, quando, então, fora eleito o petista Olívio Dutra.

#### **2.4 O orçamento participativo em Porto Alegre - OPPA**

No caso de Porto Alegre, a experiência foi muito bem sucedida, pois, aos olhos da Organização das Nações Unidas - ONU, “o OP é referência para o mundo.[...], a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo” (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2013).

O destaque vai além: “o Banco Mundial reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre Governo e sociedade civil” (idem).

Implantado definitivamente pelo PT na Capital Farroupilha, o OP teve como marco inicial a gestão do ex-prefeito Alceu Colares (1986-1988), do PDT que antecederia Olívio Dutra (1989-1992), e, segundo informa a União das Associações de Moradores de Porto Alegre - UAMPA, a implantação deu-se mais em função do apelo popular e da pressão exercida pela UAMPA do que pela própria vontade do Partido dos Trabalhadores ou do Ex-Prefeito Olívio Dutra.

É que, como dito, desde o ano de 1986, ainda na gestão do Ex-Prefeito Alceu Collares, a UAMPA havia participado de discussões para o planejamento do orçamento

municipal. A diferença, segundo consta, é que na gestão do Partido dos Trabalhadores foi criada a metodologia de participação, ou seja, foi organizada a participação dos cidadãos nas "Plenárias", através do voto nas necessidades ou prioridades, assim entendidas pelos cidadãos, a serem observadas pelo Poder Público Municipal (UAMPA, 2013).

Em contraponto Cesar Beras, em sua tese de doutorado afirma que uma discussão no Diretório do Partido dos Trabalhadores, ocorrida em novembro de 1988, acabou por produzir um documento com o seguinte texto:

A Frente Popular tem a proposta de governar junto com a população através dos Conselho Populares. [...]. Enquanto os Conselhos Populares se organizam a administração da Frente não vai ficar parada. Por isso pensamos um conjunto de medidas que serão implementadas nos primeiros 100 dias de governo" (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT, 1988, citado por BERAS, 2008).

Segundo Beras, o *“objetivo central do novo governo estava nítido para a direção partidária: governar com a população através dos movimentos organizados nos Conselhos”* (BERAS, 2008).

Todavia é inegável que o Partido dos Trabalhadores, bem antes do Diretório Municipal de Porto Alegre, na sua Declaração Política de fundação (1979), afirma o discurso de participação do partido, através da necessidade de...

se conquistar a política como uma atividade própria das massas populares que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também, e principalmente, nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia-a-dia, a construção de uma nova concepção de democracia (CARTA DE PRINCÍPIOS DO PT, 1979, citada por GADOTTI e PEREIRA).

Independentemente de quem esteja com a razão, fato é que, desde os idos de 1989, quando foi “oficialmente” criado, se é que podemos falar assim ou utilizar tal verbo (criação), os responsáveis por administrar Porto Alegre tem referendado o OP que, apesar da idade, se



mantém hígido ao longo do tempo, pois, segundo consta, segue os mesmos passos previstos em seu Regimento Interno desde a sua criação<sup>9</sup>.

## **2.5 O Orçamento participativo em São Borja**

Esse trabalho não teria significado se não contemplasse a realidade local, no caso o Município de São Borja, pois, nossa experiência perpassa pela oportunidade que tivemos quando ocupando Cargo em Comissão vinculado à Secretaria de Planejamento, buscamos de todas as formas, possibilidades e oportunidades captar recursos à administração municipal, sendo que o Orçamento Participativo (PT<sup>10</sup>) e o Processo de Participação Popular (PMDB<sup>11</sup>), tiveram significativa importância nesse processo.

Todavia, para falar da inserção do Município de São Borja no Orçamento Participativo ou no Processo de participação Popular, é necessário, antes, um resgate histórico: o primeiro Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores (1999 a 2002), capitaneado, também, pelo petista Olívio Dutra, implantou no âmbito Estadual o OP-RS, no qual, de forma semelhante à municipal, a população gaúcha passou a decidir o destino que os investimentos deveriam tomar em cada município e em cada região.

Claro que, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, as dificuldades de implantação seriam imensamente maiores e, assim, a fórmula encontrada foi a da regionalização dos espaços; então, foram utilizados, como de fato ocorre até os dias atuais, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES<sup>12</sup>.

Assim, com a colaboração e participação efetiva dos COREDES o Governo estendeu ao Estado aquilo que, em formato menor, havia organizado em nível municipal. As primeiras demandas ou prioridades foram eleitas em Assembleias Públicas Municipais (1999), que, em

---

<sup>9</sup> Para saber mais, visite [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=1](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1)

<sup>10</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>11</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>12</sup> Os COREDES foram implantados no ano de 1994, a partir da Lei 10.283/RS, onde o Estado é dividido em 28 regiões de acordo com as características e os potenciais de desenvolvimento de cada região. Cada COREDE é composto por representantes da sociedade civil organizada, dos poderes públicos (prefeitos dos municípios), e das Instituições de Ensino Superior. Existem atualmente 28 COREDES / REGIÕES (esse número em 2002 passou a ser de 23, com a criação da região denominada Altos da Serra do Botucaraí que, logo após foi extinta). São Borja compõe, ao lado de Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel, o COREDE Fronteira-Oeste.

seguida, no ano de 2000, foram sucedidas, pelas Assembleias Regionais Temáticas de Desenvolvimento – ARTD e por outro mecanismo denominado Plenárias Regionais de Diretrizes – PRD, cujo objetivo era qualificar o público quanto ao diagnóstico de cada região, entre outras atribuições (TOLFO, 2004).

Assim, dessa forma São Borja se inseriu no contexto do Orçamento Participativo do Estado do Rio Grande do Sul, sem que, todavia, tenha experimentado ou se utilizado dessa ferramenta para gerir seu próprio orçamento, entretanto, essa será a tônica da discussão no capítulo seguinte.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA: COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Como no caso da análise de dados, a metodologia das ciências sociais oferece um amplo leque de oportunidades pelo que refere às técnicas de coleta, seja na pesquisa quantitativa que qualitativa.

Neste segundo caso, a entrevista em profundidade, por exemplo, é uma das mais comuns e poderosas maneiras utilizadas nas pesquisas de campo: e tornou-se técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais e nos estudos de caso (FONTANA; FREY, 1994, p. 361).

Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas (TUSINI, 2006, p. 68).

A metodologia utilizada neste trabalho pretende conjugar duas filosofias de coleta de dados: a entrevista em profundidade (típico na análise qualitativa), como observado antes, e o uso de um questionário (típico na análise quantitativa de dados). Ainda que se trate de uma metodologia qualitativa, de fato, os entrevistados respondem às perguntas de um questionário com respostas “abertas”, segundo um roteiro típico das entrevistas semiestruturadas.

Trata-se em outros termos, de uma entrevista semiestruturadas, que utiliza o texto escrito, seja no roteiro das perguntas que nas respostas.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março 2013 foram coletados vinte e oito entrevistas deste tipo (ver apêndice A). O questionário foi entregue pessoalmente ou por *e-mail*. Este tipo de coleta de informações permitiu recolher um número amplo de entrevistas.

É claro que este tipo de abordagem, ao mesmo tempo em que permite alcançar um número maior de entrevistados, de outro, não permite uma interação com os entrevistados e, por isso, não permite aproveitar das oportunidades oferecidas por entrevistas em profundidade.

Considera-se, todavia, que anteriormente, nos meses de abril a dezembro do ano de 2012, já haviam ocorrido várias conversas e encontros informais tanto com alguns entrevistados, quanto outras pessoas que, de uma forma ou de outra já haviam se envolvido

com o processo de implantação, definição ou votação do orçamento participativo em São Borja<sup>13</sup>.

De qualquer forma, a pesquisa envolveu também uma pré-análise dos interlocutores (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992, p.69); principalmente no tocante a “testemunha privilegiada” que, na condição de “informante-chave”, foi fonte de informação fundamental para engajamento das informações prestadas pelos demais entrevistados; tudo em decorrência da profundidade do depoimento objeto, por certo, ao envolvimento direto desse “*expert*” com os aspectos centrais da questão do orçamento participativo em São Borja (ver a Apêndice A).

O uso desse mecanismo (entrevistas) permitiu identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever vários fenômenos, entre eles, a comunicação interna, o comportamento organizacional, a forma de referir ou levantar dados históricos e biográficos, etc..., pelas testemunhas o que, de forma decisiva contribuiu para o aprendizado acadêmico.

Não se buscou saber quantas ou qual a proporção de pessoas que identifica determinado atributo no orçamento participativo, o que se pretendeu, sim, de forma objetiva, foi identificar como as pessoas (conjunto de entrevistados), reconhecem ou percebem o orçamento participativo; por exemplo, se tal, como se propõe, é uma ferramenta de produção de bens públicos; é um processo democrático (democracia participativa), etc...

Notadamente, a abordagem deste tipo é útil para estudos do tipo exploratório, que tratam de conceitos, percepções ou visões para ampliar conceitos sobre a situação analisada.

É uma ferramenta que pode ser empregada para o tipo descritivo, em que o pesquisador busca mapear uma situação ou campo de análise, descrever e focar determinado contexto.

Não é adequada, entretanto, para os estudos do tipo causal, que buscam estabelecer correlações de causa e efeito, o que, não é o caso presente.

Então, partindo dessas premissas, o tipo de metodologia de coleta de dados poderia ser definido como uma pesquisa qualitativa com questões estruturadas, mas, com respostas abertas ou semiabertas, mas, de qualquer forma, indeterminadas.

É uma típica abordagem que pretende utilizar um roteiro preestabelecido, mas na forma do texto escrito, buscando com isso, atingir um número maior de entrevistados (no caso: vinte e oito), e, com isso, obter um conjunto de informações mais amplo, conforme uma filosofia que pretende juntar entre si as entrevistas estruturadas com o as entrevistas

---

<sup>13</sup> Considera-se também que foi realizada uma entrevista em profundidade com uma importante “testemunha privilegiada”, assim considera uma vez que é o atual presidente do Fórum dos COREDES e um dos idealizadores do processo, que permitiu esclarecer alguns aspectos evidenciados nas entrevistas textuais.

semiestruturadas (CORBETTA, 1998, pp. 405-432), a fim de obter uma visão geral sem comprometer entendimentos pontuais e pessoais de cada entrevistado.

### 3.1 O questionário

A ferramenta identificou o sexo, a idade, a escolaridade, a renda e a profissão dos entrevistados, de forma a proporcionar a contextualização das respostas ofertadas aos questionamentos (em número de 9)<sup>14</sup>, e, inclusive, cruzar o dado com outro entrevistado de perfil diferente.

Não menos importante é o tamanho da amostra: 28 entrevistas com cidadãos comuns - quantitativa e, 01 com entrevistado “chave” que, qualitativa (entrevista gravada), proporcionou verificar e complementar as informações trazidas pelas entrevistas quantitativas.

Ao mesmo tempo, a bibliografia e documentos analisados nos possibilitaram uma melhor organização e capacidade de síntese das ideias centrais da pesquisa, de forma que, objetivamente, no item seguinte, ao analisarmos duas entrevistas e uma só questão, podemos identificar uma série de alternativas e respostas.

As variáveis lançadas continham uma série de questionamentos sublineares (democracia; democracia participativa; estruturação de agenda - de baixo para cima (*bottom-up*) - de cima para baixo (*top-down*); se há participação voluntária; se é possível diagnosticar conflito social; de que forma se dá a participação das pessoas (atores) e se pessoas (atores) conhecem, previamente, os resultados do processo; qual a revelação filosófica desse processo; se o processo é de educação política (ou não); se o processo é autônomo ou se é um vértice político a serviço de outros interesses; se o modelo é virtuoso; etc...).

A grande maioria das respostas, em que pese a diferente forma de manifestação (maior ou menos clareza), dão conta da existência de uma desconfiança para com o processo que, diga-se de passagem, foi confirmada pelo Fórum dos COREDES quando da avaliação do

---

<sup>14</sup> 1) Você entende a dinâmica (processo), de construção do processo de participação? 2) Na sua opinião, ao longo da existência da participação popular na gestão e gerência dos recursos e programas governamentais, o “instrumento participativo” tem aumentado, mantido ou diminuído a participação da população no processo decisório? 3) Na sua opinião, o Orçamento Participativo ou o Processo de Participação Popular tem produzido mais bens públicos? 4) Na sua opinião qual é a classe social mais beneficiada com esse processo e qual é a classe social que tem uma participação mais efetiva/eficaz nesse processo? 5) Na sua opinião, esse processo é uma ferramenta de participação política na construção de políticas públicas ou é apenas um processo de legitimação de ações governamentais? 6) Na sua opinião, esse processo enfraquece ou potencializa o sistema partidário? 7) Na sua opinião, a desconfiança social (se é que ela existe), enfraquece ou fortalece o processo de participação popular? 8) Na sua opinião, o processo de participação tem uma função social ou é um instrumento político a serviço do poder? E , 9) Na sua opinião, há renovação de atores, ou não? Por que?

processo de participação com vistas ao orçamento de 2013, conforme poderemos observar a seguir.

### **3.2 Resposta à questão 01**

Exemplificativamente analisamos a questão número 01 que, ao ser respondida por entrevistados com perfil semelhante, após acurada análise, revelou, em suma, a realidade fática:

Questão número 01: Você entende a dinâmica (processo), de construção do processo de participação?

- a. Entrevistado número 5: homem, na faixa de 31 à 40 anos de idade, pós-graduado, profissão advogado (auto definido como pouco atuante).
- b. Entrevistado número 16: mulher, na faixa de 31 à 40 anos de idade, pós-graduada, Empresária.
- c. Respostas: ambas as respostas foram no sentido de que esse processo está a serviço dos interesses políticos.

Interessante notar que esses mesmos entrevistados, cuja diferença básica é o sexo (gênero), responderam que:

- a) Entrevistado número 5: Tinha pouco conhecimento ou pouco entendia da dinâmica (processo), de construção do processo de participação;
- b) Entrevistado número 16: que tinha pleno conhecimento.

Ou seja, independentemente, da formação, idade, gênero, ou conhecimento do assunto, as pessoas tem uma desconfiança no processo, qual seja: acreditam que o mecanismo se revela como facilitador à classe política e não como acréscimo ao processo democrático e à participação cidadã.

Aliás, essa é uma preocupação revelada pelo Fórum dos COREDES<sup>15</sup>, que entre outros aspectos negativos do processo, destaca:

Em se tratando das Audiências Públicas, Assembleias Municipais e Fóruns Regionais: **houveram locais onde a interferência do Governo e excesso de informações e explicações, prejudicou a construção coletiva. Acaba por ser visto como um momento de divulgação única e exclusivamente das ações e projetos do Governo e não da prestação de contas de um processo de Consulta Popular** que há muito ocorre no Estado (FÓRUM DOS COREDES 2013).

Sem grifo no original

Vai além, noutra outo crítica, o fórum aponta um certo descaso dos próprios órgãos do Governo Estadual (atualmente do Partido dos Trabalhadores), no que tange ao atendimento ou encaminhamento das demandas em franco favorecimento das suas próprias demandas ou com atuação político partidária, conforme o destaque a seguir:

Em se tratando da participação dos órgãos de Governo, que não os diretamente envolvidos (Seplag e coordenações): **a participação do Governo deixou a desejar, os órgãos do Estado participaram pleiteando projetos para viabilização das suas ações nas regiões.** Foram ausentes como órgãos técnicos, de apoio na orientação dos projetos a serem apresentados. Ainda, ressalta-se a veemência da atuação dos órgãos da segurança pública que, em praticamente todas as regiões, estão vendo no orçamento da Participação Popular e Cidadã, a única perspectiva de acesso a recursos.

[...]

Em se tratando da atuação das Coordenações Regionais: os Coordenadores Regionais, devem ser os articuladores e parceiros, a partir da visão e percepção da Seplag e Governo do Estado, das necessidades e projetos regionais. No entanto, **considerando relato de boa parte dos Coredes, estes têm atuado de forma político-partidária e não a partir da perspectiva do desenvolvimento regional.** Além disso, há um sombreamento de atuação dos Coredes e Coordenações Regionais, o que demonstra a indefinição dos papéis dos Coordenadores. Prejudicou mais o processo, quando essa ação desmobilizou atores e entidades historicamente envolvidos (Idem).

Grifo nosso

---

<sup>15</sup> Órgão que congrega e coordena as 28 regiões (COREDES).

Ora, se o órgão congregador e facilitador do processo de participação aponta essas práticas pouco recomendáveis pelos órgãos do governo, não há como recriminar a leitura que os entrevistados, antes exemplificados, fazem do processo.

Pior do que isso é a pouca efetividade que o poder público dá ao processo, pois, conforme bem apontam os CORDES, as demandas não são pagas ou o processo é moroso e desestimulador, ou seja, mesmo sendo o Governo do Estado quem cria as demandas para, no processo de participação, a população eleger as prioridades através da discussão pública e do voto, o Governo não cumpre o seu papel, qual seja, repassar a verba a fim de que sejam executadas as obras.

Vejamos o que consta, sobre isso, no documento intitulado “Avaliação do Processo de Participação Popular e Cidadã – Orçamento 2013”, elaborado pelo Forum dos COREDES:

Em se tratando da execução dos recursos previstos na Consulta Popular/Participação Popular e Cidadã: A baixa execução dos projetos da Consulta Popular, sejam eles do Orçamento atual, como dos passivos, além da morosidade nos encaminhamentos dos projetos, informações desencontradas, alterações de critérios após aprovado projeto pela população, desestimula a participação e o engajamento. **Cabe destacar que o não pagamento dos passivos, acordados entre COREDES e Governo do Estado, é fator preponderante para a queda na votação. Não se trata de projetos aprovados em um ou outro Governo, e sim, de demandas aprovadas pela sociedade gaúcha nos diversos processos de Consulta Popular, conduzidos por COREDES, COMUDES e Governo do Estado. Ainda, além de ser baixa a execução das demandas, não há um cronograma de pagamentos que possa ser divulgado nas regiões, não há uma vinculação dos projetos aprovados com os executados ou itens entregues, assim, a população não consegue perceber com clareza se a votação destas prioridades faz sentido e deva mesmo ocorrer, fazendo com que a votação seja prioritariamente conduzida e não espontânea (Idem).**

Sem Grifo no original

Mais grave, ainda, é a denúncia de falta de transparência na liberação de recursos: “*O pouco recurso liberado não é divulgado nas regiões como oriundo da Participação Popular e Cidadã*” (Idem).

Mas, todavia, não é somente isso, o documento firmado por 28 COREDES, denuncia a existência de favorecimentos:



Em se tratando dos critérios de liberação de recursos: **os critérios de liberação de recursos, considerando as diferentes regiões não são claros, algumas regiões do Estado recebem recursos de projetos da Consulta e outras não** (Idem).

Grifei

Ou, mesmo, o não cumprimento pelo Estado de compromisso assumido:

Em se tratando do pagamento dos passivos: inúmeros compromissos acordados e não cumpridos por parte do Governo, para execução do passivo da Consulta Popular. (Idem).

### 3.3 Respostas às questões 2; 3 e 4

As perguntas 2; 3 e 4<sup>16</sup>, objetivavam uma resposta mais direta, mas, mesmo assim, alguns entrevistados, mesmo que respondendo de forma positiva ou negativa ainda teceram alguns comentários, tais como:

- a) Entrevistado número 2: homem, acima de 50 anos de idade, ensino médio, escriturário.
- b) Entrevistado número 3: mulher, na faixa de 21 à 30 anos de idade, ensino médio, comerciária.
- c) Entrevistado número 6: mulher, na faixa de 21 à 30 anos de idade, ensino médio, técnica em enfermagem.
- d. Entrevistado número 9: homem, na faixa de 21 à 30 anos de idade, fundamental, servidor público.
- e. Entrevistado número 18: mulher, até 20 anos de idade, graduanda, estudante.

---

<sup>16</sup> 2- Na sua opinião, ao longo da existência da participação popular na gestão e gerência dos recursos e programas governamentais, o “instrumento participativo” tem aumentado, mantido ou diminuído a participação da população no processo decisório?; 3- Na sua opinião, o Orçamento Participativo ou o Processo de Participação Popular tem produzido mais bens públicos?, e 4- Na sua opinião qual é a classe social mais beneficiada com esse processo e qual é a classe social que tem uma participação mais efetiva/eficaz nesse processo?

- f. Entrevistado número 23: mulher, acima de 50 anos de idade, pós-graduada, professora aposentada.

Respostas:

- a) o número de participantes tem se mantido ou, acreditam que, pelo movimento, no dia da votação, varia um pouco para mais ou para menos;
- b) Que o processo tem produzido poucos bens públicos e que, no início, o resultado era maior/melhor;
- c) Que a mais beneficiada é a população mais humilde (classe “c”), todavia, algumas respostas apontam para um desvirtuamento e, decorrente disso, o processo teria passado ao domínio de um grupo organizado.

Vejamos o que dizem os COREDES acerca da participação da população:

Em se tratando da participação: a participação efetiva da sociedade nas assembleias regionais, municipais e na votação. A liderança dos COMUDES, Coordenações Regionais, Coordenações Municipais, ou seja, de atores engajados na articulação e definição de projetos, na mobilização e divulgação do processo, no trabalho, seja nos encaminhamentos prévios, na votação ou fechamento das informações. **Esse é um processo que se consolida, corroborado pela qualidade nas discussões regionais, fortalecendo a democracia e a descentralização orçamentária.**

Grifei

A avaliação produzida pelo Fórum dos COREDES, cuida de demandas ou prioridades regionais e, assim, os projetos não seriam voltados aos interesses dessa ou daquela classe social, mas, sim, da comunidade e, se possível, ainda, voltados a atender mais de uma comunidade ou município. Então, as respostas dos entrevistados às questões 3 e 4 não encontraram correspondência e, assim, foram consideradas como referência particular do entrevistado.

### 3.4 Resposta à questão 6

Pensando num entendimento macro, buscamos saber se os partidos políticos se fortalecem (ou não), com o processo de participação popular, especialmente, em função de que São Borja possui destacada e notória tradição política. Berço de dois ex-presidentes brasileiros e, ainda, extraoficialmente, de outros mais<sup>17</sup>, nossa cidade se movimenta (agita), não só em período de sufrágio universal, mas, também, em eleições ou indicações para direção de partidos, cargos públicos, entidades, instituições, etc..., e, também, em muitas outras ocasiões e oportunidades. É a tradição do lugar.

A resposta, generalizada, para esse quesito foi no sentido de que *“os partidos saem enfraquecidos do processo, posto que, há uma disputa de determinados grupos que ofusca as virtudes do processo e isso importaria em descrédito”*.

### 3.5 Resposta às questões 7; 8 e 9

A questão número 7 foi respondida nas demais, pois, cuida da existência ou não de desconfiança social e o seu reflexo no processo.

Unanimemente, foi respondido que existe uma desconfiança e que, logicamente, em existindo, há um enfraquecimento do processo. Importante notar que, mesmo assim, há participação popular, ou seja, aqui se revela um fenômeno ligado a democracia agregativa ou discursiva, onde as pessoas, mesmo com ressalvas provocadas pelo descrédito, ainda, assim, participam do processo. É o caso dos entrevistados.

Para entendermos melhor, colhemos os ensinamentos de Daniela Passarinho que sobre o tema informa que, na democracia representativa (nosso caso), onde os cidadãos elegem seus representantes, conferindo-lhes mandatos para administrar a coisa pública, podemos distinguir a democracia agregativa e a democracia deliberativa, *“a primeira centra-se nas eleições, nas quais os cidadãos não participam nos processos de decisão, enquanto a democracia deliberativa se centra na discussão, e os cidadãos votam nas eleições e participam nos processos de decisão”* (PASSARINHO, 2012).

Teríamos então, uma participação do tipo *“ruim com esse modelo, pior sem”*!

---

<sup>17</sup> É voz corrente que San Martín teria, também, nascido por aqui.

Sim, nos parece que seja isso, aliás, essa é a essência, pois, mesmo “sendo problemático” e que não tenhamos respostas para os problemas detectados, ainda, assim, participamos do processo de decisão.

Seria, então, o caso da democracia discursiva Harbermasiana<sup>18</sup>, quando prevê a legitimação democrática contida nos espaços de participação popular de decidir sobre políticas públicas concebidas a partir da adaptação do modelo discursivo da administração pública? Talvez.

Finalmente, os entrevistados, unanimemente, acreditam que exista pouca ou nenhuma renovação; todavia, o Fórum dos COREDES noticia que:

Em se tratando do número de eleitores votantes: os mais de 1.000.000 de eleitores participando do processo é resultado da inserção dos COREDES nas regiões do Estado, caracterizando a credibilidade institucional à Consulta Popular.

Ou seja, um milhão de eleitores<sup>19</sup> não é pouca coisa, entretanto, não tivemos acesso aos números dos anos anteriores e, esse fato, impossibilita a formação de juízo de valor quando a renovação, aumento, manutenção ou redução do número de atores envolvidos.

### **3.6 Análise documental**

Notadamente, este trabalho não se baseou tão-somente nas entrevistas, mas, também, em farta bibliografia e análise de inúmeros documentos (alguns deles em anexo ao presente trabalho).

A bibliografia dispensa comentários, mas no tocante aos documentos obtidos junto ao COREDE Fronteira-Oeste, cuja sede é em São Borja, é preciso um destaque especial à aos informativos e às Cartas de Ijuí, Vacaria, Porto Alegre e Uruguaiana, que forneceram ao autor o subsídio mínimo necessários à elaboração das considerações finais desse trabalho, conforme segue no próximo capítulo.

---

<sup>18</sup> Para saber mais, acesse: <http://jus.com.br/revista/texto/22376/democracia-legitimidade-e-teoria-discursiva-do-direito-uma-analise-sobre-o-pensamento-de-jurgen-habermas/2#ixzz2SoiJwatO>.

<sup>19</sup> O site <http://www.Participa.rs.gov.br> dá conta da participação de 1.134.141 eleitores.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o Capítulo 3 desse trabalho, analisamos as respostas apresentadas por cidadãos que participaram da elaboração da proposta de orçamento do Estado do Rio Grande do Sul através de demandas e prioridades eleitas com a participação popular.

Inegável que problemas existem e críticas ao processo que, apesar do tempo, ainda é incipiente, pois, os governos e os atores envolvidos estão aprendendo a fazer da forma mais difícil, porém, gratificante que é aprender fazendo.

Na nossa pesquisa, constatamos que o processo de participação popular na consecução de um orçamento público não pode ter um fim em si mesmo. É preciso que toda a sociedade participe pessoalmente desse processo e, também, pelos seus representantes - vereadores e deputados - que fazem as leis e, principalmente, aprovam o orçamento público e, aqui vai uma crítica: aos meus olhos é inconcebível que o Poder Legislativo fique alijado desse processo (não há notícia da participação na fase de indicação e aprovação das prioridades), e, ao final, vote o orçamento público, conferindo-lhe legalidade e validade necessárias, sem que, para tanto, tenha contribuído para a elaboração e aprovação das demandas e dos programas.

Não menos importante é a necessidade da despartidarização, pois, como vimos, não foi um processo criado por esse ou aquele partido, mas, construído por vários e voltado ao exercício da cidadania conforme bem leciona a Constituição Federal de 1988 que, no seu texto menciona, entre outras prerrogativas ligadas ao tema “a obrigatoriedade de cooperação das associações representativas no planejamento municipal”<sup>20</sup>. Assim, também, seja um processo de todos e não apenas de alguns grupos que, ao longo do processo, acabaram por monopolizar os benefícios dele advindos.

O orçamento público, qualquer que seja o seu criador, independentemente do tipo e método, que privilegie ou não determinada política, para permanecer público, não pode pertencer a esse ou aquele partido político ou grupo organizado.

Sem observar essas premissas o processo de participação popular deixa de ser uma ferramenta deliberativa, perde a essência democrática e assume a condição de consulta e legitimação de vontades pré-concebidas pelo poder executivo, segundo seus interesses.

Se o objetivo central das políticas públicas for a participação popular efetiva nos governos, especialmente nos governos locais, são necessárias mudanças radicais na forma de

---

<sup>20</sup> art. 29, inciso XII, da CF/88.

governar, impulsionando uma regulação social e política mais solidária e participativa. O que, salvo melhor entendimento não se verifica.

Essa afirmativa é de fácil compreensão, pois, os governos municipais apesar de participarem do orçamento estadual através do seu Conselho Municipal de Desenvolvimento, não tem no seu próprio orçamento um espaço para a participação popular. São Borja não tem isso. Basicamente conheço dessa premissa na Cidade de Porto Alegre, onde, já há críticas no sentido de que o espaço e os recursos estão sendo reduzindo (vos corrente na população).

Ora, era de se esperar que nesses mais de 20 anos de participação popular tivesse ocorrido uma ampliação do espaço público, assim como o da legitimidade dos mandatos políticos, articulando formas de democracia representativa com democracia participativa. Nossa participação cidadã ainda é muito incipiente e restrita, mesmo se levarmos em conta as experiências como é o caso do orçamento participativo do(s) conselho(s) de gestão (no caso do Estado do Rio Grande do Sul, o alardeado “Conselhão”).

No caso de São Borja não se verifica, pelo menos não é do meu conhecimento, a publicação de editais ou algo que o valha, conclamando os cidadãos a alistarem-se com vistas a composição dos conselhos municipais (saúde, desenvolvimento, educação, segurança, transporte, meio ambiente, etc...). Seria resistência à participação cidadã? A existência de interesses não muito claros ou pouco recomendáveis? Incompetência? Receio? Ou quem sabe todas essas variáveis reunidas em um só corpo.

Não vislumbro essa abertura à participação do cidadão nem mesmo naqueles espaços onde o mandatário se identifica com as aspirações dos menos favorecidos e com o aprofundamento da democracia.

Ouso afirmar que a garantia efetiva de direitos e os processos de participação (constitucionalmente assegurados, repito), ainda permanecem em um segundo plano, ganhando espaço os programas de emergência, que apresentam resultados materiais imediatos e que contribuem positivamente para a construção de uma imagem pública favorável dos governos que, quase que sempre, de afogadilho, submetem demandas à aprovação dos Conselhos Municipais como forma de legitimação e meio de percepção de recursos. Isso não é admitido é claro, mas, é notório que, salvo raríssimas exceções, os conselhos não funcionam como órgãos consultivos.

Não é de hoje que a cultura política privatista, clientelista e hierárquica está presente em nossa sociedade, especialmente em nossas elites (mesmo naquelas que se travestiram de populares para, aproveitando o carisma e a imagem de honestidade passada pelos homens e

mulheres de frente e com capazes de seduzir o eleitores, para, uma vez no poder, transfiguradas de “eminências pardas”, fazerem valer as suas ideias).

Na cadeira de Poder Local – 8º. Semestre do Curso de Ciência Política, para o qual está sendo elaborado esse trabalho, muito se discutiu em sala de aula acerca da manutenção do “*status quo*” ou engessamento de nossas instituições de governo, que permanecem inalteradas, especialmente nos governos municipais acerca dos quais concluiu-se que o sistema têm servido prioritariamente aos interesses privados das elites locais.

É preciso reconhecer, porém, que a pressão da sociedade (pelo menos o setor organizada da sociedade), vem promovendo uma reforma do Estado de baixo para cima e tem criado novas institucionalidades que anunciam uma nova forma de governar. O orçamento participativo, os conselhos de gestão, as ouvidorias, as audiências públicas, os plebiscitos são novos mecanismos que anunciam possibilidades e demandam uma presença mais ativa da cidadania nas questões de interesse público, permitindo a explicitação dos conflitos de interesses dos diferentes grupos sociais.

É claro, precisamos de mecanismos que nos possibilite maior controle social sobre os eleitos e amplie o exercício da democracia participativa, por isso, entendemos que o processo de participação popular consubstanciado no orçamento participativo não pode ter um fim em si mesmo, é preciso mais educação de qualidade (vetor maior da conscientização e mobilização).

A proposta de ampliação do exercício da democracia direta depende da compreensão, de parte dos governos, de que o objetivo não deve ser, apenas, atender às necessidades materiais dos munícipes (quando são atendidas), mas, fortalecer a capacidade dos cidadãos de se autogovernar e de entender que o País, Estado e o Município são seus, ou seja, criar condições mínimas para que o cidadão tenha em relação à “*res pública*” o sentimento de pertencimento, como tantas vezes já asseverou o Professor Doutor Ronaldo Bernardino Colvero.

Essa nova visão do cidadão em relação ao a coisa pública permite um interação de todos em busca do bem comum e não apenas de uma determinada parcela da população que, organizada, acaba por beneficiar-se da desorganização dos demais, levando todo o processo ao descrédito. Talvez, ciente disso, o poder público ofereça pouco espaço para a participação popular, pois, quanto maior a verba orçamentária à disposição, maior seria o benefício do grupo que está articulado; em contrapartida maior seria a atenção à maior parte da população que não se conscientizou e se mobilizou para aprovar as suas demandas.

É inegável que precisamos operar mudanças no modelo atual, porém, isso não é fácil, o Estado por si, com apoio incondicional de quem detém o poder, resiste de forma legítima e natural, então como fazer?

Penso que uma oposição (de fato), desejosa de mudança social possa ser o princípio da coisa, todavia, no nosso País, somente temos oposição em véspera de pleito eleitoral, quando a condição de opositor do regime é mais benéfica do que o alinhamento. Não menos importante é a discussão que deve ser travada no legislativo, onde a disputa, as propostas e os atores devem ser qualificados e o enfrentamento das questões, principalmente das políticas públicas, ocorra de forma responsável, transparente e conte, antes de tudo, com a consulta aos conselhos comunitários, associações de bairros, clubes de serviço e demais instituições que compõem a sociedade civil organizada de forma a privilegiar a cooperação, a solidariedade, a participação, a equidade, a transparência e a democracia no palco onde tudo acontece: nos municípios.



## 5 REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **A Força do Povo - Democracia Participativa em Lajes**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo - As política sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARROW, Kenneth J. **La organización de la actividad económica: cuestiones pertinentes a la elección de la asignación en el mercado versus fuera del mercado**. In: HAVEMAN, ROBERTH. & MARGOLIS, Julius. **Un análisis del gasto y las políticas gubernamentales**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- AVRITZER, Leonardo y NAVARRO, Zander (orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2003.
- AVRITZER, L. **O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico**. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVEDO, Sérgio de. **Orçamento Participativo e Gestão Popular: Reflexões Preliminares sobre a Experiência de Betim**. Proposta, n. 62, set 1994, p. 44-48.
- BENEVIDES, Maria Victoria e DUTRA, Olivio. **Orçamento Participativo e Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- BRASIL (2013), **Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de Outubro de 1988**, São Paulo, Saraiva (49a. edição atualizada e ampliada).
- YVES, Cabannes: **Participatory budgeting: a significant contribution to participatory democracy**: Environment and Urbanization April 2004 vol. 16 no. 1 27-46
- CARTA DE PRINCÍPIOS DO PT, 1º. De maio de 1979 - em GADOTTI, M. e PEREIRA, O.: **Pra que PT. Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores**, São Paulo, Cortez, 1989, p. 39 – citado em SECCO L.: **História do PT 1978-2010: 2ª. Edição**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DIAS, João Marcus Pires. **O Orçamento Participativo na Cidade de São Paulo - Confrontos e Enfrentamentos no Circuito do Poder**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, 2006, p. 73 e seguintes (em português).
- DICAS – Pólis Ildesfes: Idéias para a Ação Municipal – Governo e Sociedade nº. 92 – Ano 1997: (<http://www.direitoacidade.org.br/publicacoes/dicas/default.asp>).
- DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT. Resolução da reunião de novembro de 1988.

CABANNES, Yves. A. **Participatory budgeting: a significant contribution to participatory democracy**: Environment and Urbanization, April 2004 vol. 16 no. 1 27-46

CABANNES, Yves. A. **Una lección sobre los Presupuestos Participativos en Latino América**. En: Habitat Debate, Nairobi, 2003. p. 5.

BERAS, Cesar: **Orçamento Participativo de Porto Alegre e a Democratização do Estado: a configuração específica do caso de Porto alegre: 1989-2004**. Universidade federal do rio Grande do Sul – Instituto de filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia – Programa de Pós Graduação em sociologia – Porto Alegre – 2008.

CHAVEZ, D.; GOLDFRANK, B.: **A esquerda na cidade**. Participação em governos locais na América Latina, Barcelona: Icaria/Transnational Institute, 2004.

CIDADE - CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS: **A experiência do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul (1999/2002), Sistematização e análise**: Daniela Oliveira Tolfo - Porto Alegre, julho de 2004.

CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A7amento\\_participativo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A7amento_participativo)> Acesso em: 8 abr 2012.

CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Minoria>> Acesso em: 8 abr 2012.

CORBETTA, Piergiorgio. **Metodologia e tecniche della ricerca sociale**. Bologna, il Mulino, 1998.

FIGUEIREDO, Rubens & LAMOUNIER, Bolivar. **As cidades que dão certo; experiências inovadoras na administração pública brasileira**. Brasília: MH Comunicação, 1996.

FISHBURN, Peter C. **The teory of social choice**. Priceton: Princeton Univ. Press, 1973.

FONTANA, Andrea; FREY, James H. **Interviewing: the art of science**. In: DENZÍN, Norman.

FORUM DOS COREDES. **Avaliação do Processo de Participação Popular e Cidadã - Orçamento 2013**. Disponível em <<http://www.coredeproducao.upf.br/>>. Acesso em 01 de maio de 2013.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Para que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. SP: Cortez, 1989

GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: A experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GENRO, Tarso y DE SOUZA, Ubiratan: **Presupuestos Participativos: La Experiencia de Porto Alegre**, Barcelona, Ediciones del SERBAL, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Beyond left and right** Cambridge: Polity Press; Palo Alto: Stanford University Press, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia; entre facticidade e validade** – Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LINCOLN, K.; YVONNA S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

LUCAS, John Randolph. **Democracia e participação**. Trad. De Cairo Paranhos Rocha. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. 231p.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre** / Lígia Helena Hahn Lüchmann . Campinas, SP: (s. n.), 2002. Orientador: Rachel Meneguello. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1998.

NUNES, N. K. S.: **Introdução ao Orçamento Participativo** - participação efetiva da comunidade nos debates públicos de orçamento democrático no município de João Pessoa. Universidade estadual da Paraíba faculdade de administração pública: uma análise na perspectiva de incentivo à participação João Pessoa 2011.

NYLEN, W: **Testing the Empowerment Thesis: The Participatory Budget in Belo Horizonte and Betim, Brazil**. Comparative Politics, v. 34, n. 2, 1/2002.

PRADO, Eleutério F. S. (1993) **Metodologia da Economia: individualismo & holismo**. Impulso, Piracicaba, vol. 6, n. 13, p. 29-48, 1993.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz**. São Paulo: Ed. Manole, 2001.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (2013). Disponível em <<http://portal.pps.org.br/portal/showData/179112>>. Acesso em 10 de abril de 2013.

PASSARINHO, Daniela: **Democracia Deliberativa**. Disponível em <<http://11dhumanitas.blogspot.com.br/2008/06/democracia-deliberativa-desde-os-nossos.html>>. Acesso em 06 de maio de 2013.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA. **Histórico do Orçamento Participativo**. Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=15](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15)>. Acesso em 15 de abril de 2012.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA. **Histórico do Orçamento Participativo**. Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=1](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1)>. Acesso em 15 de abril de 2012.

QUIVY Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RICCI, R: **Plano Plurianual: sem participação no Governo Lula.** Disponível em <[www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br)>. Acesso em 24 de maio de 2012.

ROBERTS, K. M: **Deepening Democracy? The Modern Left and Social Movements in Chile and Peru, Stanford:** Stanford University Press, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa. Col. Reinventar a Emancipação Social, vol.1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy,** *Politics & Society*, 26 (8), 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **Reinventar a Democracia,** Lisboa, Gradiva, 1998.

SANCHEZ, Félix R. **Orçamento participativo - teoria e prática.** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SANCHES, O. M.: **Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins,** 2 Ed. Prisma, Brasília, 2004.

SILBERSCHNEIDER, W.: **Administração pública municipal para gestores políticos.** Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2005.

SILVA, Glauco Peres da; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Referenciais teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo.** *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, Acesso em Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-635120060003000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-635120060003000)>. Acesso em 01 de maio de 2103.

TUSINI, Stefania. **La ricerca come relazione.** *L'intervista nelle scienze sociali*, 2006.

UNIÃO DA ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PORTO ALEGRE – UAMPA: Disponível em <<http://umauampadetodos.blogspot.com.br/>>. Acesso em 01 de maio de 2013.

V SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - AOFCP – NOÇÕES BÁSICAS DE ORÇAMENTO PÚBLICO – Osvaldo Sanches – 1997, in: – Escola Superior de Administração Fazendária – Associação Brasileira de Orçamento Público; Disponível em <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/capacitacao/orcamentaria/edital-v-semana-aofcp-2013-etapa-bsb-i>>. Acesso em 11 de abril de 2012.

WAMPLER, Brian. **A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, Junho 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 23 Abril 2012.

**APENDICE – Formulário de Pesquisa****Sexo:**

Masculino  Feminino

**Idade:**

até 20 anos  de 21 à 30 anos  de 31 a 40 anos  de 41 a 50  acima de 50 anos

**Escolaridade:**

Fundamental  Ensino Médio  Superior  Graduação  Pós-graduação

**Renda Familiar:**

de 01 a 03 SM  de 03 a 05 SM  de 05 a 10 SM  de 10 a 20 SM  Acima de 20 SM

**Profissão:**

- 
- 1) Você entende a dinâmica (processo), de construção do processo de participação popular? Sim
  - 2) Na sua opinião, ao longo da existência da participação popular na gestão e gerência dos recursos e programas governamentais, o “instrumento participativo” tem aumentado, mantido ou diminuído a participação da população no processo decisório? Mantido
  - 3) Na sua opinião, o Orçamento Participativo ou o Processo de Participação Popular tem produzido mais bens públicos? Não
  - 4) Na sua opinião qual é a classe social mais beneficiada com esse processo e qual é a classe social que tem uma participação mais efetiva/eficaz nesse processo? Classe baixa
  - 5) Na sua opinião, esse processo é uma ferramenta de participação política na construção de políticas públicas ou é apenas um processo de legitimação de ações governamentais? legitimação
  - 6) Na sua opinião, esse processo enfraquece ou potencializa o sistema partidário? potencializa
  - 7) Na sua opinião, a desconfiança social (se é que ela existe), enfraquece ou fortalece o processo de participação popular? enfraquece
  - 8) Na sua opinião, o processo de participação tem uma função social ou é um instrumento político a serviço do poder? instrumento
  - 9) Na sua opinião, há renovação de atores, ou não? Por que? Não, porque o cidadão não se renova.

**ANEXOS A** – Regimento Interno do Processo de Participação Popular e Cidadã Para Elaboração do Orçamento Estadual 2013.

**ANEXO B** – Caderno de Diretrizes.

**ANEXO C** – Modelo de ATA.

**ANEXO D** – Mapa dos investimentos.

**ANEXO E** – Calendário das Assembleias Municipais.

**ANEXO F** – Cédula de votação.

**ANEXO G** – ATA de votação das prioridades.

**ANEXO H** – Lista de Presença.

**ANEXO I** – Diretrizes e critérios de distribuição dos recursos.

**ANEXO J** – Avaliação do processo de participação.

**Regimento interno do Processo de  
Participação Popular e Cidadã para  
elaboração do Orçamento Estadual 2013.**

O processo de Participação Popular e Cidadã 2012 – Orçamento Estadual 2013 será desenvolvido de abril a setembro, dividido em cinco etapas abaixo descritas.

A primeira etapa do Corede Produção ocorreu no dia 19 de abril no auditório do ICEG/UPF onde foram definidas 10 áreas temáticas do PPA, prioritárias por região, para orientar a indicação de até dez demandas de caráter regional e até cinco prioridades estratégicas regionais pelas assembleias Municipais. São elas:

- 1) Desenvolvimento Econômico
- 2) Desenvolvimento rural
- 3) Saúde
- 4) Segurança Pública
- 5) Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Equidade de Gênero
- 6) Turismo, Esporte e Lazer
- 7) Desenvolvimento Social e erradicação da pobreza
- 8) Desenvolvimento urbano e Saneamento
- 9) Infraestrutura e Logística
- 10) Educação Básica, Profissional e Técnica

A discriminação das demandas estão em documento em anexo.

A segunda etapa corresponde às Assembleias Municipais, abertas a todo cidadão e cidadã, que deverão ocorrer no mês de maio.

§ 1º As Coordenações Municipais serão organizadas pelas Coordenações Regionais e Comudes, composta por até oito membros, garantida a proporcionalidade, que deverão ser aprovadas nas Assembleias Municipais.

§ 2º A Assembleia Municipal escolherá até dez demandas, dentro das áreas priorizadas na região com valor alocado e até cinco prioridades estratégicas, com grande impacto regional, sem valor, para discussão e inclusão no fechamento da matriz orçamentária.

§ 3º Os participantes escolherão delegados na proporção de 1 para 30 pessoas presentes, ficando garantido no mínimo um representante por município, que integrarão o Fórum Regional da Participação Popular e Cidadã.

A terceira etapa, corresponde ao Fórum Regional da Participação Popular e Cidadã, que ocorrerá no dia 11 de junho de 2012, em que teremos uma reunião preparatória no dia 5 de junho de 2012.

§ 1º Os Fóruns Regionais serão constituídos pela Coordenação Regional, assembleia do COREDE e pelos delegados eleitos nas assembleias municipais;

§ 2º O Fórum Regional estabelecerá as demandas que farão parte da cédula de votação na etapa seguinte, em número entre 10 e 20 demandas com valor alocado e 05 prioridades estratégicas, com grande impacto regional, sem valor alocado, das demandas escolhidas nas assembleias municipais.

§ 3º As demandas relacionadas para integrar a cédula deverão estar de acordo com as diretrizes prévias de cada órgão e serão submetidos a análise de viabilidade por uma comissão técnica da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

§ 4º Serão eleitos dois conselheiros para o Fórum Estadual da Participação Popular e Cidadã.

Na reunião preparatória para o Fórum Regional (05 de junho de 2012, 14:30h, Casa dos Municípios) será definida uma proposição de cédula de votação da Votação de Prioridades (Consulta Popular) e as diretrizes de distribuição dos recursos entre os municípios e instituições executoras das demandas regionais. As demandas regionais serão escolhidas com base no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Região da Produção e dos resultados das 21 assembleias municipais para serem elaboradas as diretrizes.

Serão convocados os membros do Conselho de Representantes do Corede Produção, órgão executivo e deliberativo de primeira instância do Corede Produção, e os presidentes de COMUDES.

A quarta etapa corresponde a Votação de Prioridades, que ocorrerá no dia 4 de julho de 2012, com a finalidade de inclusão de demandas regionais no orçamento do Estado 2013 e indicar prioridades estratégicas para debate da matriz orçamentária, no Fórum Estadual da PPC.

§ 1º A votação será realizada em data única para todo o Estado, através de voto secreto em urna ou mediante meio eletrônico, estando habilitados a votar apenas os eleitores com domicílio eleitoral na região geográfica do Corede correspondente.

§ 2º Os eleitores poderão votar em até quatro demandas, com valor alocado e duas prioridades estratégicas, incluídas na cédula de votação.

§ 3º A cédula será dividida em dois campos, sendo o primeiro composto por entre 10 e 20 demandas com valor alocado e o segundo por até cinco prioridades estratégicas, sem valor alocado.

§ 4º O somatório de recursos das ações incluídas no primeiro campo da cédula deverá ser no mínimo, duas vezes o montante dos recursos destinados à região.

§ 5º A organização e a operação da votação estarão a cargo da Coordenação Municipal, supervisionada pela Coordenação Regional.

#### **PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA CONSULTA POPULAR (VOTAÇÃO DE PRIORIDADES)**

- A Coordenação Estadual da Participação Popular e Cidadã definirão os modelos a serem seguidos na confecção das cédulas, listas de identificação dos presentes, atas, mapas de totalização e outros materiais necessários para a realização do Processo de Participação Popular e Cidadã.



- Cada Coordenação Regional repassará à Coordenação Estadual, em no mínimo dez dias antes da votação, a lista contendo a localização das seções eleitorais da respectiva região, de maneira a possibilitar a divulgação dessas informações.
- Às Coordenações Municipais caberá decidir sobre a localização das seções eleitorais e designar um presidente e um mesário, que serão responsáveis pelo processo de votação em cada uma das Seções.
- Recomenda-se a ampliação do acesso à votação em meio eletrônico, em locais públicos.
- Deverá ser dada preferência para a instalação de urnas em locais já utilizados em processos anteriores;
- O horário de votação deverá ser das 9 horas às 18 horas, podendo, a critério da Coordenação Municipal, ser ampliado até o limite de 21 horas.
- As cédulas deverão ser rubricadas por um dos membros responsáveis pela seção eleitoral.
- O título de eleitor e/ou a Identidade são documentos que comprovam a habilitação para participar do processo.

§ 1º Estão habilitados os cidadãos maiores de 16 anos.

§ 2º Todos os eleitores assinarão lista de presença com indicação do número do título eleitoral e/ou do documento de Identidade.

§ 3º O cidadão poderá votar somente uma única vez, sob pena de ser submetido às penalidades da lei.

- Em cada Seção, após o encerramento da votação, dever-se-á:

I) lavrar ata, a ser assinada pelo presidente da Seção e pelos Mesários, onde serão registrados os horários de abertura e fechamento da urna, o número de votantes e os eventuais incidentes ocorridos durante o processo de votação, incluindo-se as listas de presença;

II) lacrar as urnas, sendo-lhes apostas ao lacre as rubricas dos membros da Seção Eleitoral presentes;

III) encaminhar as urnas, atas e listas de votantes, à Coordenação Municipal.

#### **DO VOTO PELA INTERNET**

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS – disponibilizará uma página na internet possibilitando o voto por meio eletrônico:

I) no dia da Votação de Prioridades, na mesma página da internet, das 8h às 24h, o eleitor poderá votar, com o número do seu título de eleitor e carteira de identidade;

II) no dia Votação de Prioridades, além da votação em cédula nas urnas, poderão ser disponibilizados, em local público, computadores com acesso à internet;

III) a Coordenação Estadual, com o apoio da PROCERGS, fará o controle do voto eletrônico.

**Parágrafo único.** Para a consulta ao título eleitoral, a página referida no inciso I conterá um link direcionado ao site do TRE.

#### **DA APURAÇÃO**

As Coordenações Municipais deverão definir e divulgar os locais onde serão procedidas as apurações dos resultados, designando os responsáveis pelo recebimento e pela guarda das urnas no período que precede a apuração.

Os resultados da apuração de cada Seção serão registrados em ata específica, na qual deverão constar quaisquer incidentes ocorridos durante o processo de apuração e que deverá ser assinada por todos os membros da mesa escrutinadora.

**AS ATAS MUNICIPAIS COM OS RESULTADOS DA APURAÇÃO DEVERÃO SER ENVIADAS PARA A SECRETARIA DO COREDE PRODUÇÃO: [coredeproducao@hotmail.com](mailto:coredeproducao@hotmail.com).**

# Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã

Você participa. Todos decidem!

Orçamento  
2013



Secretaria do Planejamento,  
Gestão e Participação Cidadã  
Gabinete do Vice-Governador  
Secretaria Geral de Governo  
Gabinete dos Prefeitos  
e Relações Federativas



## Caderno de Diretrizes para a Participação Popular e Cidadã na elaboração do Orçamento 2013

## **I. DIRETRIZES GERAIS**

As demandas deverão:

- a. ALINHAR-SE com os Programas do PPA 2012/2015, considerando ainda a agregação em ÁREAS TEMÁTICAS estabelecidas pela SEPLAG;
- b. CONSIDERAR as deliberações das Conferências e Conselhos Setoriais e de Direitos correspondentes, além de Planos Setoriais e Regionais, tendo em vista que são expressão da Participação Popular e Cidadã;
- c. CONSIDERAR os diferentes PROCESSOS DE DIÁLOGO do Governo com a Sociedade, notadamente as iniciativas do Gabinete Digital, as Interiorizações, os Diálogos para o Desenvolvimento, os Encontros para o desenvolvimento e o Programa de Enfrentamento às Desigualdades Regionais;
- d. CONSIDERAR as obras e serviços que necessitam de continuidade e outros compromissos assumidos;
- e. CONSIDERAR a necessidade de alinhamento com as diretrizes das diferentes políticas públicas e prioridades já estabelecidas, de forma a orientar demandas que efetivamente contribuam para o alcance de indicadores e objetivos estabelecidos em cada órgão;
- f. ORIENTAR para o estabelecimento de demandas COM IMPACTO REGIONAL;
- g. ORIENTAR para os impedimentos de Natureza LEGAL e/OU TÉCNICA.

## **II. ÁREAS TEMÁTICAS PARA DISCUSSÃO NAS REGIÕES**

O processo de discussão do Orçamento 2013 inicia com 28 Audiências Públicas Regionais (uma em cada uma das 28 regiões do RS). Nesta etapa a região escolherá 10 áreas temáticas prioritárias, que balizarão a discussão nas etapas posteriores e deverão integrar o Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

As áreas em discussão são as seguintes:

1. Desenvolvimento Econômico
2. Desenvolvimento rural
3. Saúde
4. Segurança Pública
5. Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Equidade de Gênero
6. Turismo, Esporte e Lazer
7. Desenvolvimento Social e erradicação da pobreza
8. Desenvolvimento urbano e Saneamento
9. Infraestrutura e Logística
10. Educação Básica, Profissional e Técnica

Estas áreas temáticas abrangem Órgãos, Programas do PPA e suas respectivas Ações, passíveis de ser objeto de demandas da população:

**1. Desenvolvimento Econômico**

Órgão	Programa	Ações
Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia - SCIT	Inclusão Social e Promoção Acadêmica	Integração entre a Educação Básica e Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social
		Promoção Acadêmica e Assistência Sócio-Econômica
	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Fomento à Formação e à Fixação de Recursos Humanos
		Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação.
	RS Tecnópole	Apoio à inclusão digital
		Apoio à inovação
		Apoio aos parques e pólos tecnológicos
	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços	Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho e Polo Naval
		Parque Tecnológico e Incubadoras Tecnológicas
	Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI (incluindo a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Investimento – AGDI)	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Estaduais		
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais		
Desenvolvimento de infraestrutura para a indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN		
Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha		Extensão Produtiva
		Apoio e Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs)
		Projeto de Extensão Produtiva e Inovação (Apoio a Indústrias)
Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro Empresa - SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Capacitação Empresarial: Gestão e Comércio Exterior
		Condomínios Empresariais
		Incubadoras Empresariais - Micro e Pequenas Empresas (MPE's)
		<u>Redes de Cooperação</u>
	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	<u>Programa Gaúcho de Microcrédito</u>
		Fomento e incentivo à criação e fortalecimento de Cadeias Produtivas de Economia Solidária
		Promoção da comercialização e o consumo consciente de produtos e serviços da Economia Solidária
		Qualificação, Capacitação e Assessoria Técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária

## 2. Desenvolvimento Rural

Órgão	Programa	Ação
Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR	Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Apoio à criação de redes cooperativistas
		Apoio à gestão e educação para cooperativas
	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Agroindústria Familiar - Sabor Gaúcho
		Apoio à Fruticultura
		Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos
		Apoio aos Pecuáristas Familiares
		Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca
		Formação para o Desenvolvimento Rural
		Leite Gaúcho
		Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural
		Troca-Troca de Sementes
		Qualificação da infraestrutura rural
	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Apoio ao reconhecimento, à demarcação, à regularização e à titulação de áreas quilombolas e indígenas
		Assentamento de sem-terra, reassentamento e indenização dos agricultores desalojados de áreas indígenas, quilombolas e áreas atingidas por barragens
		Fortalecimento etnosustentável de comunidades indígenas
		Fortalecimento socioeconômico de comunidades quilombolas
		Qualificação da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos
		Regularização fundiária
	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Apoio à aquisição de alimentos da Agricultura Familiar
		<u>Apoio à comercialização direta das economias de base familiar e cooperativa</u>
		<u>Apoio às compras institucionais de produtos da agricultura familiar</u>
		<u>Inclusão produtiva de famílias em situação de pobreza extrema</u>
		<u>Regionalização do abastecimento</u>
Secretaria da Agricultura Pecuária e Agronegócio - SEAPPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Apoio à cadeia produtiva do leite
		Apoio à ovinocultura
		Armazenagem da Produção Agrícola e Agropecuária Gaúcha
		Fomento a cadeia da silvicultura.
		Fomento à cadeia produtiva do feijão.
		Fomento à Fruticultura
		Fomento aos produtos de base agropecuária
		Mais Terra Mais Alimento
		Orizicultura e sustentabilidade
		Política Estadual de Uva e Vinho
	Programa de Correção do Solo.	
	Carne Gaúcha – A melhor carne do mundo	Implantação do protocolo de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) em propriedades rurais
		Produção de carne em campo nativo
		Rastreabilidade dos bovinos e certificação de propriedade.
	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Defesa em saúde animal
Defesa sanitária vegetal		
Educação sanitária e comunicação social		

### 3. Saúde

Órgão	Programa	Ação
Secretaria Estadual da Saúde - SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Fortalecimento da Infraestrutura do SUS no RS

### 4. Segurança Pública

Órgão	Programa	Ação
Secretaria da Segurança Pública – SSP (incluindo Polícia Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto Geral de Perícias e SUSEPE)	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Geração e recuperação de vagas no sistema prisional
	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Inclusão social com cidadania
		Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil
		Realização das Funções de Polícia Judiciária para a Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime
		Realização das Funções de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública
		Realização de Perícias Criminais e de Serviços de Identificação
		Apoio e Incentivo às Políticas Públicas Municipais
	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS)	Policciamento Comunitário
		Projetos de Prevenção Social à Violência
		Territórios da Paz

### 5. Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Políticas para Mulheres

Órgão	Programa	Ação
Secretaria de Justiça e direitos Humanos - SJDH	Programa de Acesso à Justiça	Fortalecimento dos Programas de Proteção à Pessoa
		Mutirões de Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos
	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Atenção às Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades
		Construção da Cultura de Acessibilidade
		Produção de Conhecimento na Área das Deficiências e das Altas Habilidades/Superdotação
	Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas	Enfrentamento ao Crack e à Drogadição
	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social
		Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania
		Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação
		Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às Crianças e Adolescentes e à Juventude
	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Educação em Direitos do Consumidor
		Municipalização do PROCON

		Regionalização do Atendimento do PROCON
	Programa Nova FASE	Aquisição de Veículos para a Sede Administrativa e Centros de Atendimento
		Construção de Novos Centros de Atendimento Socioeducativo
		Formação Profissional dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação
		Reforma dos Centros de Atendimento Socioeducativo e Sede Administrativa da FASE
Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres
		Realização de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero
	Mulheres Construindo Autonomia RS	Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho
	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	Qualificação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência
Reordenamento Institucional do Centro de Referência Vânia Araújo e fortalecimento de centros municipais de referência		

## 6. Turismo, Esporte e Lazer

Órgão	Programa	Ação
Secretaria do Esporte e Lazer (incluindo a FUNDERGS)	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Desenvolver ações de Promoção à saúde, recreação e lazer
		Desenvolver ações de Qualificação dos Profissionais de Educação Física e pesquisa a cerca do esporte e lazer
		Estruturar e Implantar Pólos Regionais de Desenvolvimento do Esporte
		Promover o Esporte de Alto Rendimento
		Realizar competições e eventos de inclusão social e incentivo ao esporte
	RS Copa 2014	Capacitação Profissional e Voluntariado
Secretaria do Turismo - SETUR	Conheça o Rio Grande	Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao turismo
		Promoção e apoio a comercialização de destinos turísticos no Brasil e exterior
		Desenvolvimento e Marketing de produtos turísticos
	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
		Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo
		Regionalização do Turismo
		Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul





## 8. Desenvolvimento Urbano e Saneamento

Órgão	Programa	Ação
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Produção e Qualificação de Instrumentos para o Planejamento e a Gestão Regional
		Promoção das Ações Integradas de Infra Estrutura Urbana
		Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do Estado
Secretaria da Habitação e Saneamento - SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Apoio à Implantação de Sistema de Saneamento
		Elaboração de Estudos, Planos, Sistema de Informações, Código de Saneamento e Fundo Estadual
		Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água
		Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário
		Perfuração de Poços Tubulares
		Promoção da Expansão do Abastecimento de Água Potável no Meio Rural
	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Adequação Urbanística
		Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios
		Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado
	Programa Estadual de Produção Habitacional	Produção de ações habitacionais

## 9. Infraestrutura e Logística

Órgão	Programa	Ação
SEINFRA	Energia Para o Rio Grande - CEEE	Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Desenvolvimento do Mercado de Biogás no Estado
		Eficientização Energética
		Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição
		Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão (Linhas de Transmissão e Subestações)
	Transportes Multimodais	Ampliação da Capacidade de Rodovias
		Aprofundamento e Manutenção dos Canais de Acesso ao Complexo Portuário da Grande Porto Alegre

		Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais
		Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária Estadual
		Construção de Rodovias
		Elaboração de Estudos Técnicos e Licenciamentos de Obras de Dragagem e Manutenção das Hidrovias
		Expansão de Área Portuária
		Gestão do Acesso Aquaviário
		Implantação do ISPS-CODE
		Manutenção dos Aeroportos
		Modernização dos Aeroportos do Estado
		Modernização e Adaptação da Infraestrutura no Porto do Rio Grande
		Reestruturação Administrativa e Operacional
		Restauração de Pavimentos
		Sinalização Náutica das Hidrovias
		Terminal Internacional Turístico de Passageiros

### **10. Educação Básica, Profissional e Técnica**

<b>Órgão</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>
Secretaria da Educação - SE	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação, conservação e qualificação dos espaços físicos, do mobiliário e dos equipamentos
		Modernização e qualificação dos recursos de apoio, equipamentos didático-pedagógicos e do acervo bibliográfico
	Qualificação dos espaços pedagógicos e implantação/implementação de laboratórios	
	Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica	Construção/reconstrução/ampliação e reforma de escolas

### **III. DIRETRIZES POR ÓRGÃO**

#### **Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI**

A SDPI/AGDI atua em dois campos prioritários:

- a. Fortalecer Cadeias e Arranjos Produtivos Locais - APLs com apoio a investimentos, inovação e agregação de valor para empresas e empreendimentos cooperados.
  - Apoio técnico para governança e gestão de projetos em APLs;
  - Elaboração de planos de desenvolvimento e projetos;
  - Recursos para investimentos em infraestrutura e equipamentos para empreendimentos cooperados e/em rede.
  - Extensão Produtiva e Inovação para empreendimentos locais (industrias).

Pode se desdobrar em dois processos:

- Se Priorizado, dirigir Edital de Seleção de Proposta de APL para a região: requer aprovação da proposta para enquadramento no programa.
  - Se a região já tem APL enquadrado no Programa, pode priorizar recursos no FundoAPL para apoiar projetos específicos de desenvolvimento local no APL.
- b. Constituir Infraestrutura Produtiva em áreas industriais. Os requisitos são:
- Prefeitura deve ter área própria, com plano diretor e licenciamento.
  - Esta deve encaminhar os projetos executivos das obras: pavimentação, redes de água e energia.

## Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro Empresa – SESAMPE

### a. REDES DE COOPERAÇÃO

A ação é a de promover o fortalecimento de micros, pequenas e médias empresas em todo o Estado, fomentando a cooperação entre empresas do mesmo segmento e com características semelhantes, melhorando a capacidade competitiva e fornecendo suporte técnico e formação, consolidação e desenvolvimento de Redes de Cooperação. A operacionalização é feita através de Convênios com as Universidades Regionais (10) para formação, desenvolvimento e expansão das Redes de Cooperação. A sociedade poderá demandar através de votação dos cidadãos no processo da Consulta Popular nas respectivas regiões dos COREDES.

Meta: 10 redes mantidas

Região:

MISSOES	1
SERRA	1
VALE DO RIO DOS SINOS	1
METROPOLITANO DELTA DO JACUI	1
MEDIO ALTO URUGUAI	1
SUL	1
CENTRAL	1
PRODUCAO	1
NOROESTE COLONIAL	1
ALTO JACUI	1

## **b. CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS**

O objetivo dos Condomínios Empresariais é implementar espaço de uso produtivo que proporcione às Micro e Pequenas Empresas instaladas os requisitos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, disponibilizando suporte técnico para a sua formação, consolidação e desenvolvimento, gerando um ambiente estimulador ao empreendedor local.

## **c. PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO**

Tem por finalidade fomentar e consolidar uma rede de microcrédito no Estado em parceria com Instituições Financeiras Públicas e Estaduais, Instituições de Microcrédito (IMs) e Prefeituras Municipais na intermediação de recursos e operacionalização de uma variedade de empréstimos direcionados a um público específico (empreendedores formais e informais, individuais e coletivos, pessoas físicas e jurídicas), definido por sua renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não tem acesso às formas convencionais de crédito. Contempla profissionais tais como pipoqueiro, vendedor de cachorro quente,

## **d. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tem por finalidade fomentar e incentivar a criação e fortalecimento de cadeias produtivas da Economia Solidária.

**Descrição:** Fortalecer a sustentabilidade dos EES, através da apropriação de todo o processo de produção e comercialização por cadeias produtivas.

**Operacionalização:** O fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários se dará através de:

- Fomento e incentivo à criação e fortalecimento de cadeias produtivas (investimento nas estruturas físicas de produção, armazenagem, distribuição e comercialização, em máquinas e equipamentos, capital de giro)
- Qualificação, capacitação e assessoria técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária.
- Promover a comercialização e o consumo consciente de produtos e serviços da Economia Solidária.

**Observação:** as demandas necessitam demonstrar a articulação e/ou constituição de cadeias produtivas da economia solidária, articulação territorial. As principais cadeias produtivas solidárias que estão sendo estimuladas são: produção agroecológica, artesanato e reciclagem (através de matérias primas como frutas nativas, cana de açúcar, peixe, osso, plástico mole e PET).

## **Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR**

A Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, visando: a elevação da qualidade de vida; a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar; a Agricultura Familiar como um modo de vida; um rural com gente; o fomento à cooperação. Para buscar a realização desta missão, a Secretaria tem como prioridade estratégica contribuir para o fortalecimento das economias de base familiar e cooperativa do meio rural.

A ação da SDR se dá através das seguintes ações:

- Programa Leite Gaúcho: assistência técnica e capacitação dos produtores com objetivo de melhorar a qualidade, a produção e a produtividade do leite gaúcho.
- Programa de Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho: apoio à implantação, capacitação e legalização de agroindústrias, a fim de possibilitar aos agricultores familiares, agregação de valor à produção primária.

- Programa de Agricultura de Base Ecológica: apoio à produção de produtos orgânicos, o manejo sustentável da biodiversidade, extrativismo sustentável, produção de plantas medicinais e fitoterápicas, estimulando a adequação ambiental por meio da qualificação de técnicos e produtores.
- Programa RS Pesca e Aquicultura: fortalecimento à cadeia produtiva da pesca artesanal, da aquicultura familiar e organização social e produtiva de pescadores profissionais, artesanais e aqüicultores familiares, por meio de assistência técnica e extensão pesqueira e regularização de empreendimentos coletivos.
- Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural: Estruturação de programas de monitoramento, qualificação, educação, formação de redes cooperativas, crédito e tributação diferenciados.
- Programa de Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidade Quilombolas e Indígenas: Assentar, regularizar, qualificar a infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos, bem como viabilizar projetos de crédito fundiário, visando o alcance do desenvolvimento sustentável, o bem estar e o respeito à identidade cultural de grupos que possuem a terra como seu meio principal de vida.
- Programa de Comercialização e Abastecimento: organização e construção de espaços regionalizados de abastecimento e comercialização, apoio a feiras e a constituição de pontos de comercialização de produtos da agricultura familiar.
- Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural: combate à pobreza extrema no meio rural, através da inclusão produtiva de agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária.
- Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural: intensificação da assistência técnica junto aos agricultores familiares, pecuaristas familiares, pescadores, assentados e comunidades quilombolas e indígenas.
- Programa Irrigando a Agricultura Familiar: elaboração e implementação de projetos para armazenamento e/ou irrigação, perfuração e instalação de poços artesianos, instalação de redes de distribuição e qualificação de produtores no manejo e usos múltiplos da água. **ATENÇÃO DEMANDAS DESTE PROGRAMA DEVEM SER ENCAMINHADAS VIA ÁREA TEMÁTICA IRRIGAÇÃO.**

### **Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA**

Os principais objetivos da SEAPA e que deverão ser priorizados no Processo de Participação Popular e Cidadã são:

- Desenvolver as cadeias produtivas do agronegócio gaúcho, auxiliando na implantação da produção, produtividade e fomentando atividades nascentes, visando à competitividade e qualidade da produção;
- Valorizar a carne gaúcha com diferencial de qualidade e sanidade, baseado nos preceitos de vantagens comparativas de desenvolvimento sustentável, oferecendo ao mercado um produto de alto valor agregado.

As ações preferenciais a serem demandadas são:

- Correção do solo: realizar a correção da acidez dos solos do RS por meio de distribuição de calcário e insumos, visando o aumento de produtividade;
- Fruticultura/Vitivinicultura: fomentar a implantação de pomares e a fabricação de vinhos e sucos;
- Silvicultura: fomentar a implantação de florestas nativas e exóticas no RS;
- Melhoria genética da pecuária: fomentar a melhoria genética da pecuária gaúcha através da inseminação artificial, com vista a aumentar os índices produtivos;

- Irrigação: estabelecimento de CONSÓRCIOS REGIONAIS para aquisição de máquinas e equipamentos. **ATENÇÃO DEMANDAS DESTE PROGRAMA DEVEM SER ENCAMINHADAS VIA ÁREA TEMÁTICA IRRIGAÇÃO;**
- Sanidade animal: fomentar a certificação das propriedades livres de tuberculose e brucelose e dar suporte ao sistema de identificação e registro de bovídeos.

### Secretaria Estadual da Saúde – SES

A Secretaria da Saúde atende as seguintes demandas:

- Construção/Ampliação de Hospitais;
- Reforma/Adequação de Hospitais;
- Construção/Ampliação de Unidade Básica de Saúde – UBS e de Unidade de Estratégia de Saúde da Família (UESF);
- Reforma/Adequação de Unidade Básica de Saúde – UBS e de Unidade de Estratégia da Família
- Aquisição de equipamentos para Hospitais;
- Aquisição de equipamentos para UBS e UESF;
- Aquisição de veículos para ESF e/ou para a Rede de UBS;
- Aquisição de Ambulância;
- Módulos sanitários.

Deverão ser observados os seguintes critérios para atendimento das demandas:

- Não será atendida demanda de “Obra Parcial” (Construção/Ampliação);
- Não será atendida demanda de “Custeio de Consultas e Exames”;
- Não serão atendidas demandas que já possuam recursos estaduais específicos (ex. medicamentos e material de consumo);
- Demanda de equipamentos de grande porte para rede assistencial devem estar de acordo com as portarias do Ministério da Saúde.

### Secretaria da Segurança Pública – SSP

#### a. Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade:

É o programa que concentra as ações basilares de segurança pública, relativas à prestação dos serviços de polícia ostensiva (Brigada Militar), de polícia judiciária (Polícia Civil) e de perícias (IGP) e as atividades próprias do Corpo de Bombeiros (Brigada Militar).

Para que seja possível a efetiva e eficiente atuação dos órgãos policiais e de perícia, é imperioso o aporte de recursos humanos e materiais. Nesse sentido, ao longo do exercício financeiro de 2013 devem ser alocados recursos orçamentários que possibilitem, prioritariamente, a realização das seguintes despesas:

- Aparelhamento dos órgãos de segurança pública: aquisição de veículos, coletes balísticos, armamento, mobiliário e equipamentos de comunicação e de informática, além de equipamentos de proteção individual e de desencarceradores para o Corpo de Bombeiros.

Observação: deve necessariamente ser consultado o responsável pelo órgão policial/pericial ou de bombeiros local quanto à viabilidade técnica e a conveniência da realização do investimento pleiteado, a fim de evitar desperdício de recursos públicos.

- Construção e reforma de prédios da segurança pública. Trata-se de investimento que pode ser demandado em favor da Brigada Militar (policimento ou bombeiros) e da Polícia Civil.

**Observações:** Reformas ou ampliações somente podem realizar-se em prédios que pertençam ao Estado, consultado previamente o responsável pelo prédio no município/região. Para a construção de prédios, deve haver terreno do Estado apto a ser edificado, segundo o padrão de construção aprovado pela instituição em tela. Além disso, a construção de um novo prédio exige que haja contingente para ocupá-lo, ou seja, depende da existência prévia de efetivo ou de sinalização institucional no sentido de criar o serviço no município/região. Deve-se consultar o representante regional da instituição a ser contemplada, quanto à viabilidade e a conveniência da realização do investimento.

**b. RS na Paz:**

Projetos multissetoriais de prevenção da violência, a fim de combater a violência, a criminalidade e a discriminação, e disponibilizar o acesso da sociedade civil organizada na gestão da segurança pública.<sup>1</sup> Destacam-se no programa a implantação de núcleos de policiamento comunitário e dos “territórios da paz” em diversos municípios gaúchos.

O programa em tela é composto de quatro ações, a saber: projetos de prevenção à violência, policiamento comunitário, territórios da paz e apoio e incentivo às políticas públicas municipais.

- Os Territórios da Paz devem constituir-se a partir de projetos que fomentem inclusão, cooperação e confiança, essenciais para o aumento do capital social, visando à diminuição das desigualdades sociais e da violência. Para tanto, o município deve ter território conflagrado pela violência e pela criminalidade, com índices de homicídio acima dos recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

**Observações:**

**Município com mais de 100.000 habitantes:** a demanda deve prever a instalação do Território da Paz, prevendo também o Programa de Acolhimento às Vítimas nas Delegacias de Polícia, o Policiamento Comunitário e ações sociais (Gestão da Transversalidade). Estas últimas abrangem as diversas Secretarias de Estado.

**Município de 50.000 a 100.000 habitantes com território conflagrado pela violência e a criminalidade:** a demanda deve prever a instalação do Território da Paz, prevendo também o Programa de Acolhimento às Vítimas nas Delegacias de Polícia e ações sociais (Gestão da Transversalidade). Estas últimas abrangem as diversas Secretarias de Estado.

**Município com menos de 50.000 habitantes, com território conflagrado pela violência e a criminalidade:** a demanda deve prever a instalação do Território da Paz, prevendo também o Programa de Acolhimento às Vítimas nas Delegacias de Polícia.

Em todos os casos, previamente à apresentação da demanda, deve ser consultado, por intermédio da Secretaria de Estado responsável, o Comitê Gestor RS na Paz,<sup>2</sup> para verificar a viabilidade técnica e a conveniência de sua apresentação.

- **Policiamento comunitário:** Está incluído na demanda de instalação de Território da Paz, nos casos de cidade com mais de 100.000 habitantes. A aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os postos de policiamento comunitário já instalados também é possível.

<sup>1</sup> Conforme o objetivo estabelecido no programa *RS na Paz (PROESCI/RS)*, no PPA 2012-2015.  
<sup>2</sup> Instituído pelo Decreto Estadual nº 48.611/11.



- **Projetos de prevenção à violência:** Poderão ser demandados os Núcleos de Atendimento Jurídico-Psicossocial às Vítimas de Violência nas Delegacias de Polícia, os quais têm por objetivo proporcionar às vítimas de violência doméstica uma escuta inédita humanizada e adequada, orientando-as e gerando nelas, mediante um atendimento especializado e multidisciplinar, novas perspectivas de vida.

**Observações:**

Para que seja possível a instalação desses núcleos, há a necessidade de celebração de convênio com a Prefeitura Municipal, pelo qual o Estado fornece as dependências (delegacias de polícia) e os equipamentos necessários, enquanto que o município ficará responsável pela contratação e remuneração de três estagiários (um da área do direito, outro da assistência social e outro da psicologia). Por isso, o município deve manifestar-se favoravelmente à celebração do Ajuste. Além disso, antes da apresentação da demanda deverá ser consultada a Secretaria da Segurança Pública quanto à viabilidade da instalação do núcleo.

**c. Administração e Modernização do Sistema Prisional:**

Ao longo do exercício financeiro de 2013 devem ser alocados recursos orçamentários que possibilitem o aparelhamento da SUSEPE, por meio da aquisição de veículos (viaturas leves e de transporte de presos), armamento, coletes balísticos, equipamentos de comunicação e de informática, eletrodomésticos e mobiliário.

**Observações:**

Antes de a comunidade formular e aprovar a demanda, para fins de inclusão no Orçamento para 2013, deve necessariamente ser consultado o responsável pelo estabelecimento penal ou delegacia regional da SUSEPE do município/região quanto à viabilidade técnica e a conveniência da realização do investimento pleiteado, a fim de evitar desperdício de recursos públicos.

### **Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos - SJDH**

1. Os recursos neste Orçamento serão destinados para o fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - SEPPED, através da construção de novos Conselhos Municipais sobre Drogas e fortalecimento dos já existentes;
2. Os recursos serão limitados em até R\$ 20.000,00 por proposta/município e a aplicação dos recursos será destinada, única e exclusivamente, para a estruturação dos Conselhos;
3. As propostas deverão estar em consonância com as Políticas Públicas sobre Drogas desenvolvidas em âmbito Nacional e Estadual;
4. As propostas deverão ser encaminhadas ao Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, lotado na Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos;
5. A liberação dos recursos está vinculada a aprovação das propostas, que serão avaliadas pelo Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas em conjunto com o Conselho Estadual sobre Drogas.

### **Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM**

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM tem por missão promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social,

política, econômica e cultural, e visa construir uma política de equidade de gênero efetiva e consolidá-la como política de Estado. O foco está no empoderamento, no enfrentamento à violência e na geração de trabalho e renda para a Mulher.

As demandas devem ocorrer nas seguintes áreas:

- Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho: cursos de capacitação para mulheres;
- Apoio ao Reordenamento Institucional dos Centros de Referência Estadual e Municipais: reformas, equipamentos, qualificação;
- Qualificação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: capacitação dos agentes da rede de atendimento e de mulheres;
- Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres: consultar a SPM para proposição de projetos;
- Efetivação de Direitos das Mulheres: consultar a SPM para proposição de projetos.

### Secretaria do Turismo – SETUR

A SETUR realizou em 2011 a Conferência Estadual do Turismo, que debateu a política do turismo com o conjunto da sociedade gaúcha e deliberou o conjunto dos desafios que nortearão a Política do Turismo para os próximos anos. Para a execução desta política, é necessário que as prioridades orçamentárias definidas no Processo de Participação Popular e Cidadã estejam em consonância com os desafios estabelecidos pela conferência, e as ações descritas no PPA são imprescindíveis para a concretização dos desafios acima citados. Assim as demandas deverão se dar nos seguintes itens:

1. Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao turismo;
2. Desenvolvimento e Marketing de produtos turísticos
3. Promoção e apoio a comercialização de destinos turísticos no Brasil e exterior
4. Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul
5. Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
6. Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo
7. Regionalização do Turismo

#### OBSERVAÇÃO:

Existe impedimento de ordem técnica no que diz respeito a votação de recursos para a realização ou a publicidade de eventos, tendo em vista que estes acontecem em datas pré-definidas, podendo vir a ocorrer antes da transferência do recurso. Ver portaria de convênios CAGE 01/2006, Art 9º, inciso IV.

### Secretaria do Esporte e Lazer – SEL/FUNDERGS

- Construção/Ampliação de Áreas que proporcionem a prática esportiva (ginásios de esportes, quadras poliesportivas, canchas de bocha, quadras de areia...) **com acessibilidade universal**;
- Estruturação de centros de treinamento (esporte de rendimento);
- Aquisição de implementos e materiais esportivos;
- Apoio a programas educacionais por meio do Esporte no turno inverso;  
Apoio a seminários, congressos e encontros esportivos;
- Apoio à atração de eventos (campeonatos, torneios no âmbito nacional e internacional).

## Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento - STDS

A Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS) é o órgão responsável pela articulação e execução das políticas do trabalho, assistência social e segurança alimentar e nutricional sustentável, promovendo a inclusão produtiva do cidadão e a superação da pobreza extrema.

As demandas devem ser encaminhadas nas seguintes áreas:

### a. Emprego, trabalho e renda

O PLANO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL identifica as principais demandas de qualificação profissional, alinhadas às reais necessidades do mercado. Enfatizamos a relevância do debate público para a construção de bons cursos, que dialoguem com as necessidades da região, identificando as demandas concretas dos empresários. A orientação da STDS, alinhada ao Governo Federal, é a de "Inclusão Produtiva". Para isso o trabalho deverá focar, também, a busca ativa por famílias em situação de vulnerabilidade social, para qualificá-las bem como para proporcionar melhoria nas condições de vida e geração de renda.

### b. Programa de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Visa garantir o direito humano à alimentação adequada e de qualidade, a sustentabilidade econômica e a promoção social dos segmentos mais vulneráveis da população, bem como oportunizar a capacitação para geração de renda, através de ações articuladas e interadas às áreas de assistência social e do trabalho, bem como ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do RS (CONSEA/RS).

#### • Implantação de Centros de Referência Alimentar e Nutricional

Visa a elaboração e fornecimento de alimentos, prestação de serviços de utilidade pública e cursos profissionalizantes.

#### • Implantação e implementação de Restaurantes Populares

Voltados para o segmento mais vulnerável e em situação de insegurança alimentar, possibilita o acesso à refeição balanceada de qualidade e com baixo preço. São usuários deste serviço: trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, idosos, gestantes, crianças.

#### • Implantação e implementação de Hortas e Cozinhas Comunitárias

Visando a produção de alimentos, educação ambiental e capacitação profissional e geração de renda, promovendo o acesso e disponibilidade dos mesmos, de forma solidária, como instrumento de garantia da segurança alimentar para populações vulneráveis.

Hortas comunitárias: R\$ 10.000,00 a unidade.

Cozinhas comunitárias: R\$ 15.000,00 a unidade.

#### • Implantação de Padarias Comunitárias (R\$ 30.000,00 a unidade)

Visando proporcionar um espaço para elaboração de alimentação saudável produzida adequadamente, foram desenvolvidas atividades de educação alimentar e nutricional, bem como articulações e capacitações para geração de renda e empreendedorismo estimulando atividades produtivas e promovendo a profissionalização, proporcionado o desenvolvimento socioeconômico local.

### c. Gestão da Política Social

A Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social coordena a Política de Assistência Social no Rio Grande do Sul, e tem como finalidade consolidar a Assistência Social como uma política pública no Estado,

oferecendo serviços de promoção e proteção social às famílias, em especial, as que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

### **Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS**

A Secretaria de Estado de Habitação e Saneamento - SEHABS - formula, coordena e executa as políticas de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano do Estado. As suas ações são norteadas pelo conceito de habitabilidade, uma concepção de desenvolvimento urbano integrado, onde a habitação não se restringe à casa, incorpora também o direito à legalização fundiária, infraestrutura e saneamento. A ação da SEHABS se dá através das seguintes ações:

**SANEAMENTO** – Os programas citados tem como objeto:

- Perfuração de poços;
- Ações de destinação de resíduos sólidos;
- Redes de Esgoto;
- Abastecimento de água a comunidades carentes;
- Obras de drenagens.

- **ADEQUAÇÃO URBANÍSTICA**- Coordenar ações integradas entre municípios e órgãos estaduais responsáveis por políticas públicas complementares à função habitacional, buscando a promoção de Adequação Urbanística em assentamentos informais ou conjuntos residenciais degradados. (COHABS)
- **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** - Atuação direta em áreas públicas estaduais ocupadas para fins de moradia de forma já consolidada. Em ocupações irregulares de áreas estaduais com objetivo de garantir a permanência das famílias nos locais em que residem, legalizando a situação fundiária e promovendo a ordenação urbanística do assentamento e sua integração à cidade a partir dos padrões e especificidades do próprio local. Em situações de maior densidade populacional, a regularização passa, também, pela implementação de um projeto habitacional. O processo inclui as etapas de regularização urbanística, recuperação urbana (obras de urbanização) e regularização jurídica.
- **PRODUÇÃO HABITACIONAL** - O Programa Operacional da SEHABS denomina-se PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS, ao qual vinculam-se os Programas Estruturantes, e o Programa da Consulta Popular, diretamente com recursos do Governo do Estado a complementar aos recursos do Governo Federal, como o Programa de Subsídio Habitacional – PSH e da Resolução 460/518.

### **Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA**

Para o ano de 2013 a SEINFRA executará diretamente, ou através de seus órgãos vinculados (SULGÁS, DAER, SPH, DAE, CRM, SUPRG e CEEE), ações em diversos setores:

- Restauração do Parque de Dragagem; Dragagem, Balizamento e Sinalização de Hidrovias. Estas ações visam recuperar o parque de dragagem e melhorar a sinalização náutica melhorando assim a capacidade de navegação interior. Ainda fomentar a instalação de novos terminais privados, com destaques para contêineres.

- Articula ações buscando a melhoria na estrutura de logística rodoviária no RS para o transporte de cargas, nos acessos municipais, obras de integração regional e duplicação de rodovias, todos contemplados no **Plano Rodoviário de obras 2012-2014**.
- Busca melhorias na estrutura de logística ferroviária no RS para o transporte de cargas, articula junto ao Governo Federal para a viabilização da ferrovia Norte Sul, trecho Sul.
- Atualização do mapa eólico, e trabalha ainda na perspectiva da contratação de consultoria para a elaboração do novo Atlas Eólico e para a entrega deste ainda em 2013.
- Articula ações para assegurar e expandir Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, debatendo atividades das concessionárias e na ação política junto ao Governo Federal para promover o desenvolvimento da Energia Térmica no Estado.
- Busca ainda alternativa de estrutura e acesso à telefonia, criando condições para o acesso a banda larga nas propriedades rurais do RS através da possibilidade da criação da CEEE Telecom.

## 1. **SULGÁS**

### a. **AMPLIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE BIOGÁS NO ESTADO**

- Expansão da rede física de gasodutos; ampliação da oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; desenvolvimento do mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta.
- Regiões contempladas: RF 1 (Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana -Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos), RF 2 (Vales do Rio Pardo e Taquari) e RF 3 (Serra, Campos de Cima da Serra e Hortênsias)
- Recursos previstos 2012 -2015: R\$ 197.266.788

### b. **MELHORIAS OPERACIONAIS DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL**

- Melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Projeto envolvido: Sistema Supervisório.
- Regiões contempladas: RF 1 (Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana -Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos), RF 2 (Vales do Rio Pardo e Taquari) e RF 3 (Serra, Campos de Cima da Serra e Hortênsias)

Recursos previstos 2012-2015: R\$ 7.992.000

### c. **PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL**

- Pesquisa e planejamento nas áreas de energia, alternativas e em geral, associadas ao negócio gás natural. Projetos envolvidos: Gás Seguro; Motor a Gás para Ônibus; Produção de Biogás (aterros sanitários, dejetos animais e industriais); Projetos de Cogeração/Climatização; e Conversão de frotas de transporte.

Regiões contempladas: todo RS

Recursos previstos 2012-2015 R\$ 65.300.000

Observação:

Com relação a variável geográfica, a SULGÁS tem uma área de atuação no entorno da rede atual do gasoduto, que possibilitam os ramais de ligação de redes, disposto nas RFs 1, 2 e 3.

## 2. **SPH**

Programas e Projetos:

- Desenvolver as ações para manter a infra-estrutura na área do porto organizado de Porto Alegre e na área do porto organizado de Pelotas, onde também deverá ser implantado o ISPS-CODE para tráfego internacional de cargas;
- Garantir as condições de navegabilidade nas hidrovias no Estado RS;
- Transportes Multimodais na pavimentação da área operacional do cais navegantes;
- Dotar as estruturas portuárias de equipamentos e infra-estrutura adequadas para plena eficiência operacional de carga, descarga e manutenção de embarcações;
- Execução de dragagem de aprofundamento e manutenção dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Rio Caí, Rio dos Sinos e Rio Gravataí. Construção de novos canais objetivando normalizar a navegabilidade das hidrovias e terminais especializados na Bacia do Sudeste, com segurança;
- Execução e manutenção da sinalização náutica das hidrovias do Sudeste com aquisição e instalação de novos sinais para melhorar as condições de navegação nos canais e no acesso aos portos públicos de Porto Alegre, Pelotas, Estrela e Cachoeira do Sul;
- Execução dos serviços de manutenção e recuperação que integram o parque náutico, mediante aquisição de novas embarcações destinadas aos serviços de dragagem e manutenção das hidrovias;
- Elaboração de estudos e projetos de impacto ambiental dos portos e hidrovias, licenciamento ambiental das obras de dragagem das hidrovias. Estudos de viabilidade econômica para os Portos do Estado.

### 3. DAE – Departamento Aeroviário

- Adequação dos aeroportos da rede estadual às inúmeras novas exigências das Autoridades de Aviação Civil, especialmente nos aeroportos com operação de transporte aéreo regular:
  - Ampliação e modernização dos aeroportos com maior demanda por voos regulares, com vista a atender aeronaves maiores;
  - A ampliação dos pátios de aeronaves, terminais de passageiros e de carga;
- Recuperar a infraestrutura dos aeródromos públicos que, mesmo sem perspectiva de operar voos regulares, apresentam demanda significativa da aviação geral, assim entendida a aviação agrícola, executiva e de instrução.
- Recuperação e modernização de aeródromos públicos de baixa demanda, mas que por razões estratégicas mereçam investimentos do Estado.

### 4. CRM – Cia. Riograndense de Mineração

A principal diretriz da CRM é “expandir a extração de carvão mineral para produção de energia com ênfase na sustentabilidade ambiental”.

As regiões de atuação são:

- Região Campanha: Mina de Candiota;
- Região Centro- Sul: Mina de Leão

### 5. CEEE

Previsão de investimentos em 2013: 364,5 milhões de reais.

- Expansão e modernização do Sistema Elétrico
  - Ampliação de Rede Trifásica;
  - Construção de Subestação;

- Expansão de rede.

## 6. DAER

Estão previstas dentro do Plano de Obras Rodoviárias para o período de 2012-2014, as seguintes obras:

- Acessos Municipais; início de 104 acessos municipais e conclusão de no mínimo 77 acessos até o ano de 2014, conforme cronograma para início previsto nos Grupo I, II e III, com investimento previsto de R\$ 769 milhões;
- Ligações Regionais: 19 obras para conclusão até 2014, com previsão de investimento de R\$ 259 milhões ;
- Duplicações: 08 obras, (205 Km) iniciadas e concluídas até 2014, com previsão de investimento de R\$ 498 milhões;
- Obras em andamento: 10 obras concluídas até 2014, com previsão de investimento de R\$ 130 milhões;
- Serviços Essenciais e de apoio aos projetos, (Crema mais Serviços Complementares), com previsão de investimento de R\$ R\$ 946 milhões.

## Secretaria da Educação - SEDUC

### a. Qualificação e Modernização Tecnológica (para discussão e definição em nível municipal):

Equipamentos e Materiais Permanentes para as Escolas Estaduais de Educação Básica e Educação Profissional: objetiva a qualificação dos espaços Administrativos e Pedagógicos tais como:

- Biblioteca;
- Laboratório de Ciências;
- Laboratório de Informática;
- Sala de Estudos para Professores;
- Sala Multifuncional;
- Laboratórios Técnicos da área Profissional

Obs.: Os equipamentos para novos cursos não estão incluídos neste item.

### b. Qualificação da Infraestrutura Física das Escolas de Educação Básica e de Educação Profissional (para discussão e definição em nível regional)

Objetiva evitar a pulverização dos recursos orçamentários e a conseqüente falta de previsão dos montantes necessários para o atendimento de demandas específicas, as demandas oriundas da Participação Popular e Cidadã 2013 . **Devem priorizar as demandas apontadas no Plano de Necessidade de Obras**, conforme as necessidades das escolas estaduais, tendo em vista sua revitalização como um todo, buscando, desse modo, a melhoria dos espaços físicos escolares. A referência no PNO estabelece-se por ser fruto de uma análise, discussão e elaboração conjunta com Coordenadorias Regionais de Educação e comunidades escolares, mediante avaliação quanto à precariedade da estrutura física das escolas, da falta de espaços físicos, entre outros itens.

Tal revitalização, cujo objeto é a escola em sua totalidade, institui os seguintes padrões mínimos:

- Sala de estudos para professores;
- Quadro branco;
- Aparelhos de ar condicionado;
- Água quente;
- Piso nas áreas externas;
- Paisagismo;
- Plano de prevenção e combate a incêndios;
- Acessibilidade;
- Instalações elétricas e hidráulicas adequadas;
- Cozinha e refeitório;
- Cercamento e iluminação adequados à segurança da comunidade e do patrimônio;
- Cisternas e água de vertentes;
- Estrutura de wi-fi, com instalação de pontos de internet em todos os espaços da escola;
- Espaço de manifestação cultural;
- Monitoramento por câmera de vídeo;
- Identidade visual das escolas que terão identificação e cores unificadas.



**ASSEMBLÉIA PÚBLICA MUNICIPAL**

**ATA Nº \_\_\_\_/2012**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às \_\_\_\_\_, tendo por local \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, aconteceu a Assembléia Municipal da Participação Popular e Cidadã 2012-2013. Na ocasião o Sr(a) \_\_\_\_\_, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento agradeceu a presença dos \_\_\_\_\_ participantes e em seguida passou a condução dos trabalhos, aos membros da Comissão Municipal, especialmente constituída para coordenar o processo de participação popular no município, em que fazem parte os Srs: \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_. Na ocasião, foram discutidos os programas e ações estruturantes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as demandas prioritárias para o desenvolvimento regional e municipal. Todos os presentes tiveram a oportunidade de manifestar a sua opinião e após amplo debate, foram aprovadas, nas seguintes áreas, as seguintes propostas: **(no máximo 10 com valor alocado) e (05 estratégicas – sem valor alocado).**

Propostas com valor alocado:

- 1) Área:  
Proposta/projeto  
Descrição do Projeto/Proposta
- 2) Área:  
Proposta/projeto  
Descrição do Projeto/Proposta
- 3) Área:  
Proposta/projeto  
Descrição do Projeto/Proposta
- 4) Área:  
Proposta/projeto  
Descrição do Projeto/Proposta:
- 5) Área:  
Proposta/projeto  
Descrição do Projeto/Proposta:
- 6) Área:  
Proposta/projeto  
Descrição do Projeto/Proposta:

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE \_\_\_\_\_**

7) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta:

8) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta:

9) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta:

10) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta:

Propostas estratégicas – sem valor alocado:

1) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta

2) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta

3) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta

4) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta:

5) Área:

Proposta/projeto

Descrição do Projeto/Proposta:

Por fim, foi eleito(os) como delegado(os) para a Assembleia Regional Ampliada, a ser realizada no dia 11 de Junho de 2012, às 14hs, local a confirmar, os Srs(as). \_\_\_\_\_;

A quantidade de urnas e os locais de votação do dia 04-07-2012 ficaram assim estabelecidos: 1- \_\_\_\_\_; 2- \_\_\_\_\_. O encontro que contou com expressiva participação da sociedade civil organizada, encerrou-se às \_\_\_\_\_ e para constar lavrei a presente ata, que será assinada por mim e por todos os presentes conforme segue (ou conforme lista de presenças).

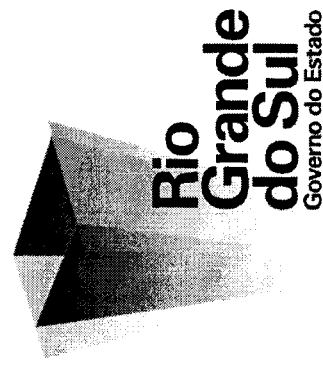
Assinaturas: Secretário(a) e Presidente COMUDE.

# Mapa dos Investimentos

## RF 9

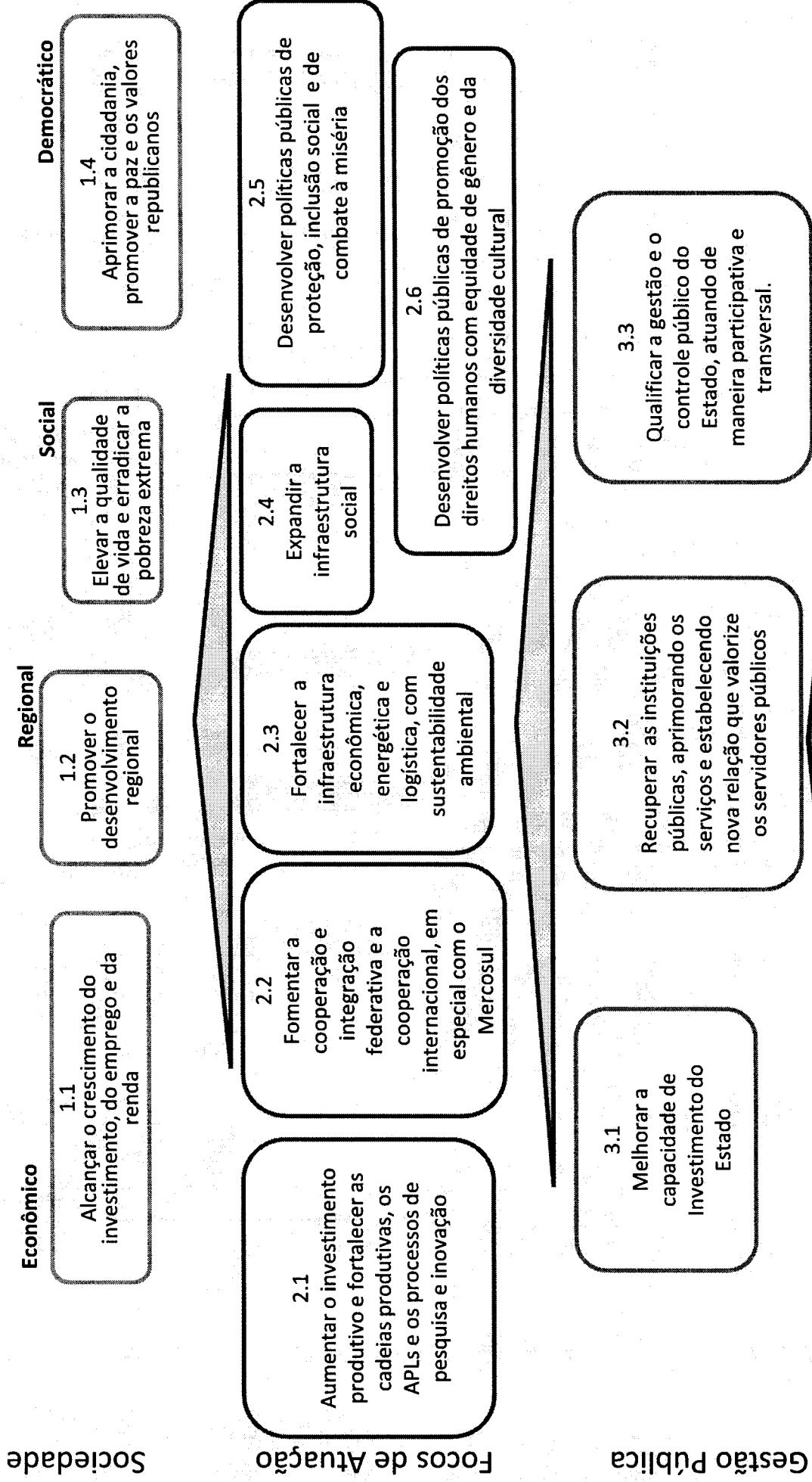
### 2011- 2014

Secretaria do  
Planejamento, Gestão e  
Participação Cidadã



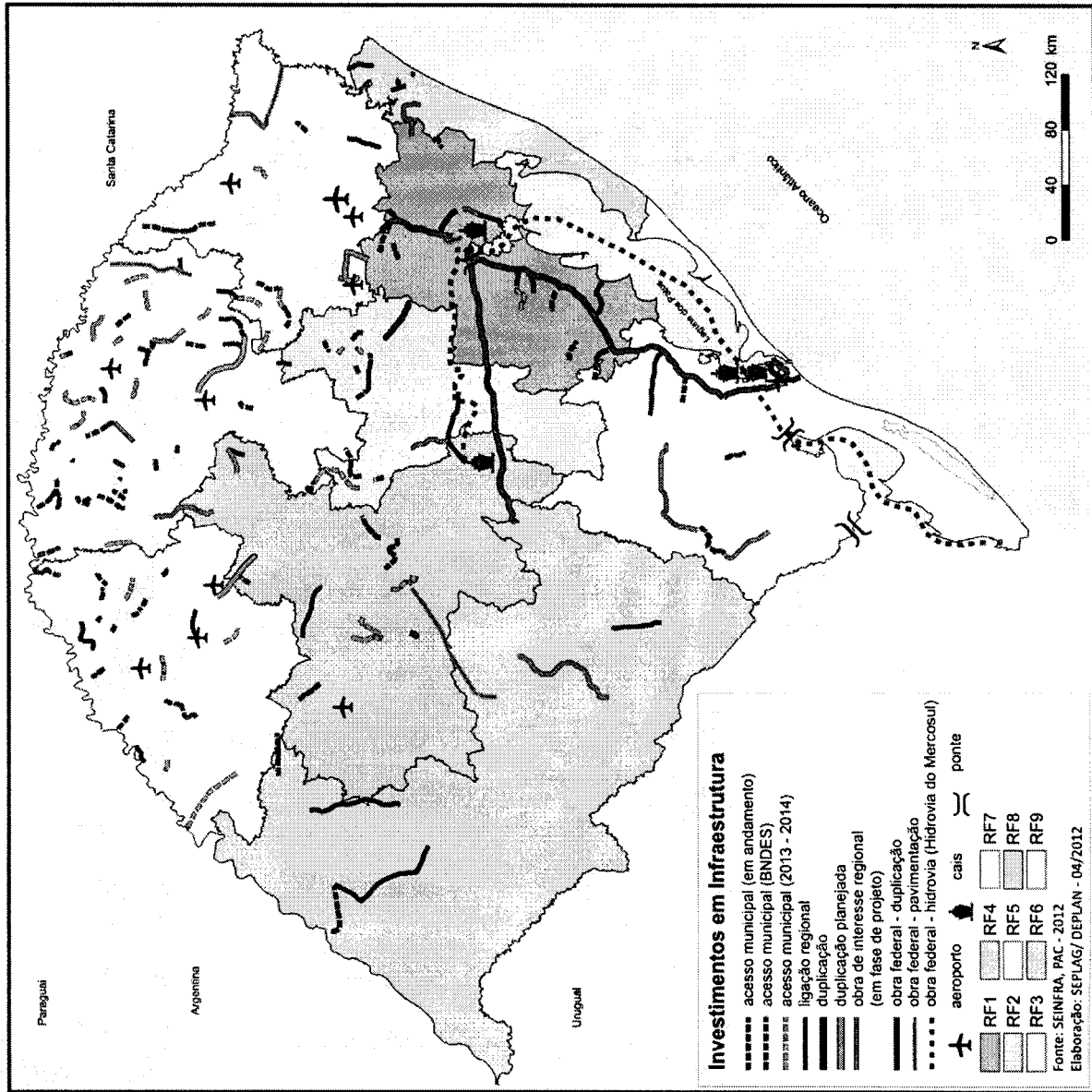
# MAPA ESTRATÉGICO: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

## Visão: RETOMAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM EQUIDADE E PARTICIPAÇÃO



# Infraestrutura de Transportes

## Rodovias, Hidrovias e Aeroportos



### Plano de Obras Rodoviárias - 2012/2014

Programa	Produto/Meta	Investimento 2012/2014
<b>Acessos Municipais</b>	- Iniciar 104 acessos e construir no mínimo 77 até 2014	769.000.000,00
<b>Ligações Regionais</b>	- 19 obras concluídas até 2014	259.000.000,00
<b>Duplicações</b>	- 8 obras iniciadas e 3 concluídas até 2014	498.000.000,00
<b>Obras em andamento</b>	- 10 obras concluídas até 2014	130.000.000,00
<b>Serviços Essenciais</b>	- CREMA Serra	
	- CREMA BIRD	946.000.000,00
	- Serviços Complementares	
<b>Total</b>		<b>2.602.000.000,00</b>

Fonte: SEINFRA; PAC

# Investimentos em Infraestrutura no RS

- Planalto / Iral
- Pinheirinho do Vale
- Ametista do Sul

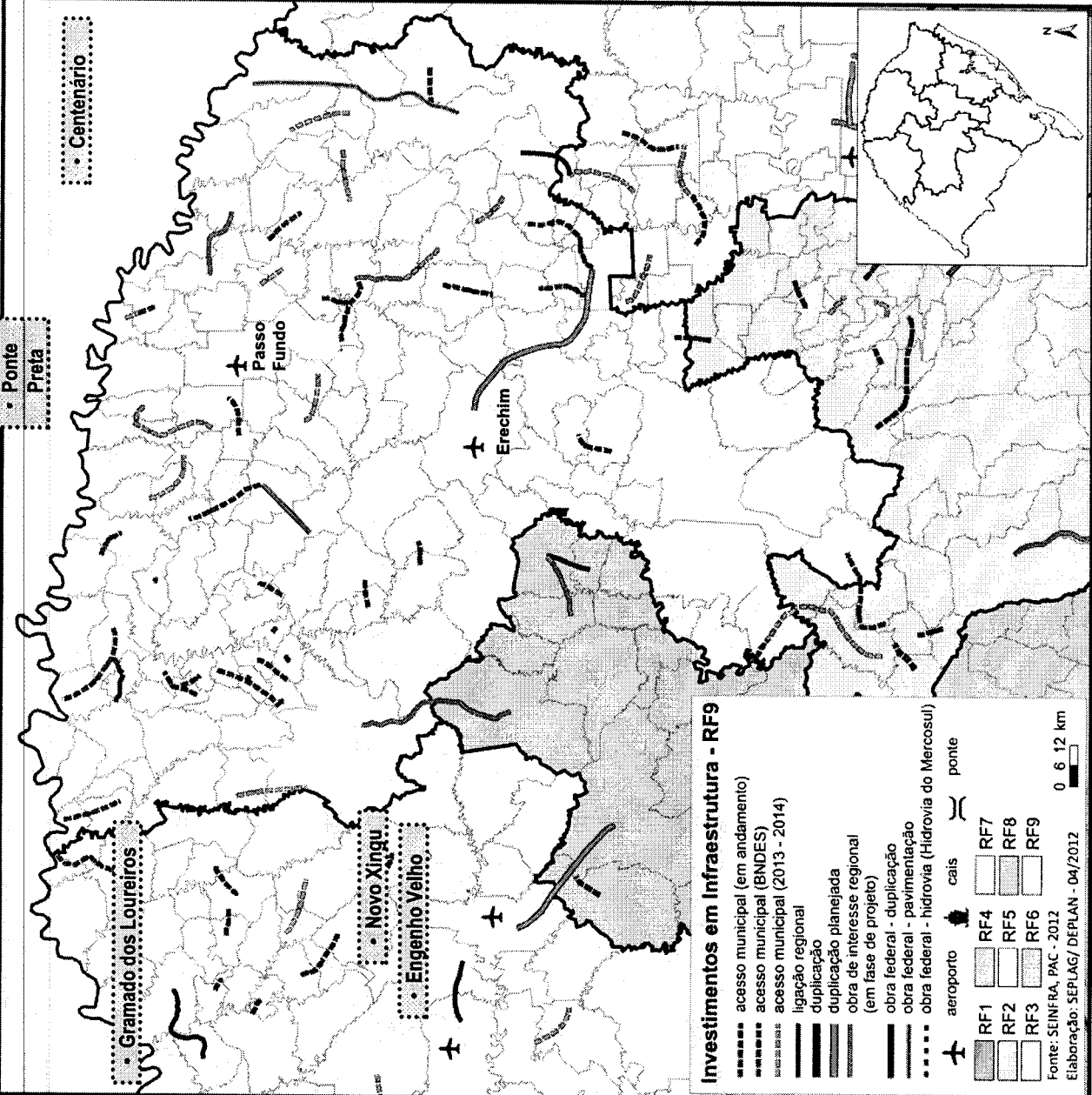
- Faxinaizinho / Benjamin Constant do Sul / RS 480
- Rio dos Índios

- Entre Rios do Sul / Cruzaltense / Campinas do Sul

- Itatiba do Sul
- Quatro Irmaós

- Severiano de Almeida / Mariano Moro

- Gramado dos Loureiros
- Novo Xingu
- Engenho Velho
- ERS 508 - Santa Bárbara do Sul / entr. BRS 158
- ERS 211 entr. ERS 324 / Campinas do Sul
- Nova Boa Vista
- Coqueiros do Sul



- ERS 126 - Maximiliano de Almeida / Viadutos

- Fioriano Peixoto / Charrua
- Carlos Gomes

- ERS 340 - Charrua/Tapejara
- Tupanci do Sul
- Santo Expedito do Sul
- Santa Cecília do Sul
- Capão Bonito do Sul
- BR 470 - construção e pav.
- Agua Santa
- Multitermo

- ERS 126 - entr. ERS 438 / São Jorge / Ibiraiaras
- David Canabarro / Vanini / São Domingos do Sul
- Gentil
- ERS 324 - Passo Fundo / Casca
- Nicolau Vergueiro
- Itapuca
- Jacuzinho
- Tunas
- Segredo / Lagoão

## Investimentos em Infraestrutura - RF9

- acesso municipal (em andamento)
  - acesso municipal (BNDES)
  - acesso municipal (2013 - 2014)
  - ligação regional
  - duplicação
  - obra de interesse regional (em fase de projeto)
  - obra federal - duplicação
  - obra federal - pavimentação
  - obra federal - hidrovia (Hidrovia do Mercosul)
  - aeroporto
  - cais
  - ponte
  - RF1
  - RF2
  - RF3
  - RF4
  - RF5
  - RF6
  - RF7
  - RF8
  - RF9
- Fonte: SEINFRA, PAC - 2012  
Elaboração: SEPLAG/DEPLAN - 04/2012

# Infraestrutura de Transportes – RF 9

Região Funcional 9	
Obra Federal	BR 470 - construção e pav.
Ligação Regional	ERS 591 - Anetista do Sul / Castelinho (Rio da Várzea)
	ERS 126 - entr. ERS 436 / São Jorge / Miralhas
	ERS 508 - Santa Bárbara do Sul / entr. BRS 158
Obra de interesse regional (em fase de projeto)	ERS 211 - entr. ERS 324 / Campinas do Sul
	ERS 126 - Maximiliano de Almeida / Viadutos
	ERS 340 - Charrua/Tapejara
Acessos municipais	Anetista do Sul
	Pinhal/Rodéio Bonito
	Novo Tiradentes
	Cerro Grande
	Lajeado do Bugre
	São Pedro das Missões
	Sagrada Família
	São José das Missões
	Novo Xingu
	Engenho Velho
	Novo Boa Vista
	Coqueiros do Sul
	Sigredo/Lagoa
	Tunas
	Jacubinho
	Rapuca
	Nicolau Vergueiro
	Cairati
	David Carabarro / Yanini / São Domingos do Sul
	Muitambo
	Água Santa
	Capão Bonito do Sul
	Santa Cecília do Sul
	Santo Expedito do Sul
	Tupanci do Sul
	Carlos Gomes
	Montão Pelado / Charrua
	Castanhão
	Severiano de Almeida / Mariano Moro
	Quatro Irmãos
	Ponte Preta
	Itatiba do Sul
	Faxinalzinho / Benjamin Constant do Sul / RS 490
	Entre Rios do Sul / Cruzaltense / Campinas do Sul
	Rio dos Índios
	Planalto / Iral
	Gramado dos Loureiros
Duplicação Planejada	ERS 324 - Passo Fundo / Casca



# Infraestrutura de Energia - CEEE

## CEEE - Valores PPA Participativo - 2012 - 2015

Ação	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
<b>Energia Para o Rio Grande</b> Eficientização energética	95.340.798	-	95.340.798
<b>CEEE Distribuição</b> Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição	4.519.268.953	534.752.395	5.054.021.348
Expansão, renovação e melhoria das instalações de subtransmissão (Linhas de Transmissão e Subestações)	1.274.665.602	512.163.806	1.786.829.408
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - CEEED	46.580.260	-	46.580.260
<b>CEEE Geração e Transmissão</b> Expansão da geração	-	559.109.075	559.109.075
Expansão da transmissão	-	384.552.450	384.552.450
Manutenção e operação da geração	180.806.310	148.520.924	329.327.234
Manutenção e operação da transmissão	100.258.480	86.047.550	186.306.030
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - CEEEGT	24.897.920	-	24.897.920
<b>Total (R\$)</b>	<b>6.241.818.323</b>	<b>2.225.146.200</b>	<b>8.466.964.523</b>

Fonte: PPA Participativo (2012-2015)



# Infraestrutura de Energia – Geração e Transmissão

## Geração (2012-2016):

- Modernização Grupo 4 - UHE Itaúba
  - Modernização Grupo 2 - UHE Passo Real
  - Ampliação da PCH Bugres - S.F. Paula
  - Ampliação da PCH Ijuizinho - Eugênio de Castro
  - Ampliação da UHE Ernestina - Ernestina
  - Ampliação da PCH Forquilha - M. de Almeida
  - Ampliação da PCH Guarita - Erval Seco
  - Ampliação da PCH Santa Rosa - Três de Maio
  - Expansão Energia Eólica 50 MW/Ano (SPE) – RS
  - Bielismo Grupo 2 - UHE Itaúba
  - ENERFIN - Participação em 10% de 428,8 MW
- Investimento total: R\$ 1,8 bilhões  
 Recursos Próprios: R\$ 338,8 milhões  
 Financiamentos: R\$ 1,4 bilhões

## Transmissão:

**2012:** Vale do Rio do Sinos (Canoas 3 e São Leopoldo na SE Scharlau), Campanha (Bagé 2 e Candiota), Centro Sul (Camaquã), Sul (Rio Grande), Central (São Vicente do Sul), Fronteira (Alegrete 2 e Maçambará)  
**Valor Total: R\$ 75.059.203,85**

**Em processo Licitatório:** Delta do Jacuí (Eldorado do Sul, Guaiíba 2), Vale do Rio dos Sinos (Canoas 1)  
**Valor Total: R\$ 41.254.112,65**

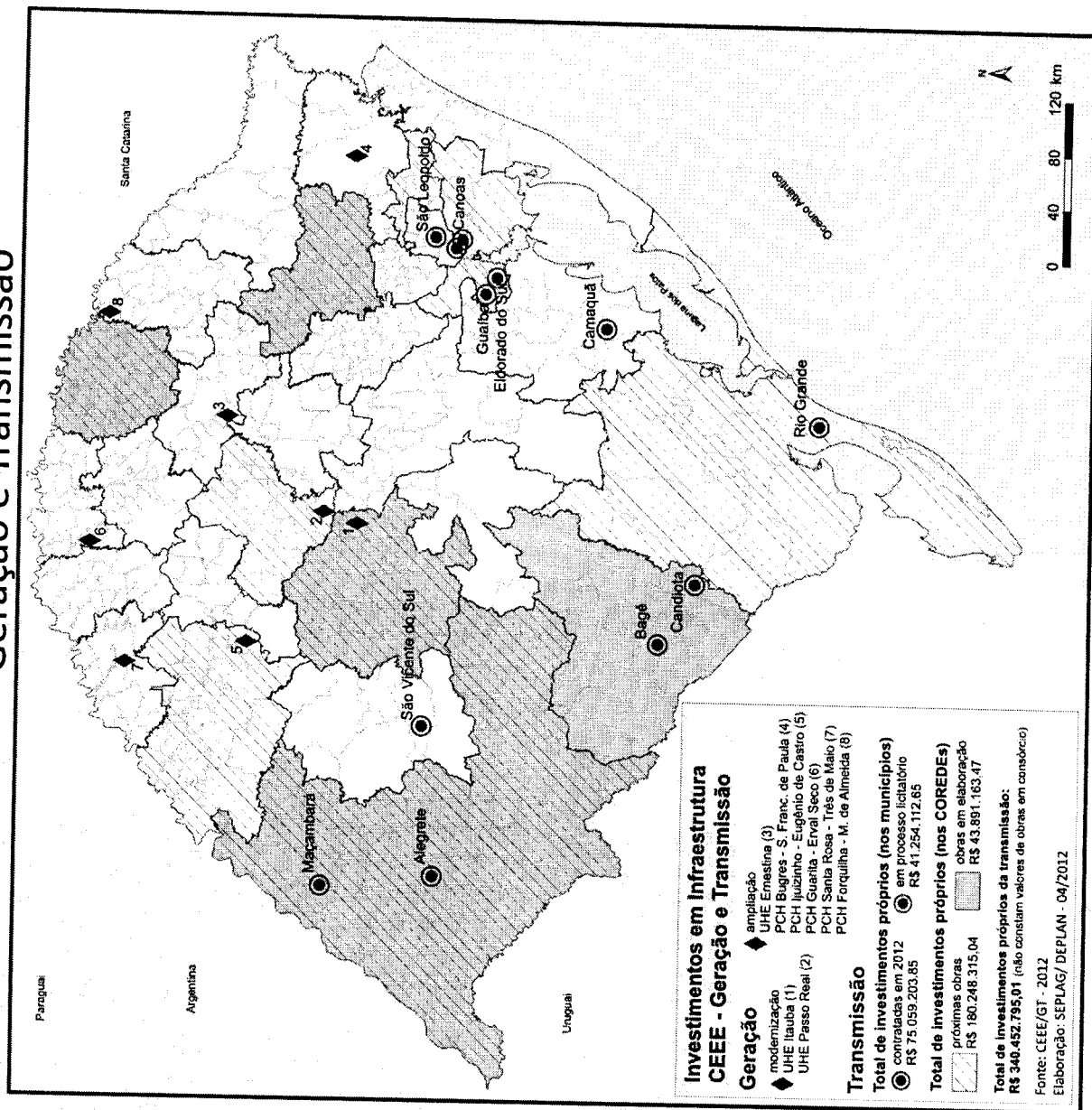
**Próximas Obras:** Central, Fronteira Oeste, Serra, Metropolitan Delta do Jacuí, Norte, Missões, Alto Jacuí, Central, Fronteira Oeste, Serra, Norte, Missões, Alto Jacuí, Sul e vale do Paranhana.  
**Valor Total: R\$ 180.248.315,04**

## Obras em Elaboração:

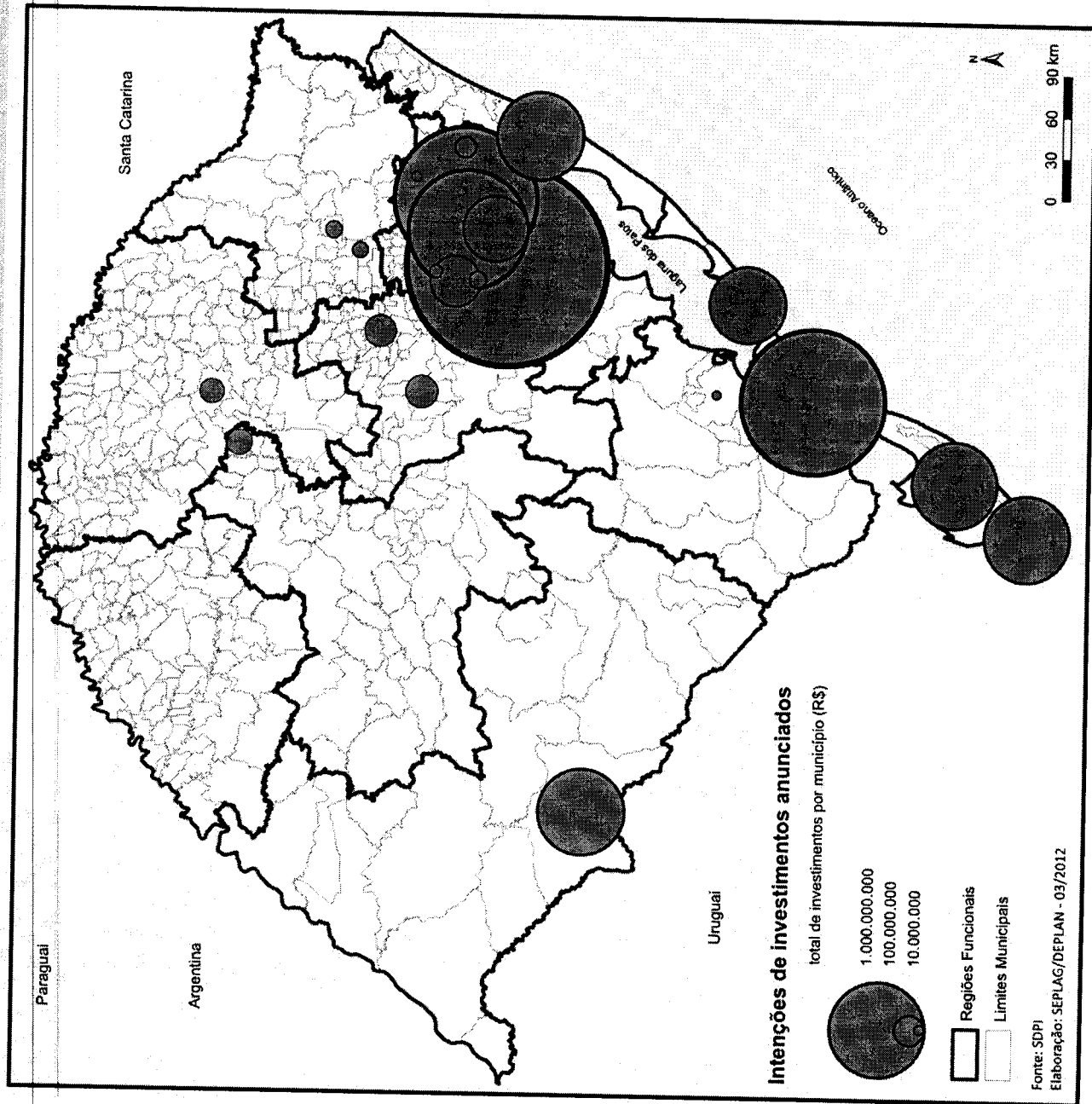
**Regiões:** Central, Norte, Serra, Fronteira Oeste, Campanha;  
**Valor Total: R\$ 43.891.163,47**  
**Total de Investimentos Transmissão: R\$ 340,5 milhões**

Fonte: CEEE

## Geração e Transmissão



# Intenções de investimentos privados



Valores no RS:  
R\$ 16,9 bilhões

RF 9:  
Máquinas e Implementos agrícolas

Fonte: SDPI

# Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais e Núcleos de Extensão produtiva

## Arranjos Produtivos Locais

- ✓ 20 APLs apoiados
- ✓ 5 já definidos

Valor Total: 13,5 milhões

## Núcleo de Extensão Produtiva

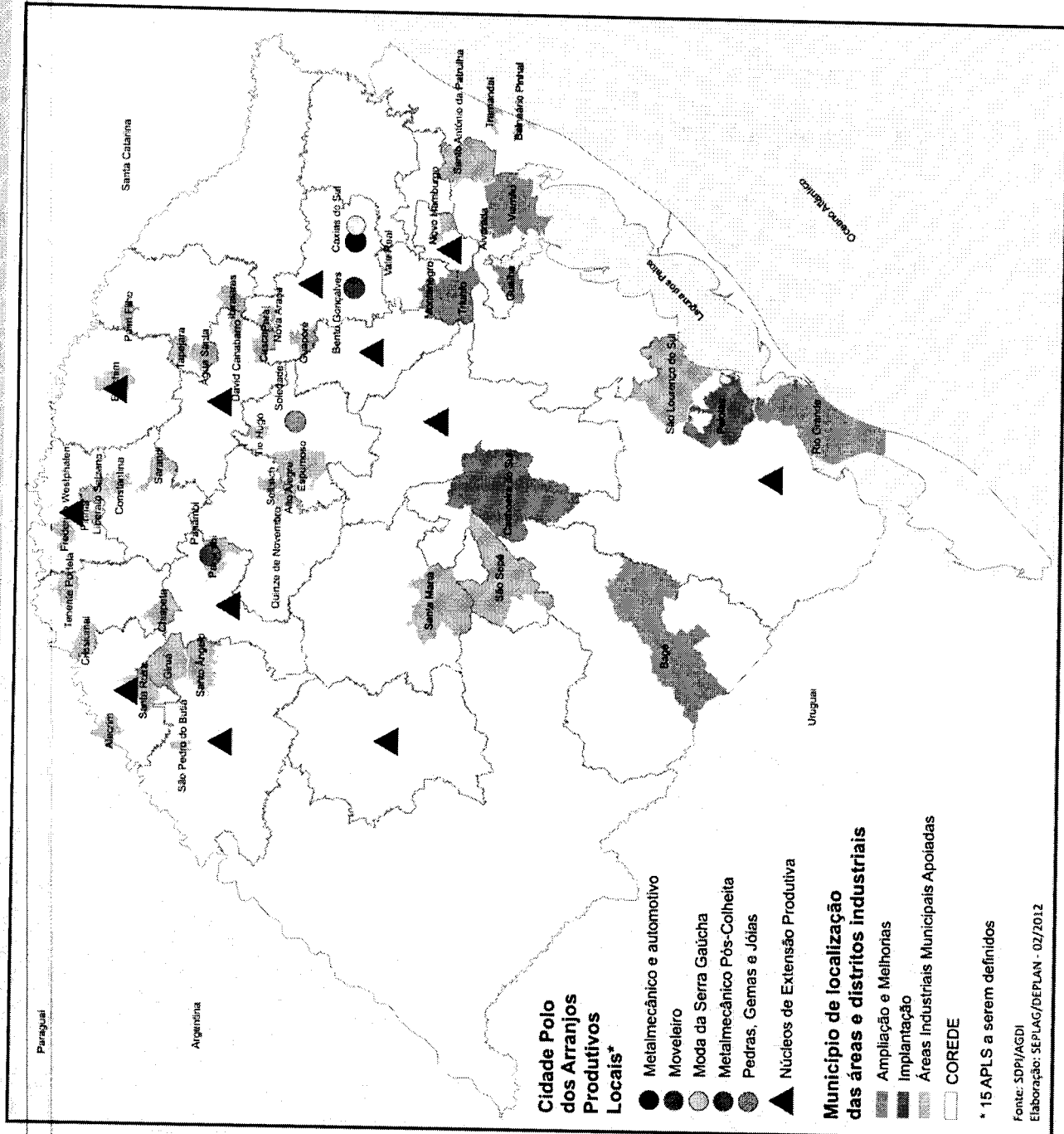
- ✓ 12 em implantação

Valor Total: 41,5 milhões

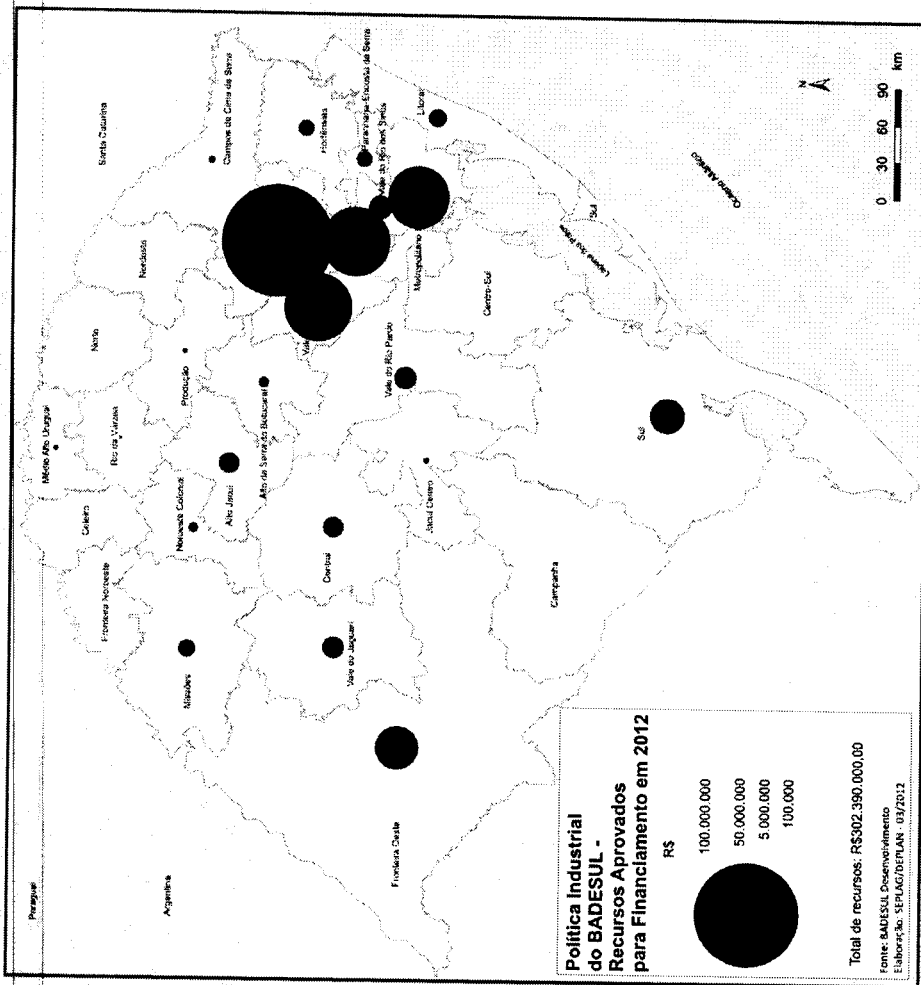
## Áreas e Distritos Industriais

- ✓ 5 ampliados e melhorados
- ✓ 2 em implantação
- ✓ 35 municípios apoiados

Valor Total: 229,6 milhões



# Política Industrial BADESUL - Financiamentos



**Total de Recursos Aprovados:**  
R\$302.390.000,00

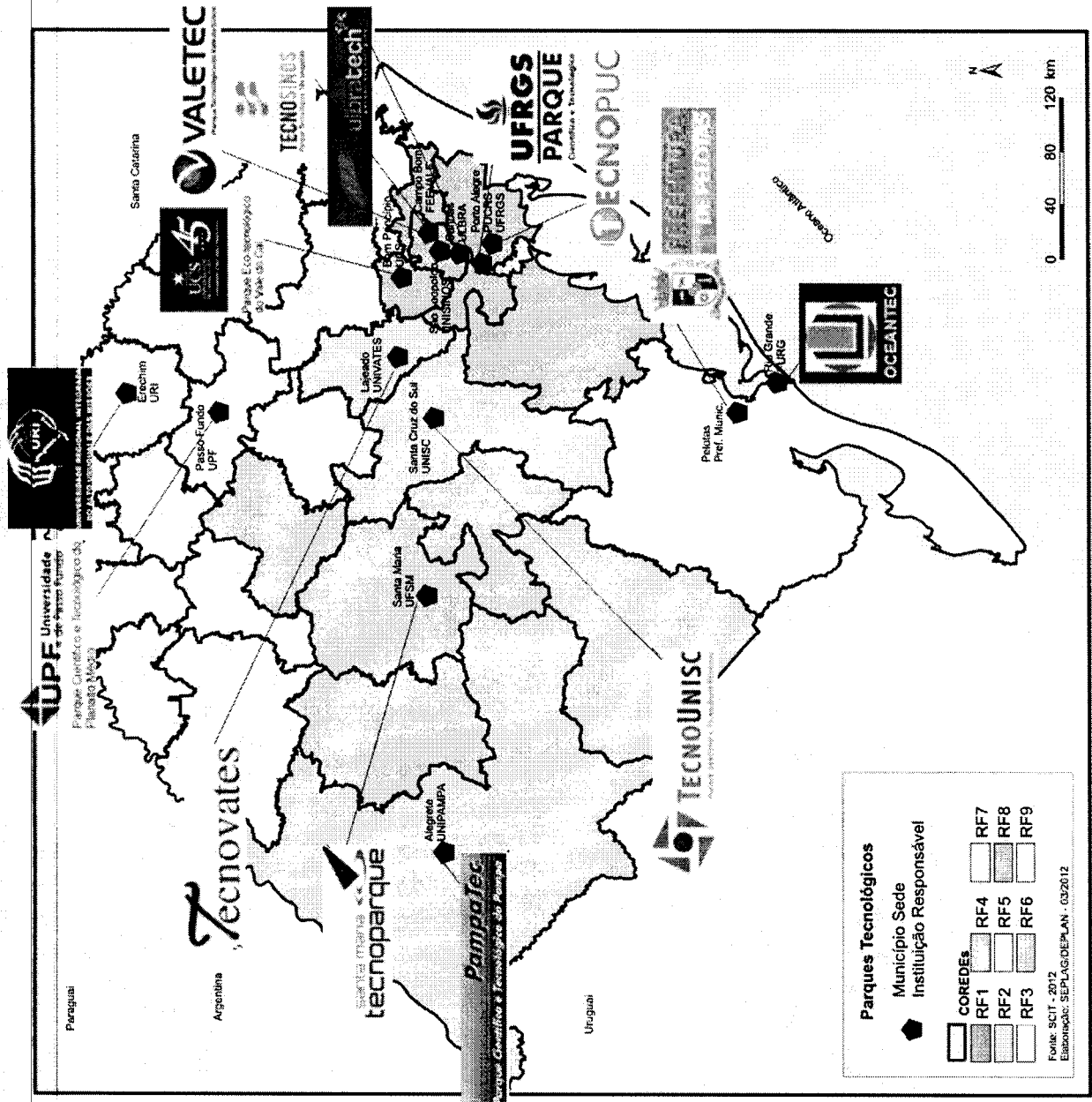
**Total de Recursos Liberados:**  
R\$106.929.000,00

# Parques Tecnológicos

## Parques Tecnológicos:

- Ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infraestrutura adequada, trabalhando com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico.

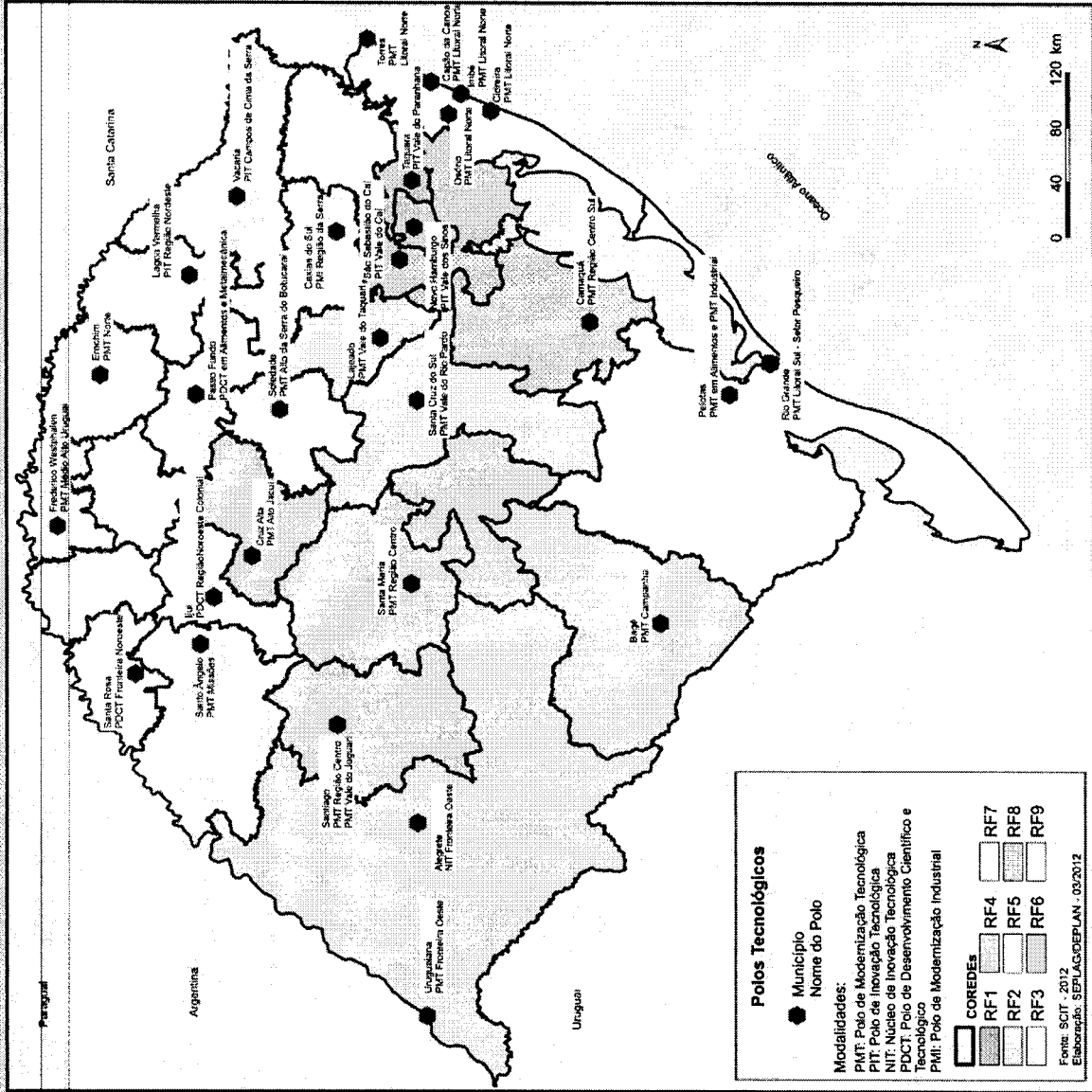
- 14 Parques Tecnológicos credenciados no Estado





# Polos Tecnológicos

**Programa dos Polos Tecnológicos: apoio financeiro a projetos de pesquisa aplicada junto a 24 Polos Tecnológicos, que abrangem um total de 456 municípios.**



**• 39 projetos, com recursos na ordem de R\$ 5,2 milhões em 2011**

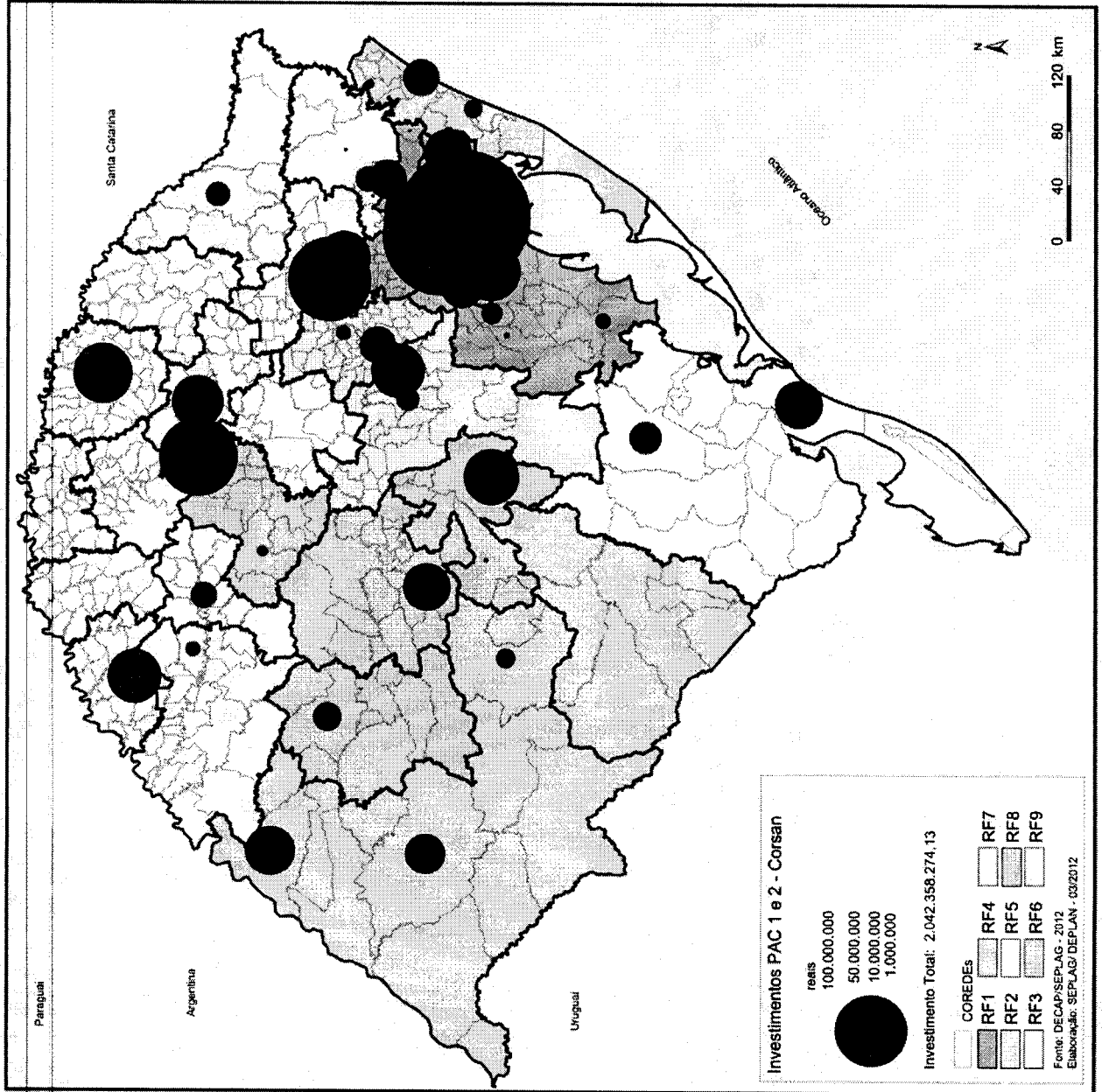
Fonte: SCIT

Correde	Unidade Executora	Área de Atuação
Campanha	URCAMP	Carboquímica e Mineração
Região Centro-Sul	FUNDASUL - FAFOPEE e FACCCA; ULBRA	Agroindústria
Litoral Norte	ULBRA; UERGS; UNISC; UFRGS; FEPAGRO; FACCOS	Agropecuária; Agroindústria; Ind. confecções.; Ind. Moveleira; Meio Amb.; Pesca e Aquicultura; TI, Sup. Cient. e Tecnol. ao Turismo
Serra	UCS	Mecatrônica e Qualidade; Metrologia e Análise; Móveis; Agroindústria e Plásticos
Alto Jacuí	UNICRUZ	Biologia em agropecuária
Norte	URI Erechim	Agropecuária; Tecnol. de Alimentos; Energia, Meio Ambiente e Desenv. Industrial
Médio Alto Uruguai	URI F.W.	Agroindústria; Agropecuária e Mineralogia
Noroeste Colonial	UNIJUI	Agropecuária; Eletroeletrônica; Informática; Metalmeccânica
Nordeste	UPF; UCS; URI Erechim	Agroindústria; Agropecuária; Ind. de Transf. e Meio Ambiente
Vale do Taquari	UNIVATES; UFRGS; CIENTEC	Qualificação laboratorial; Alimentos; Prod. Prim.
Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS; UERGS; FEEVALE; LASALLE; Fund. Esc. Tec. Liberato Vieira Cunha	Automação e Informática; Meio Ambiente e Biotecnologia; Couro e Calçados; Agropecuária e Agroindústria; Design; Energia e Telecomunicações
Produção Sul	UPF	Alimentos e Metalmeccânica
Vale do Rio Pardo	UPPEL; UCPEL; FURG	Pesquisa; Alimentos; Desenv. Industrial
Centro	UNISC	Alimentos; Materiais e Meio Ambiente
Fronteira Noroeste	UFSM; URI Santiago UNIJUI	Agropecuária Industrial; Engenharia e Saúde Metalmeccânica; Tecnologia de Alimentos; Construção Civil
Vale do Jaguarí	UFSM; URI Santiago	Agropecuária Industrial; Engenharia e Saúde
Missões	URI Erechim	Eng. de Proj. de Produtos; Energia e Meio Amb.; Processos de Inf. Industrial; Diversif. agropecuária e Qual. Ind.
Vale do Cai	UCS; UNISC	Cerâmica; Floricultura; Fruticultura; Moveleira e de Combustíveis Renováveis (Carvão Vegetal) Alimentos e Metalmeccânica
Alto da Serra do Botucaraí	UPF	Meio Ambiente; Automação e Informática
Vale do Paranhana-Encosta da Serra	Fund. Educ. Encosta Inferior Nordeste; FACCAT	
Fronteira Oeste	PUCRS; URCAMP; Fundação Maromra; Inst. Fed. Educ. e Tecnol. Farroupilha Alegre	Piscicultura; Hortigranjeiros com Piscicultura e desenvolvimento da Bacia Leiteira
Campos de Cima da Serra	UCS; UERGS; FEPAGRO	Agroindústria; Agropecuária; Desenvolvimento Industrial; Turismo e Meio Ambiente

Fonte: SCIT

# Saneamento PAC 1 e 2 - CORSAN

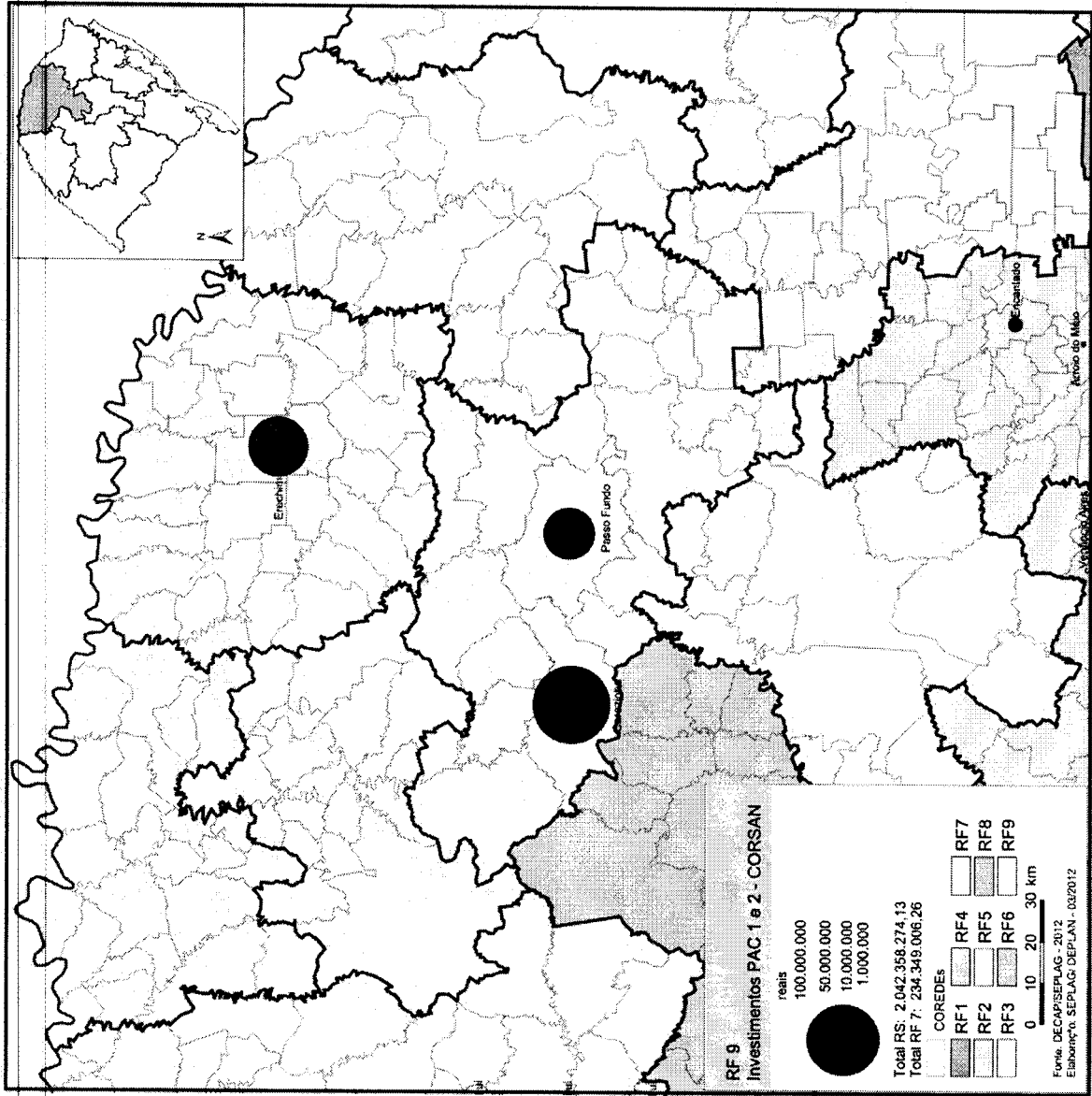
**PAC/CORSAN:** obras de saneamento para abastecimento de água e esgotamento sanitário e para a realização de estudos e projetos



Saneamento - Investimentos PAC/CORSAN (R\$)	
RF 1	1.142.867.276,45
RF 2	94.664.380,00
RF 3	206.238.918,81
RF 4	31.271.250,70
RF 5	61.908.347,22
RF 6	84.255.492,29
RF 7	70.722.087,56
RF 8	118.338.967,45
RF 9	232.091.553,66
<b>Total RS</b>	<b>2.042.358.274,13</b>

# • Saneamento •

## PAC 1 e 2 - CORSAN - RF 9



- Abastecimento de Água
- Estudos e Projetos
- EPSAA

- Abastecimento de Água
- Esgotamento Sanitário
- Estudos e Projetos
- EPSAA
- EPSES

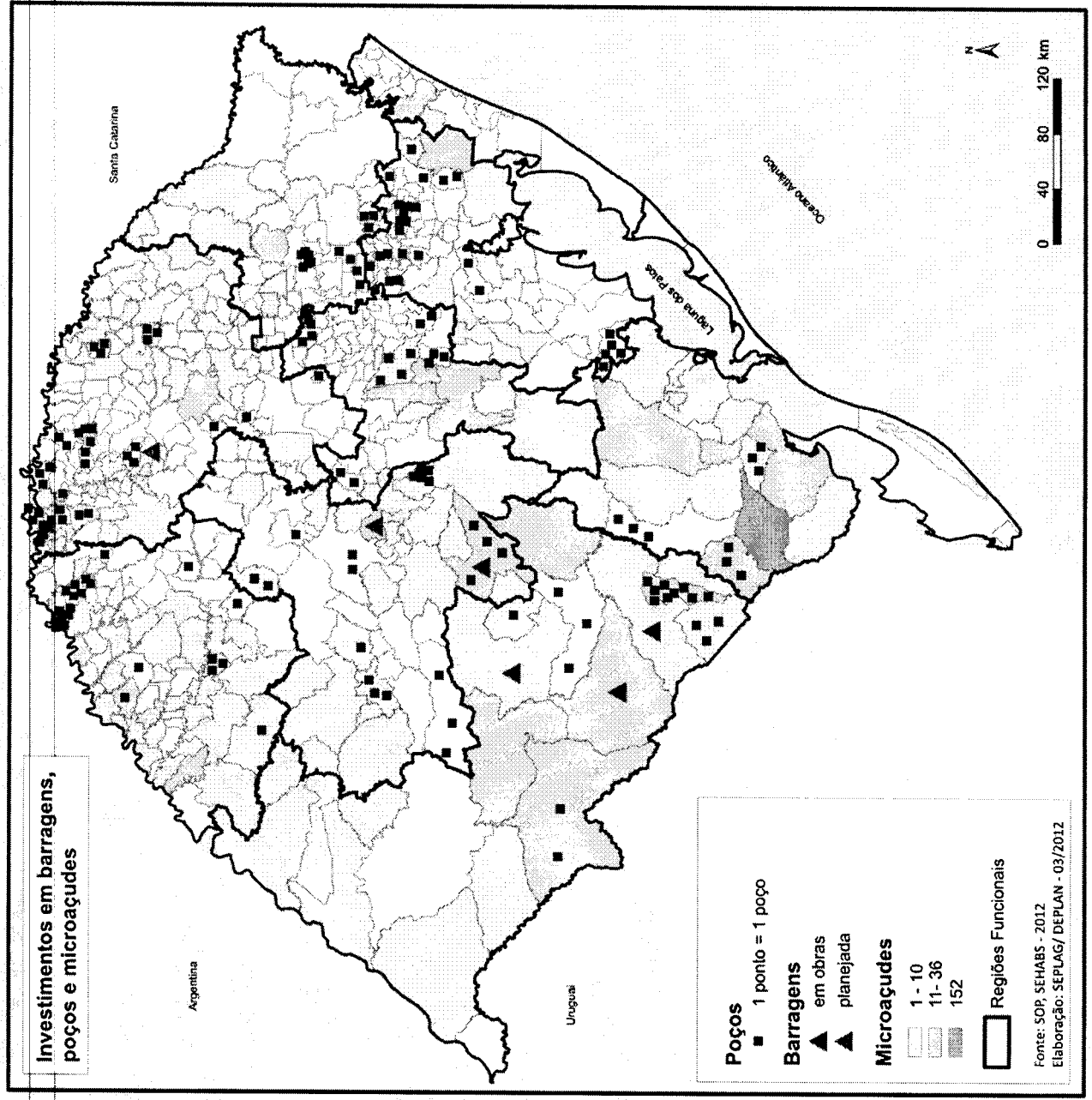
- Abastecimento de Água
- Esgotamento Sanitário
- Estudos e Projetos
- EPSAA
- EPSES

Fonte: DECAP/SEPLAG

Obs.: EPSES - Estudos e Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário; EPSAA - Estudos e Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água



# Barragens, poços e microaçuades

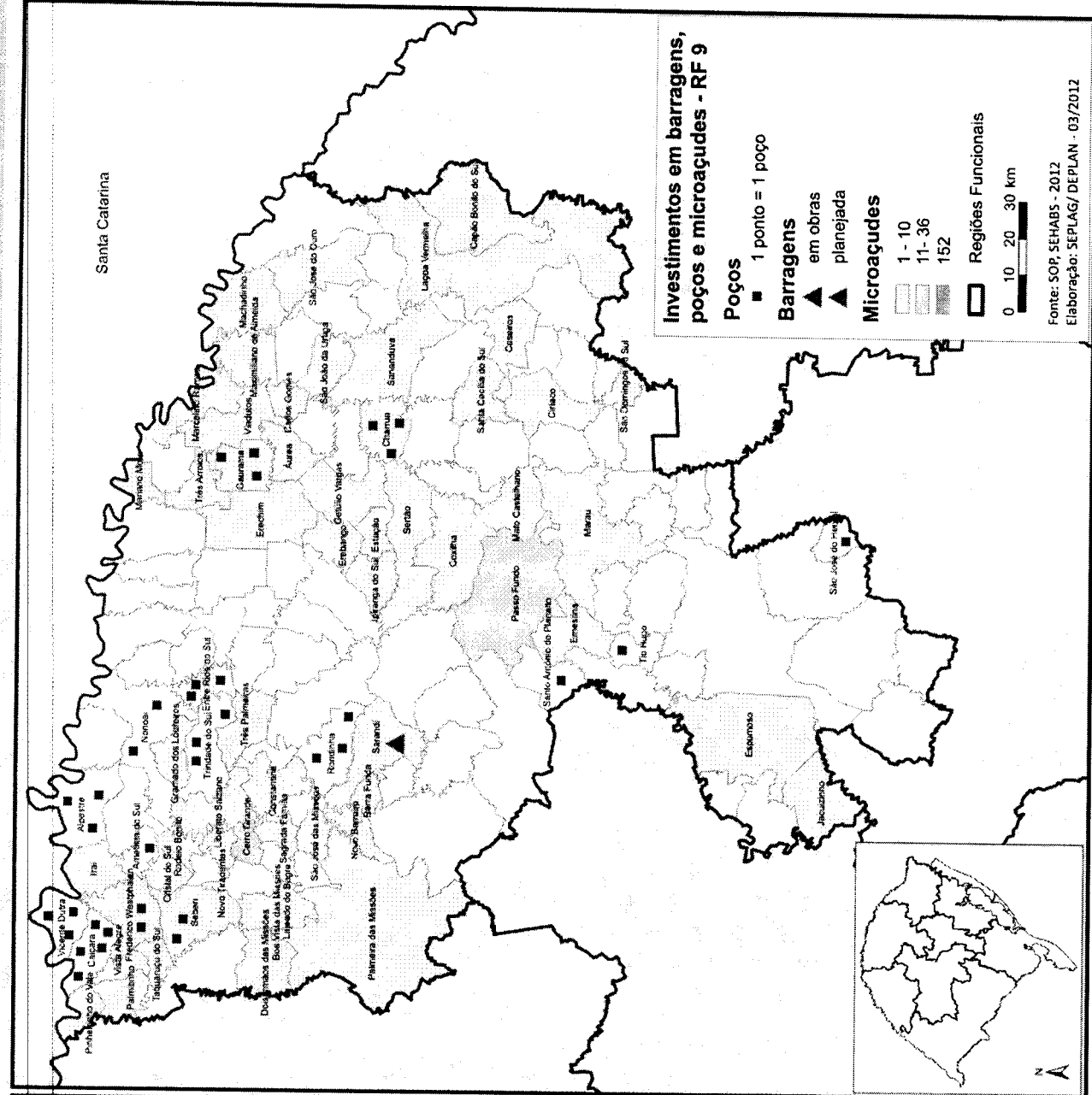
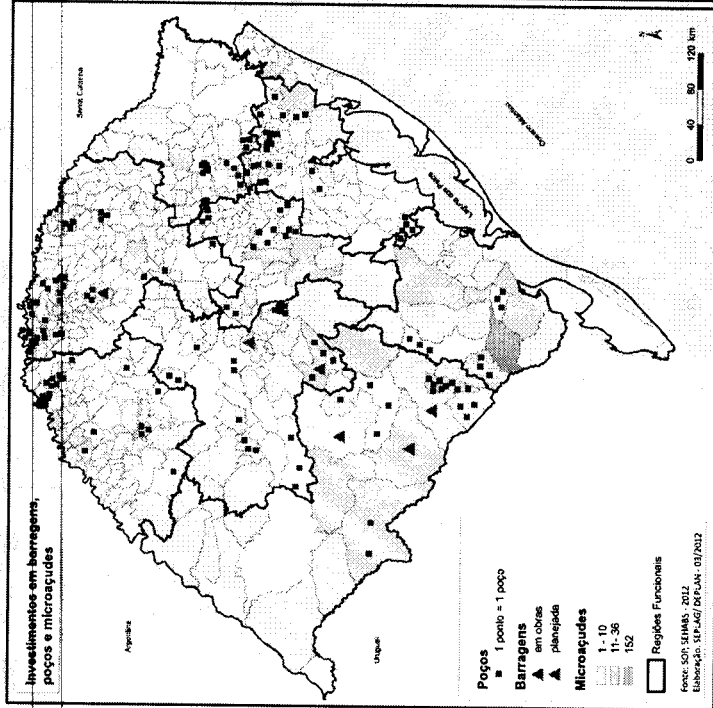


**Total de Poços RS: 162**  
✓ 66 municípios beneficiados

**Total de Microaçuades RS:**  
450  
✓ 190 municípios beneficiados

**Total de Barragens RS: 6**

# Barragens, poços e microaçudes – RF 9



**Total de Poços: 36**

✓ 15 municípios beneficiados

**Total de Microaçudes: 209**

76 executados, 73 em obras e 60 planejados

✓ 56 municípios beneficiados

**Total de Barragens: 1**

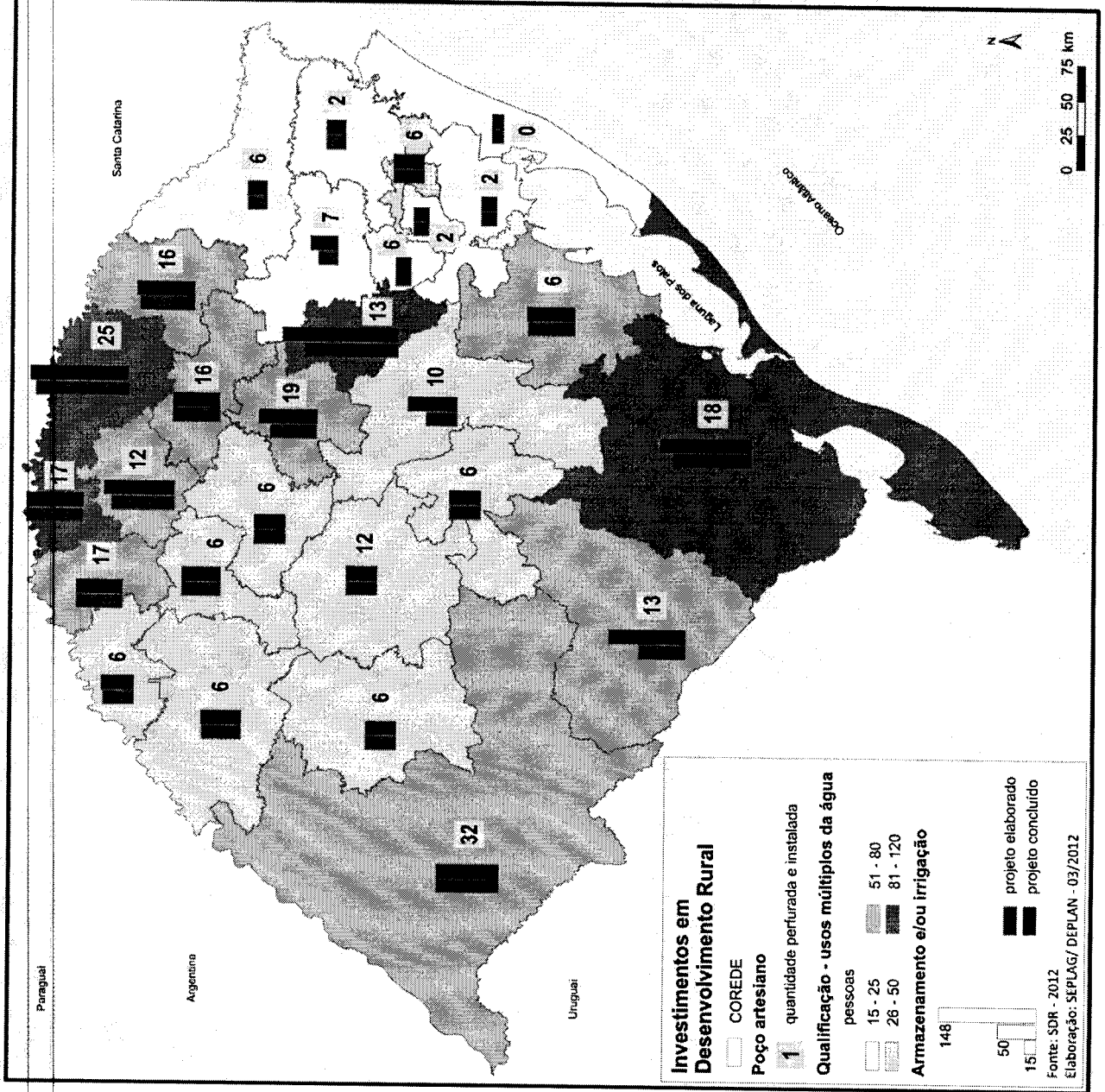
✓ 1 município beneficiado

Fonte: SOP; SEHABS

Fonte: SOP; SEHABS - 2012  
Elaboração: SEPLAG/DEPLAN - 03/2012

# Desenvolvimento Rural

## Poços artesanais, Uso da Água e Armazenamento ou Irrigação



### Programa Irrigando a Agricultura Familiar

Construção de estruturas de captação e armazenamento de água destinadas ao uso humano e à produção agropecuária e implantação de sistemas de irrigação nos estabelecimentos rurais de base familiar.

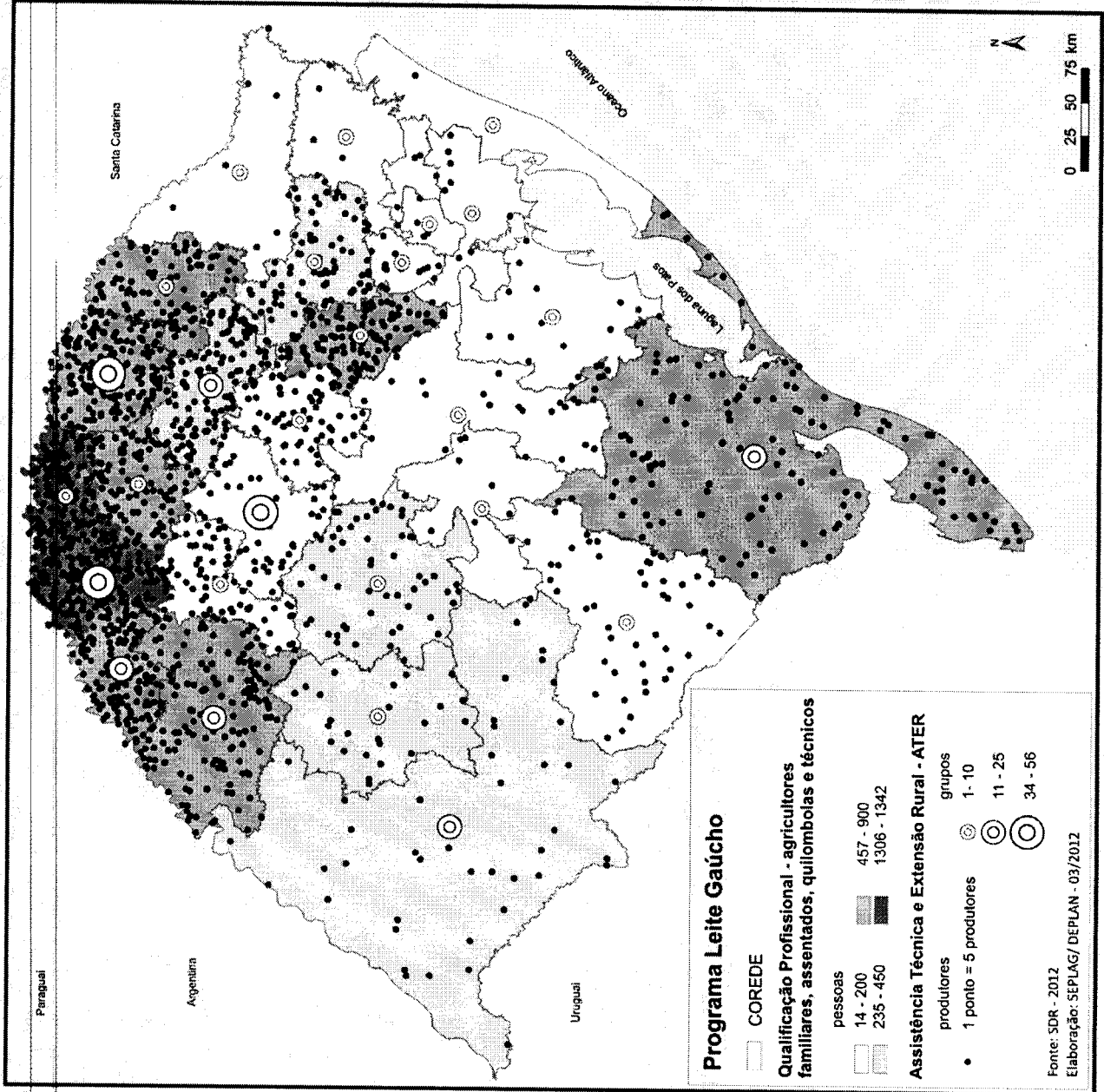
#### Ações:

- construção de estruturas de armazenamento de água (microaçudes e cisternas);
- implantação de sistemas de irrigação;
- perfuração e instalação de poços artesanais comunitários;
- qualificação dos beneficiários em uso racional de recursos hídricos.

Fonte: SDR

# Desenvolvimento Rural

## Programa Leite Gaúcho



### Programa Leite Gaúcho

- Qualificação e profissionalização dos produtores de leite (agricultores familiares, quilombolas, assentados e técnicos).
- Fornecimento de assistência técnica e extensão rural aos produtores de leite, com vistas à melhoria da qualidade do leite gaúcho, aumento da produção e ampliação na renda dos produtores de leite.

### Período 2011-2014:

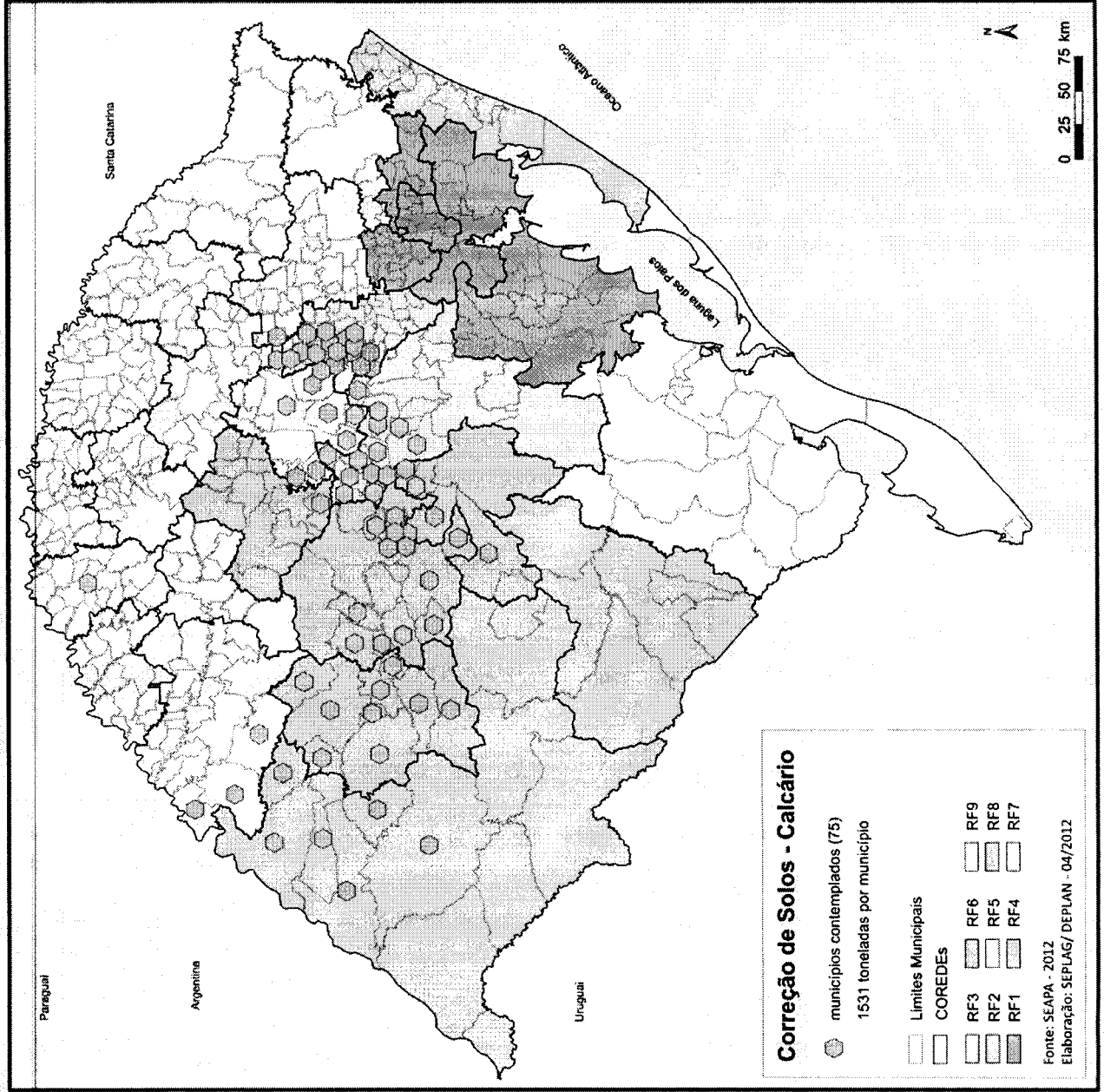
- Qualificação Profissional para 30 mil agricultores
- Aquisição de 30 kits de higiene para os equipamentos de ordenha
- Assistência técnica e extensão rural para mil grupos
- Aumento da produção (40% em 4 anos)
- Equalização dos juros para linha de crédito PRONAF MAIS ALIMENTOS (R\$ 5 milhões)
- Financiamento de sementes e mudas forrageiras (R\$ 15 milhões)

Fonte: SDR



# ● Agricultura ●

## Correção de Solos - Calcário



### Objetivo:

- Distribuição de calcário visando à correção da acidez dos solos e ao aumento da produtividade das lavouras gaúchas.

### Meta (2012):

- Serão atendidos 102 produtores por município, com a distribuição de 15 toneladas por propriedade, totalizando 1531 toneladas por município.

**Total RS: 114.825 toneladas**  
**75 municípios beneficiados**

Fonte: SEAPA

# ● Educação

## Reformas de Escolas e Prédios de Coordenadorias Regionais

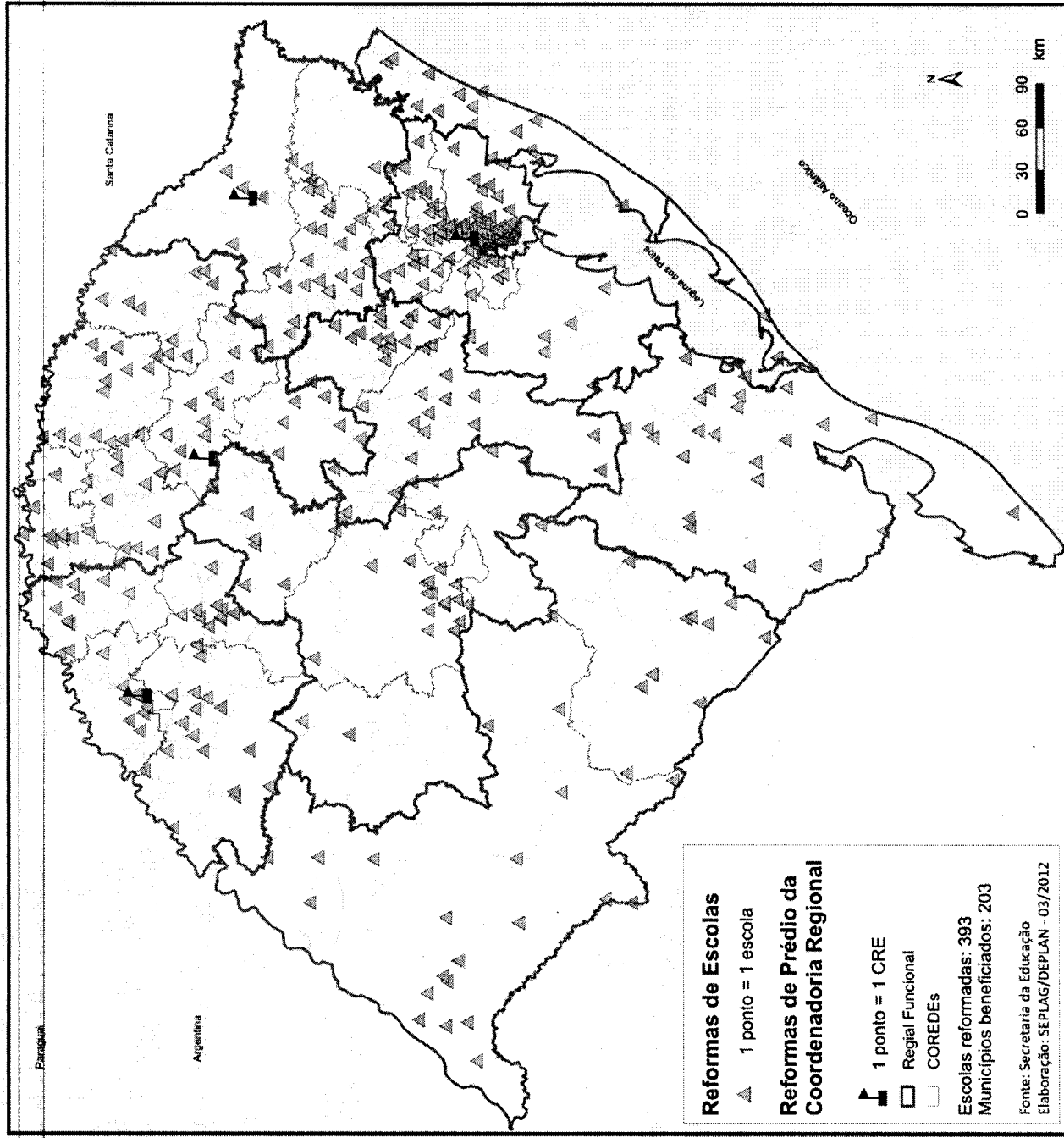
**Previsão até 2014**

**Total escolas reformadas: 393**  
✓ 203 municípios beneficiados

**Coordenadorias Regionais de Educação: 4**  
**Prédios de Reformados**

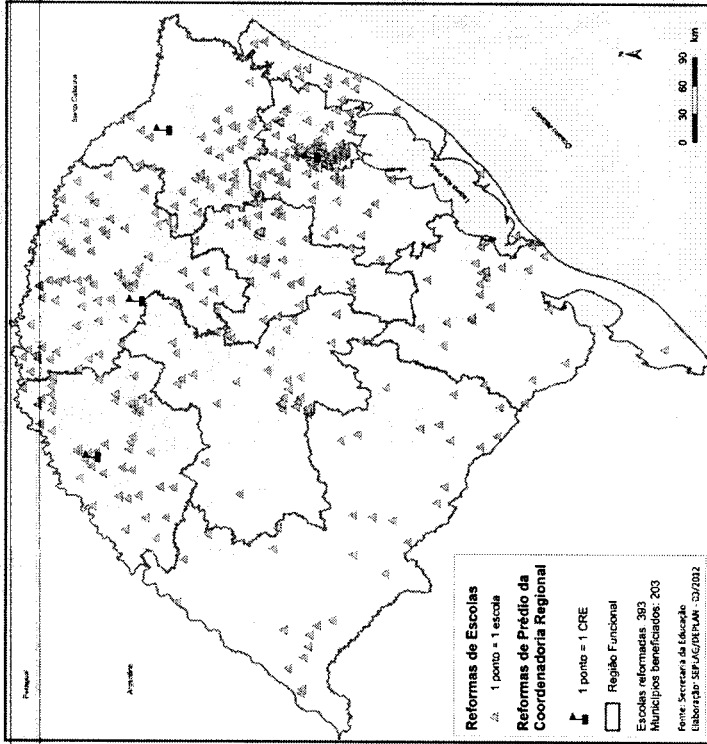
**Total: R\$ 172 milhões**

Fonte: Secretaria da Educação



# Educação

## Reformas de Escolas e Prédios de Coordenadorias Regionais – RF9



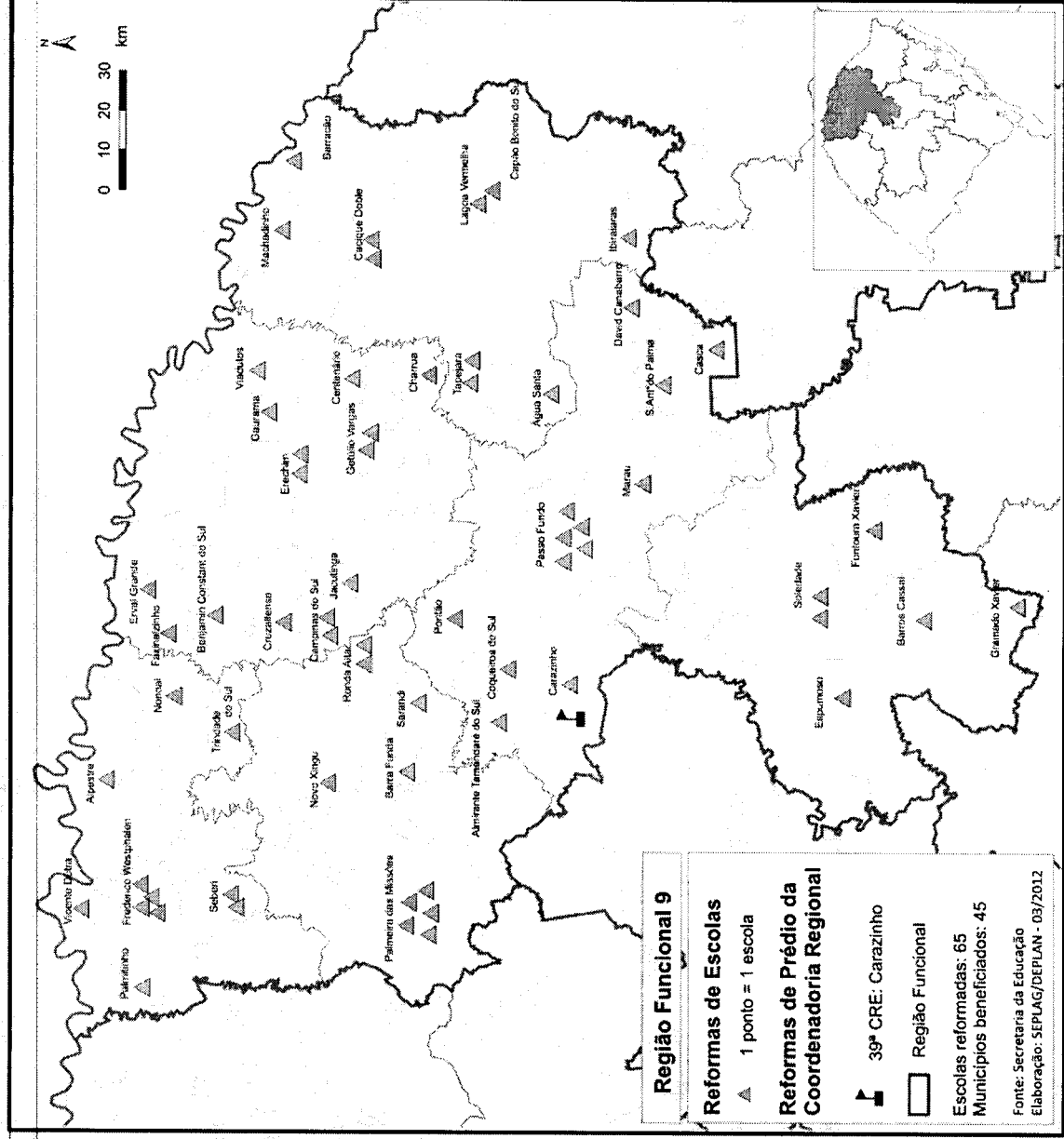
**Previsão até 2014**

**Total de escolas reformadas: 65**

✓ 45 municípios beneficiados

**Prédio da 39ª CRE reformado:**

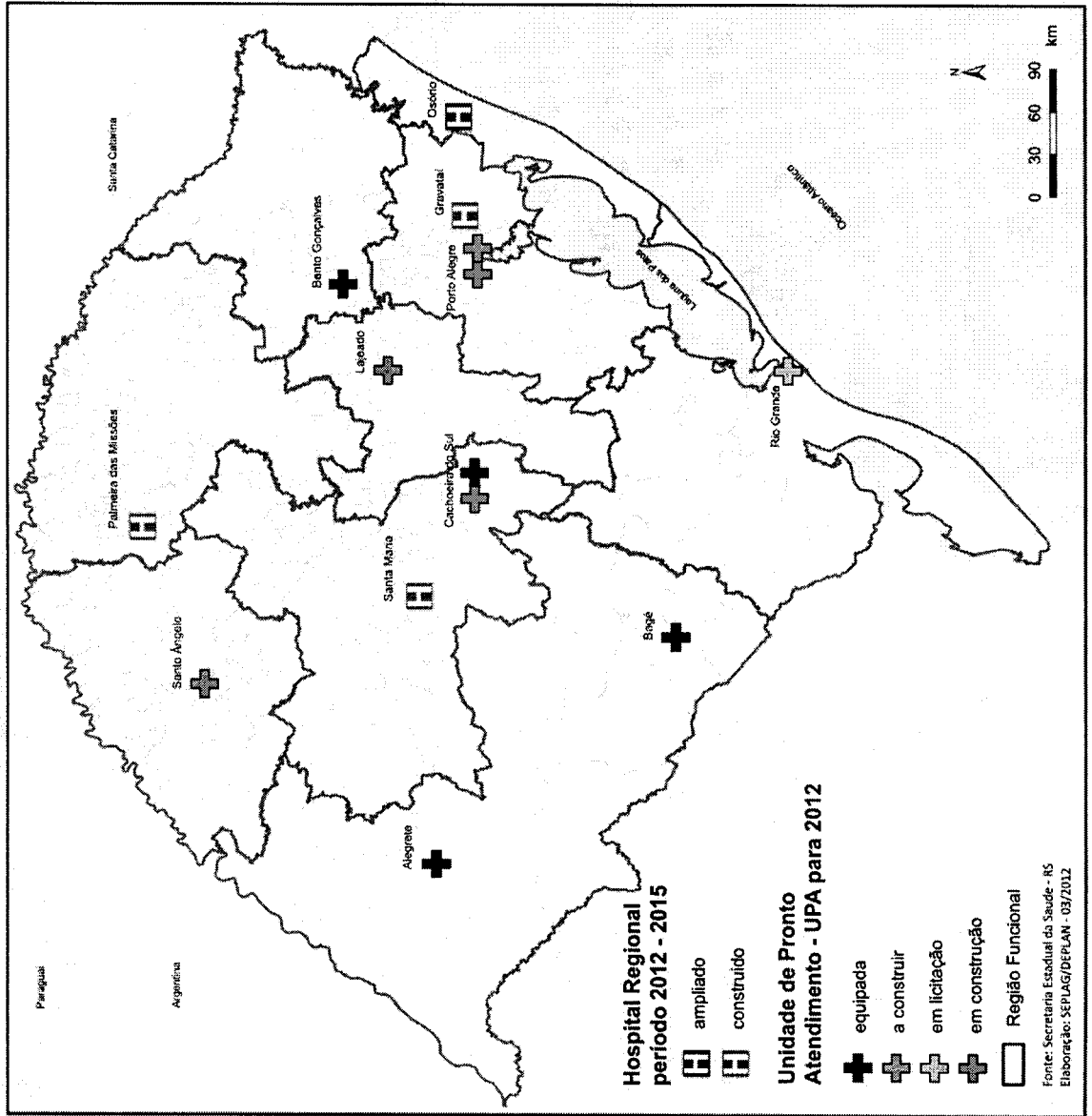
✓ município de Carazinho



# Hospitais e Unidades de Pronto Atendimento

Fortalecimento da Infraestrutura do SUS: hospitais regionais, maternidades, UPAs, Unidades de Pronto Atendimento da Família (203 equipes).

Valores PPA 2012-2015: R\$ 517.899.857,00



Hospitais Regionais <sup>1</sup> e Unidades de Pronto Atendimento <sup>2</sup>		Produto	Município
Região Funcional			
RF1	Hospital Regional a ser construído		Gravatá
	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em construção		Porto Alegre
RF2	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em construção		Lajeado
RF3	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) equipada		Bento Gonçalves
RF4	Hospital Regional Ampliado		Osório
	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em licitação		Rio Grande
RF6	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) equipada		Bagé e Alegrete
RF7	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em construção		Santo Ângelo
	Hospital Regional em construção		Santa Maria
RF8	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em construção		Cachoeira do Sul
	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) equipada		Cachoeira do Sul
RF9	Hospital Regional Construído		Palmeira das Missões

Obs:

1. Gravataí e Palmeira das Missões - Previsão de construção até 2015
2. Previstas mais 20 Unidades de Pronto Atendimento para equipar até 2015 em locais ainda a serem definidos

Fonte: Secretaria Estadual da Saúde; PPA Participativo



# Segurança

## Viaturas da Polícia Civil, IGP e Territórios da Paz

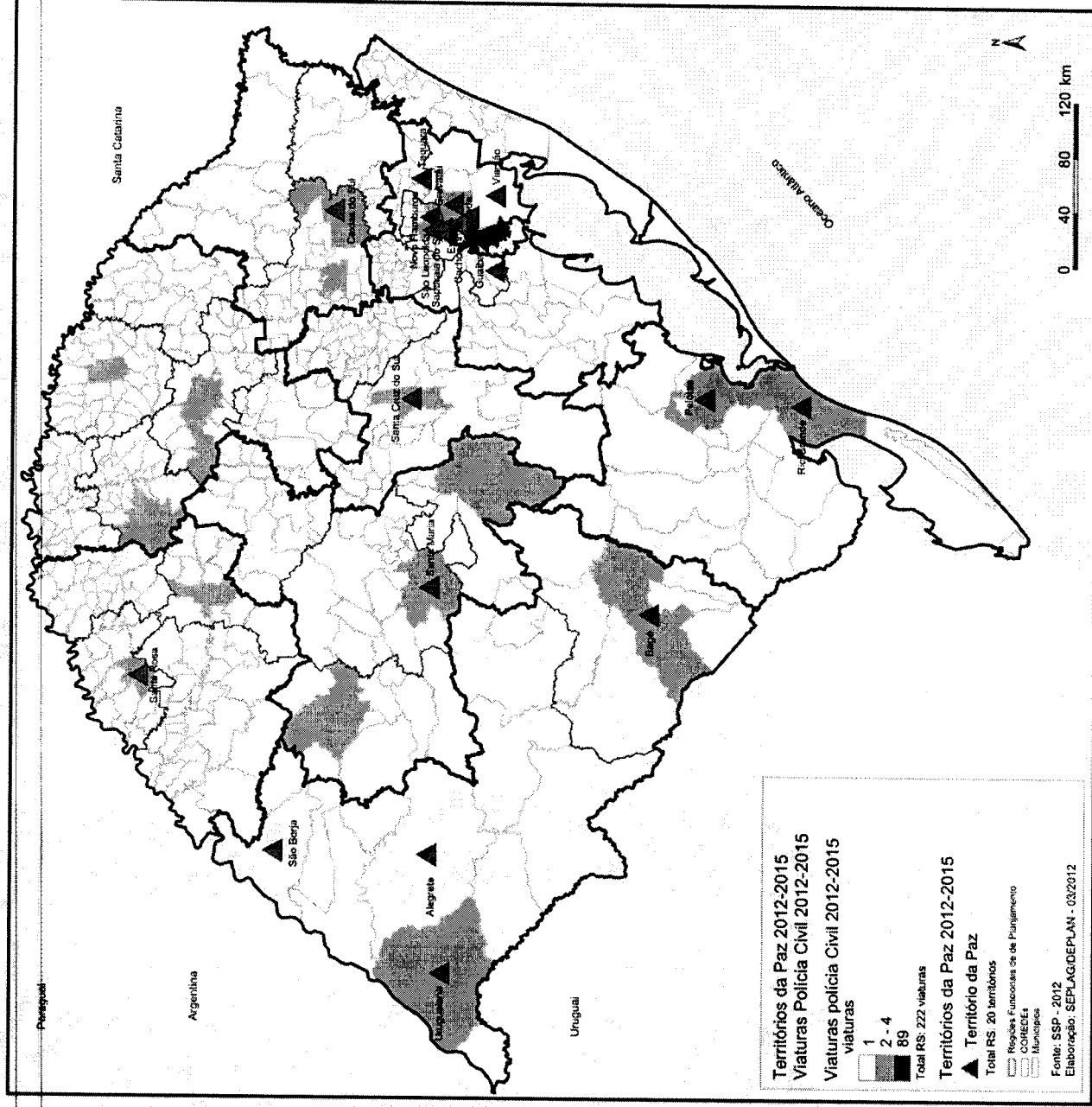
**Polícia Civil e IGP  
2012-2015**

✓ **Novas viaturas Polícia  
Civil RS: 222**

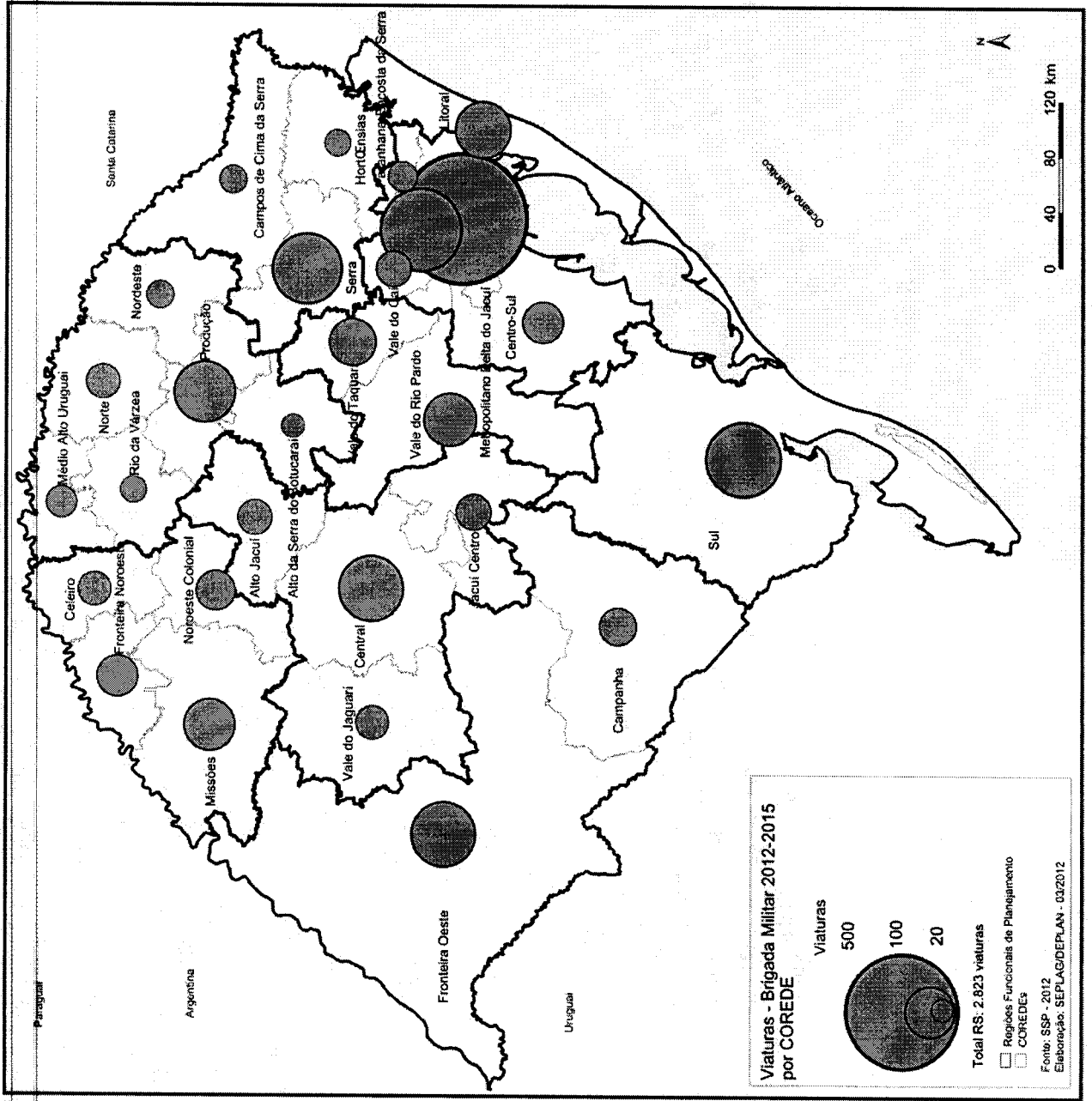
✓ **Novas viaturas IGP  
RS: 60**

✓ **Territórios da Paz: 20**

Fonte: SSP



# Segurança Brigada Militar



## Brigada Militar 2012-2015

- ✓ **Novas viaturas Brigada Militar Militar RS: 2.843**
- ✓ **Quartéis da Brigada Militar reformados ou construídos: 52**
- ✓ **Postos de policiamento comunitário instalados: 160**

Fonte: SSP

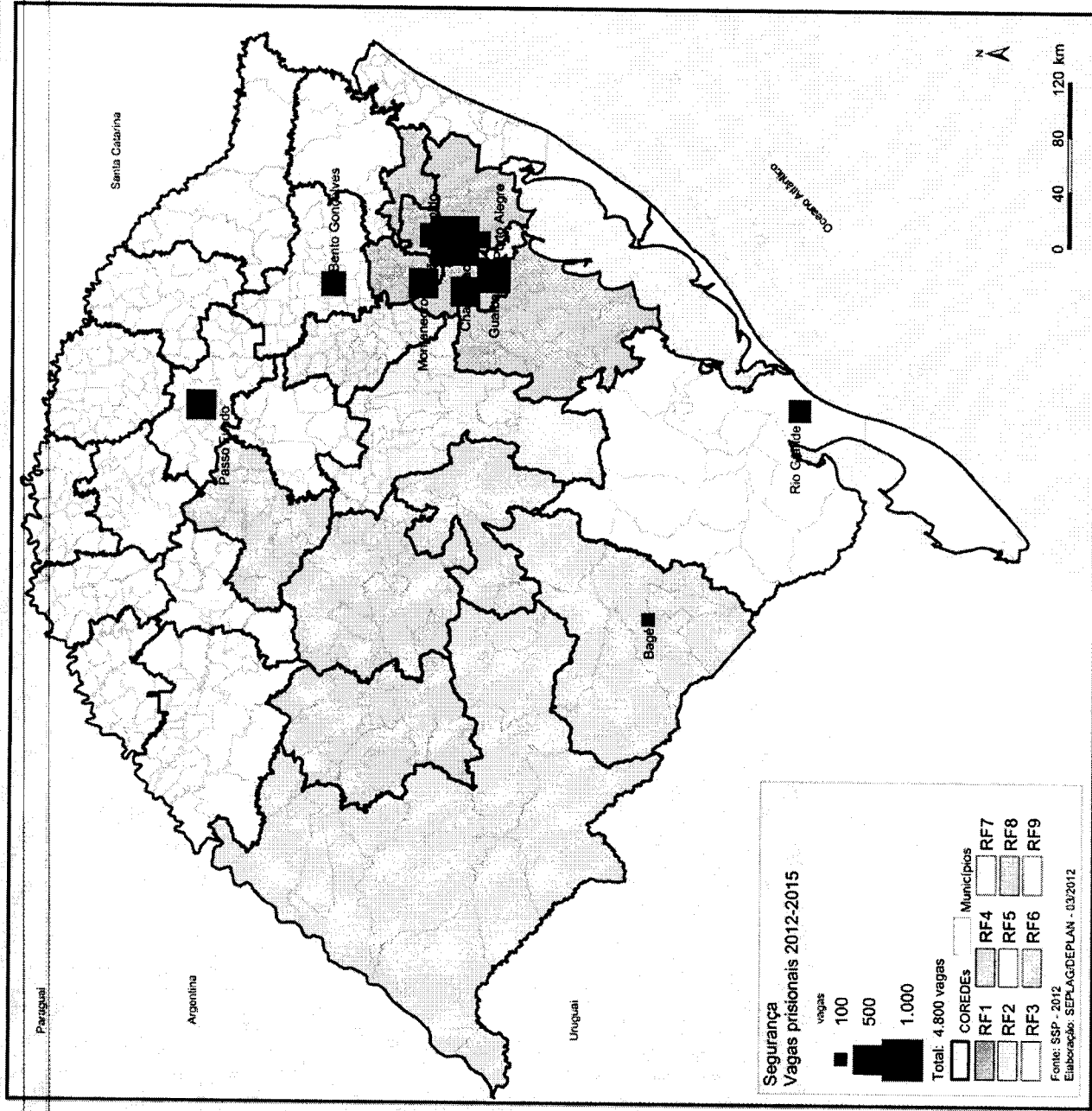
# Segurança

## Ampliação de Vagas Prisionais

### Vagas Prisionais

- ✓ 4.800 novas vagas prisionais:
- Porto Alegre
- Canoas
- Guaíba
- Charqueadas
- Montenegro
- São Leopoldo
- Rio Grande
- Bagé
- Bento Gonçalves
- Passo Fundo

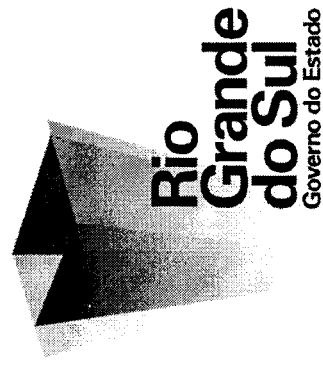
Fonte: SSP



# Consulta Popular

## RF 9

Secretaria do  
Planejamento, Gestão e  
Participação Cidadã



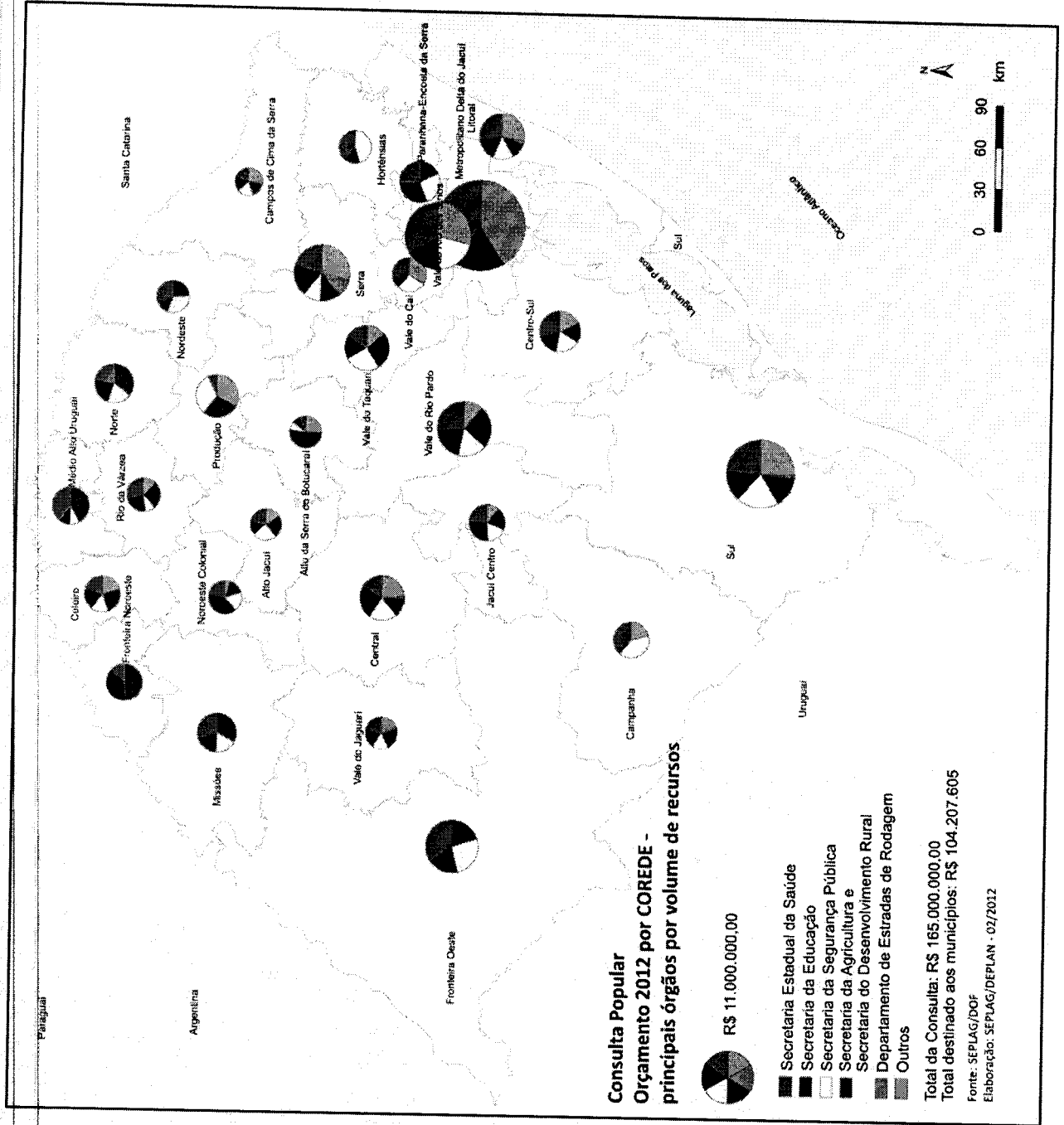
# Consulta Popular 2011/2012

## Valores por COREDE

### Recursos da Consulta Popular

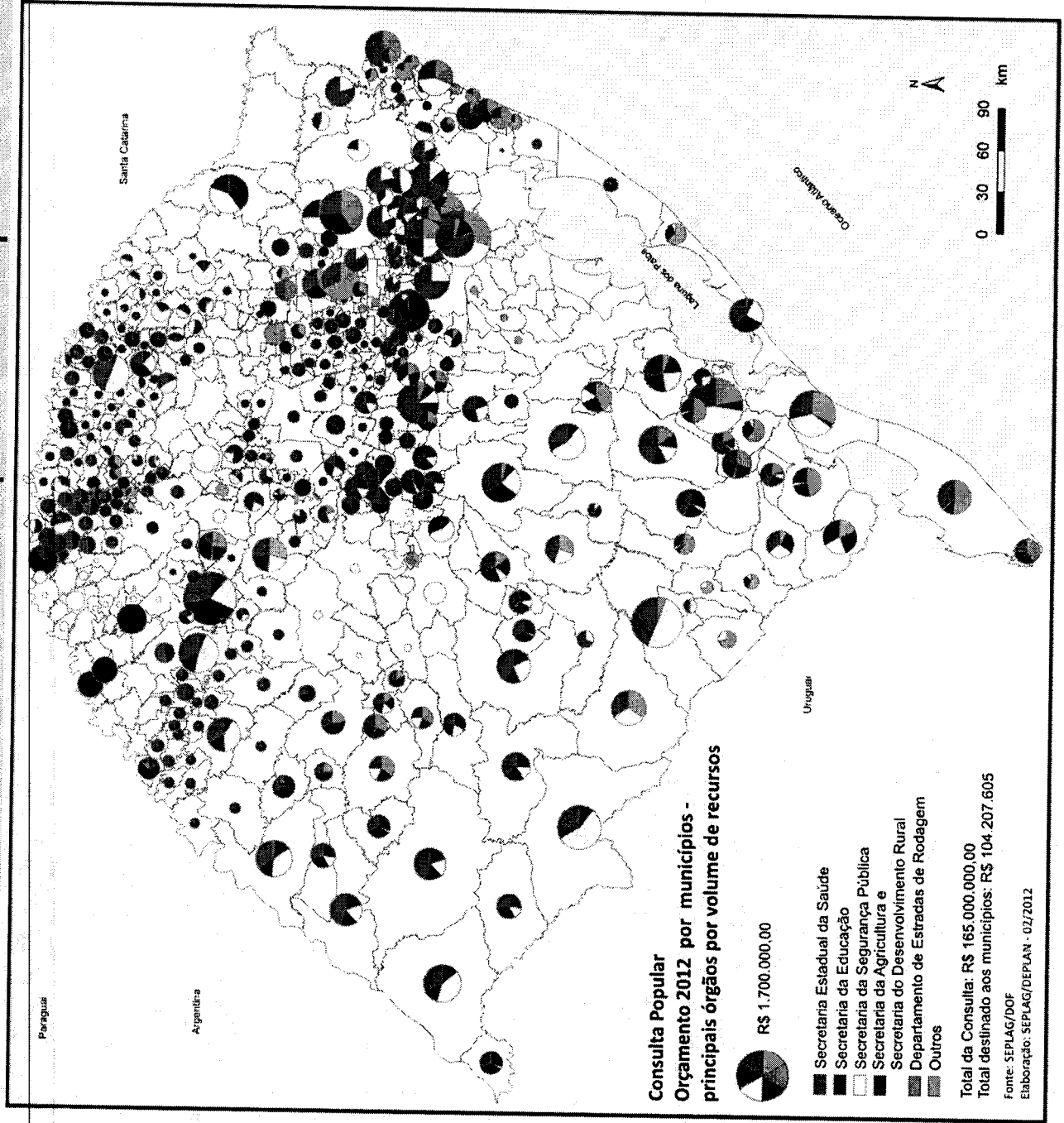
**Total do Estado:  
R\$ 165.000.000,00**

Principais Órgãos	Valor (R\$)
Saúde	45.079.189,00
Educação	30.472.874,00
Segurança	28.217.884,00
Agricultura e Desenv. Rural	27.112.326,00
DAER	10.883.100,00
Outros	23.234.624,00



# Consulta Popular 2011/2012

## Recursos definidos por município



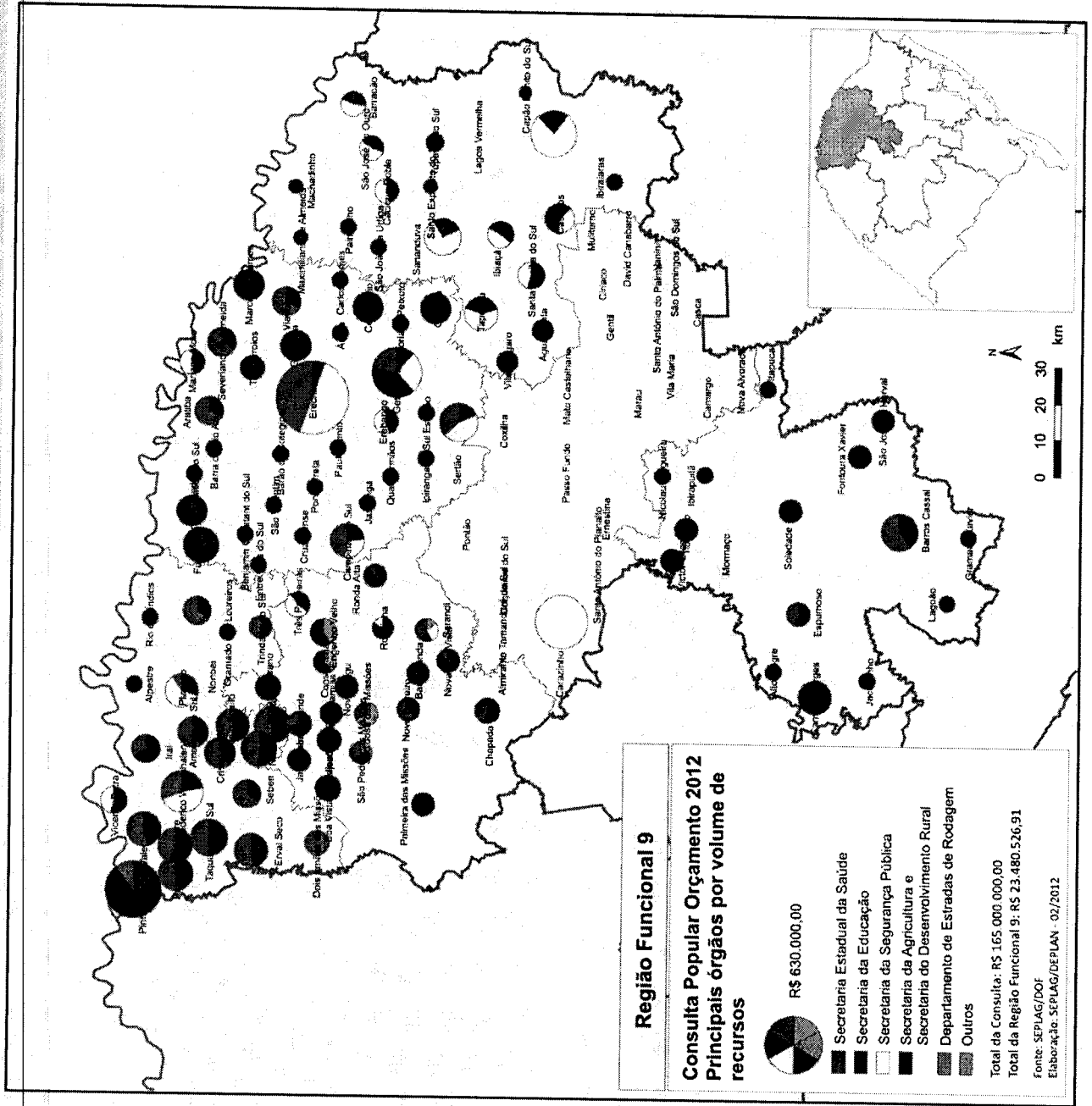


# Consulta Popular 2011-2012 - RF 9

## Recursos da Consulta Popular

**Total da Região**  
**R\$ 23.480.524,00**

Principais Órgãos	Valor (R\$)
Saúde	5.248.766,00
Educação	2.864.247,00
Segurança	4.468.672,00
Agricultura e Desenv. Rural	8.059.857,00
Outros	2.838.982,00



Assembleias municipais  
Participação Popular e Cidadã 2012 orçamento 2013

Município	Data	Horário	Local
Vanini	07/05/2012	13h30min	Sala de reuniões - Prefeitura Municipal
Santo Antonio do Palma	10/05/2012	Manhã	Auditório do PSF - Unidade de Saúde
Casca	10/05/2012	14h	Auditório da Casa da Cultura
Vila Maria	14/05/2012	9h30min	Prefeitura Municipal - Rua Irmãos Busato, nº 450
Ciriaco	16/05/2012	14h	Câmara Municipal de Vereadores -
Camargo	21/05/2012	19h30min	Câmara Municipal de Vereadores
Passo Fundo	22/05/2012	a definir	Reunião temática preparatória para a Assembleia Municipal
Santo Antonio do Planalto	22/05/2012	14h	Câmara Municipal de Vereadores - Av. Jorge Muller, nº 509
Almirante Tamandaré do Sul	24/05/2012	19h	Câmara Municipal de Vereadores
Pontão	25/05/2012	14h	CTG Recanto dos Tropeiros
São Domingos do Sul	25/05/2012	19h30min	Câmara Municipal de Vereadores - R. Monsenhor João Benvegno, 688
David Canabarro	28/05/2012	14h	Casa da Cultura Domingos Bresolin - Centro
Marau	29/05/2012	19h	Câmara Municipal de Vereadores - R. Duque de Caxias, nº 26
Mato Castelhano	30/05/2012	09h	Auditório da Prefeitura Municipal - R. Princesa Isabel, s/nº
Ernestina	30/05/2012	18h	Câmara Municipal de Vereadores - R. Fernando Dundersadt, nº 479
Passo Fundo	30/05/2012	18h30min	Notre Dame





Procure os locais de votação  
na sua cidade ou vote pelo site  
[www.participa.rs.gov.br](http://www.participa.rs.gov.br)

**dia 4 de julho**



**Nos campos de UM a 20 - Vote em até QUATRO demandas**

Área Temática	Demanda	Valor
1 ( ) Educação Básica, Profissional e Técnica	Acervo bibliográfico nas Escolas.	R\$ 2.500.000,00
2 ( ) Educação Básica, Profissional e Técnica	Equipamentos para laboratórios de ciências	R\$ 2.500.000,00
3 ( ) Segurança Pública	Armamento e equipamentos para os órgãos de segurança pública	R\$ 2.500.000,00
4 ( ) Segurança Pública	Aquisição de viaturas para os órgãos de segurança pública (BM, PC, CB, SUSEPE)	R\$ 2.500.000,00
5 ( ) Saúde	Aquisição de equipamentos para UBS e Hospitais Microrregionais	R\$ 2.500.000,00
6 ( ) Saúde	Construção ou Ampliação de Unidade Básica de Saúde e Hospitais Microrregionais	R\$ 2.500.000,00
7 ( ) Desenvolvimento Urbano e Saneamento	Perfuração de poços artesianos e abastecimento de água as comunidades carentes	R\$ 400.000,00
8 ( ) Desenvolvimento Urbano e Saneamento	Tratamento e destinação de resíduos sólidos	R\$ 400.000,00
9 ( ) Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza	Hortas e cozinhas comunitárias	R\$ 400.000,00
10 ( ) Desenvolvimento Urbano e Saneamento	Cursos de qualificação profissional	R\$ 400.000,00
11 ( ) Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Equidade de Gênero	Capacitação dos agentes da rede de atendimento e de mulheres vítimas de violência	R\$ 400.000,00
12 ( ) Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Equidade de Gênero	Construção de centro regional de reabilitação de pessoas com deficiência em Passo Fundo	R\$ 400.000,00
13 ( ) Esporte e Lazer	Construção, reforma ou ampliação espaços para a prática de esportes	R\$ 400.000,00
14 ( ) Esporte e Lazer	Aquisição de implementos e materiais esportivos	R\$ 400.000,00
15 ( ) Turismo	Infraestrutura e equipamentos turísticos	R\$ 200.000,00
16 ( ) Turismo	Desenvolvimento e marketing de produtos turísticos	R\$ 200.000,00
17 ( ) Desenvolvimento Rural	Programa Leite Gaúcho: Compra de equipamentos, insumos, sêmen para a produção de leite e apoio a pesquisa e inovação - FAPERGS	R\$ 1.500.000,00
18 ( ) Desenvolvimento Rural	Construção e ampliação de agroindústrias familiares e apoio a pesquisa e inovação - FAPERGS	R\$ 1.500.000,00
19 ( ) Desenvolvimento Econômico	Distritos Industriais Municipais	R\$ 300.000,00
20 ( ) Desenvolvimento Econômico	Apoio aos empreendimentos de economia solidária	R\$ 300.000,00

**Nos campos de 21 a 25 - Vote em até DUAS prioridades**

21 ( ) Saúde	Fortalecimento dos Hospitais Microrregionais
22 ( ) Desenvolvimento Econômico	Distritos Industriais Municipais
23 ( ) Segurança Pública	Ampliação da Patrulha Rural regionalizada
24 ( ) Desenvolvimento Urbano e Saneamento	Tratamento e destinação de Resíduos Sólidos
25 ( ) Desenvolvimento Rural	Agroindústria Familiar



**dia 4 de julho**



**VOTAÇÃO DAS PRIORIDADES DO ORÇAMENTO ESTADUAL 2013**

**ATA DE VOTAÇÃO PRESENCIAL**

( ) REGIONAL ( ) MUNICIPAL

COREDE Produção COMUDE \_\_\_\_\_

( ) Apuração parcial Urna/Mesa no: \_\_\_\_\_ ( ) Apuração Final

Local: \_\_\_\_\_

Numero de votantes que assinaram a lista \_\_\_\_\_

Presidente \_\_\_\_\_

Mesário \_\_\_\_\_

Horário Abertura \_\_\_\_\_ Horário encerramento \_\_\_\_\_

**PRIORIDADES ESCOLHIDAS**

Demanda Regional	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Demanda Estratégica	
01	
02	
03	
04	
05	

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Mesário

\_\_\_\_\_  
Mesário

**Ocorrências/Observações**

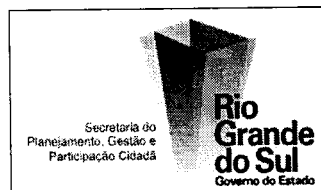
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_







Sistema Estadual  
de Participação  
Popular e Cidadã



## **Diretrizes e critérios de distribuição dos recursos da Participação Popular e Cidadã – Orçamento 2013 – Região da Produção**

### **1. Para as demandas das áreas de Esporte e Lazer, Turismo e Desenvolvimento Econômico:**

- Será eleita a demanda mais votada em cada uma das respectivas áreas;
- Os recursos serão distribuídos aos municípios que elegeram a respectiva área em sua assembleia municipal e segundo o percentual de votos obtidos na Votação de Prioridades.

### **2. Para as demandas da área de Desenvolvimento Rural:**

- Será eleita a demanda mais votada nesta área;
- Os recursos serão distribuídos aos municípios que elegeram a respectiva área em sua assembleia municipal na seguinte proporção: 1/3 do valor dividido igualmente pelos municípios; 1/3 do valor pelo percentual de votos obtidos na Votação de Prioridades em relação ao número de eleitores do município; 1/3 do valor segundo o número de propriedades rurais existentes no município;
- Independentemente de qual demanda seja aprovada, será garantido o valor de R\$ 100.000,00 para a demanda de apoio a pesquisa na área de Desenvolvimento Rural via FAPERGS.

### **3. Para as demandas das áreas de: Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Equidade de Gênero; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano e Saneamento:**

- Os R\$ 400.000,00 disponíveis para este bloco serão distribuídos entre as áreas, pelo percentual alcançado por cada uma das respectivas áreas na Votação de Prioridades;
- Será eleita em cada uma das áreas, a demanda com a maior votação;
- Os recursos serão distribuídos, entre os municípios que elegeram a respectiva área em sua assembleia municipal e segundo o percentual de votos obtidos na Votação de Prioridades.

### **4. Para as demandas das áreas de: Saúde; Educação; Segurança**

- Os R\$ 2.500.000,00 disponíveis para este bloco serão distribuídos entre as áreas, pelo percentual alcançado por cada uma das respectivas áreas na Votação de Prioridades;
- SAÚDE: Será eleita a demanda mais votada, os recursos serão distribuídos aos municípios que votaram em sua assembleia municipal a área e segundo o percentual de votos obtidos na Votação de Prioridades;
- EDUCAÇÃO: Os recursos serão distribuídos aos municípios que votaram em sua assembleia municipal a área, segundo o percentual de votos obtidos na Votação de Prioridades e pelo total de alunos matriculados na rede estadual no município;
- SEGURANÇA: Os recursos serão distribuídos aos municípios que votaram em sua assembleia municipal a área, segundo o percentual de votos obtidos na Votação de Prioridades e segundo critérios técnicos definidos pelos órgãos de segurança da região.

## **AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ - ORÇAMENTO 2013.**

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, após transcorrido o processo de Participação Popular e Cidadã – Orçamento 2013, avaliam o mesmo e propõem questões a serem discutidas.

Assim, considerando que,

- os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul já se consolidaram como instâncias de participação e atuação da sociedade civil organizada;
- dentre os objetivos dos COREDES estão a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região; e, a preservação e a recuperação do meio ambiente;
- os COREDES atuam na articulação em prol dos interesses locais e regionais, discutindo, propondo e participando ativamente na construção coletiva do capital social;
- a Consulta Popular, hoje, Participação Popular e Cidadã, é meio para aprimoramento da cidadania, acumulação do capital social e desenvolvimento de projetos regionais e locais;
- os COREDES, segundo o artigo 3, inciso 4, da Lei da 10.283 de 17/10/1994 e o artigo 149, parágrafo 8º da Constituição do Estado, são a instância de regionalização do orçamento do Estado.

E, levando em conta,

- as Leis que regulamentam a Consulta Popular, que são 11.179 de 1998 e 11.920 de 2003;
- o processo de Participação Popular e Cidadã do ano de 2012, com vistas ao Orçamento de 2013;
- o Regimento Interno do referido, datado de 05 de abril de 2012;
- a atuação dos Coredes desde a criação da Consulta Popular, conduzindo e orientando a construção coletiva da participação, da discussão, dos projetos, para os orçamentos;
- a atuação do Governo, via Comissão Estadual da Participação, Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Coordenadores macrorregionais, regionais e regionais adjuntos;

Avaliam a Participação Popular e Cidadã do ano de 2012 – Orçamento 2013, nas seguintes condições:

### **Aspectos positivos:**

- *Em se tratando da divulgação:* as mídias locais e regionais, atendendo a motivação e mobilização dos COREDES, divulgam amplamente o processo nos municípios. Tanto os meios de comunicação como os municípios colaboram na divulgação e mobilização da sociedade;

- *Em se tratando dos critérios definidos regionalmente:* a maioria dos Coredes avaliou como positiva as opções de critérios definidos por cada região. As especificidades regionais refletem diferentes construções coletivas, quando da definição de valores, áreas, divisão de recursos, projetos, participação, relação com as comissões setoriais, relação com órgãos de Estado, encaminhamentos, entre outros fatores;
- *Em se tratando da participação:* a participação efetiva da sociedade nas assembleias regionais, municipais e na votação. A liderança dos COMUDES, Coordenações Regionais, Coordenações Municipais, ou seja, de atores engajados na articulação e definição de projetos, na mobilização e divulgação do processo, no trabalho, seja nos encaminhamentos prévios, na votação ou fechamento das informações. Esse é um processo que se consolida, corroborado pela qualidade nas discussões regionais, fortalecendo a democracia e a descentralização orçamentária;
- *Em se tratando da votação:* nas regiões a votação manual ocorreu de forma tranquila e dentro da normalidade. Como há muito os Coredes e Comudes possuem experiência na condução da votação, não houveram relatos de problemas neste aspecto. Em se tratando da votação pela internet, como aspecto positivo cabe destacar o fato desta existir;
- *Em se tratando da proposição das prioridades estratégicas regionais:* considerado positivo e um avanço estratégico na construção do processo, principalmente vista a partir da perspectiva dos planejamentos estratégicos regionais, ou seja, a possibilidade de votação e inclusão no orçamento de projetos de médio e longo prazos, que promovem o desenvolvimento de cada uma das regiões e do Estado como um todo, permanecendo a concretude destas como questão a ser discutida, encaminhada e efetivada;
- *Em se tratando da relação entre Coredes, Comudes e Governo do Estado e Coordenações Regionais:* relato dos COREDES da boa relação e parceria entre aqueles que conduziram a Participação Popular e Cidadã nas regiões do Estado.
- *Em se tratando do número de eleitores votantes:* os mais de 1.000.000 de eleitores participando do processo é resultado da inserção dos COREDES nas regiões do Estado, caracterizando a credibilidade institucional à Consulta Popular.

#### **Aspectos negativos:**

- *Em se tratando da divulgação:* houve pouca divulgação da Participação Popular e Cidadã nos meios de comunicação impresso e falado, por parte do Governo. No caso da televisão, não houve divulgação. Ainda, a confecção e distribuição dos materiais de divulgação não chegou em algumas regiões e em outras chegou com atraso, o que também dificulta o conhecimento e mobilização;
- *Em se tratando dos Convênios com os Coredes para viabilizar a dinâmica regional da Participação:* relato de uma região onde não houve repasse de recursos e em outras que o repasse ocorreu quando do processo já em andamento. Esses fatores atrapalham o bom andamento e a condução eficiente e eficaz da Consulta Popular;
- *Em se tratando das Audiências Públicas, Assembleias Municipais e Fóruns Regionais:* houveram locais onde a interferência do Governo e excesso de informações e explicações, prejudicou a construção coletiva. Acaba por ser visto como um momento de divulgação única e exclusivamente das ações e projetos do Governo e não da prestação de contas de um processo de Consulta Popular que há muito ocorre no Estado;
- *Em se tratando das Diretrizes e Projetos:* o material apresentado não foi discutido com os parceiros do processo, estava incompleto, contraditório em suas versões e, mesmo os órgãos de Governo tinham informações díspares sobre as possibilidades de apresentação de projetos;
- *Em se tratando do cronograma e prazos:* o cronograma foi considerado exíguo, com pouco tempo de divulgação, o que reflete no desconhecimento e na dificuldade de

mobilização da população;

– *Em se tratando da Audiência Pública Regional:* metodologicamente apresentada para possibilitar a participação de qualquer cidadão, a audiência tem dois pontos a serem considerados negativos: primeiro, essa participação aberta possibilita que pessoas que não conhecem a dinâmica regional, o planejamento estratégico e as proposições de ação atuem de forma a conduzir o processo, desestimulando envolvidos há muito tempo e agindo por interesses corporativos e/ou setoriais; segundo, faz com que, e neste ano observou-se claramente isso, os órgãos de governo, desde os já tradicionalmente atendidos, até outros que estão mais engajados neste Governo, busquem projetos para viabilizar suas ações e demandas;

– *Em se tratando da ampliação da votação na internet para dois dias (04 e 05/07):* Os Coredes não concordam com o feito, já que, por decisão da Comissão de Coordenação Estadual e Regimento da Consulta estava explícito que a votação seria em 1 dia. Os municípios tem dificuldades de viabilizar a votação em mais dias quando pensada a possibilidade de votação manual ampliada, já que o trabalho é voluntário e a disponibilidade de todos em dois dias acaba sendo difícil;

– *Em se tratando da participação dos órgãos de Governo, que não os diretamente envolvidos (Seplag e coordenações):* a participação do Governo deixou a desejar, os órgãos do Estado participaram pleiteando projetos para viabilização das suas ações nas regiões. Foram ausentes como órgãos técnicos, de apoio na orientação dos projetos a serem apresentados. Ainda, ressalta-se a veemência da atuação dos órgãos da segurança pública que, em praticamente todas as regiões, estão vendo no orçamento da Participação Popular e Cidadã, a única perspectiva de acesso a recursos;

– *Em se tratando dos interlocutores das Secretarias do Estado:* os interlocutores não possuem as informações dos projetos e/ou não estão comprometidos com o processo da Consulta Popular;

– *Em se tratando da atuação das Coordenações Regionais:* os Coordenadores Regionais, devem ser os articuladores e parceiros, a partir da visão e percepção da Seplag e Governo do Estado, das necessidades e projetos regionais. No entanto, considerando relato de boa parte dos Coredes, estes têm atuado de forma político-partidária e não a partir da perspectiva do desenvolvimento regional. Além disso, há um sombreamento de atuação dos Coredes e Coordenações Regionais, o que demonstra a indefinição dos papéis dos Coordenadores. Prejudicou mais o processo, quando essa ação desmobilizou atores e entidades historicamente envolvidos;

– *Em se tratando dos COMUDES:* os mesmos atuam somente durante à Participação Popular e Cidadã;

– *Em se tratando do número de eleitores votantes:* a maioria dos Coredes relata queda na participação e votação. De forma geral justificadas pelos aspectos trazidos neste documento, de forma específica, a votação na internet sofreu prejuízos pois houveram problemas de acesso no início do dia 04/07, o que desestimulou a participação;

– *Em se tratando do período eleitoral:* a proximidade com o período eleitoral municipal, ou seja, o ano eleitoral, acaba por reforçar posições político-partidárias que não são objetivo deste processo de Participação Popular e Cidadã, fazendo com que discussões, encaminhamentos, projetos e a votação propriamente dita, seja comprometida;

– *Em se tratando do Planejamento Estratégico Regional:* relatos de Coredes que, com a construção da forma que ocorreu, não houve possibilidade de pensar os projetos regionais a partir da perspectiva dos Planejamentos Estratégicos, o que prejudica e inviabiliza ações explícitas nestes e necessárias ao desenvolvimento regional;

– *Em se tratando do montante de recursos:* a maioria dos Coredes indica que o montante de recursos para contemplar projetos na Participação Popular e Cidadã é baixo e deveria ser ampliado. Inclusive esse valor é questionado pelos executivos municipais que indicam que conseguem acessar maiores recursos de outras formas, sem precisar fazer o



trabalho que envolve a Consulta. Isso é fator preocupante e desestimulante na condução e efetivação do processo;

– *Em se tratando da execução dos recursos previstos na Consulta Popular/Participação Popular e Cidadã:* A baixa execução dos projetos da Consulta Popular, sejam eles do Orçamento atual, como dos passivos, além da morosidade nos encaminhamentos dos projetos, informações desencontradas, alterações de critérios após aprovado projeto pela população, desestimula a participação e o engajamento. Cabe destacar que o não pagamento dos passivos, acordados entre COREDES e Governo do Estado, é fator preponderante para a queda na votação. Não se trata de projetos aprovados em um ou outro Governo, e sim, de demandas aprovadas pela sociedade gaúcha nos diversos processos de Consulta Popular, conduzidos por COREDES, COMUDES e Governo do Estado. Ainda, além de ser baixa a execução das demandas, não há um cronograma de pagamentos que possa ser divulgado nas regiões, não há uma vinculação dos projetos aprovados com os executados ou itens entregues, assim, a população não consegue perceber com clareza se a votação destas prioridades faz sentido e deva mesmo ocorrer, fazendo com que a votação seja prioritariamente conduzida e não espontânea. O pouco recurso liberado não é divulgado nas regiões como oriundo da Participação Popular e Cidadã;

– *Em se tratando dos critérios de liberação de recursos:* os critérios de liberação de recursos, considerando as diferentes regiões não são claros, algumas regiões do Estado recebem recursos de projetos da Consulta e outras não;

– *Em se tratando do pagamento dos passivos:* inúmeros compromissos acordados e não cumpridos por parte do Governo, para execução do passivo da Consulta Popular.

#### **Sugestões de melhorias:**

– *Em se tratando do Caderno de Diretrizes:* sugere-se clarear as informações com indicação de valores e procedimentos, quando for o caso, para viabilizar e agilizar posterior preenchimento de planilhas, e o encaminhamento a contento dos projetos a serem votados pela população. O objetivo é não incorrer no risco de termos projetos aprovados que posteriormente terão que ser alterados ou não poderão ser executados, como em vários casos que já tivemos;

– *Em se tratando da mobilização e divulgação:* que sejam investidos mais recursos para divulgação e mobilização dos atores e da sociedade. Que os materiais sejam disponibilizados com antecedência e efetivamente cumpram com o objetivo de dar conhecimento à população e estimular a participação. Que seja dada a devida divulgação e conhecimento à sociedade do cronograma do processo e fases do trabalho;

– *Em se tratando da identificação de projetos e itens oriundos da Participação:* identificar com placas e/ou adesivos obras e equipamentos adquiridos com recursos da Consulta Popular. Verificar a possibilidade de vincular a uma marca do processo;

– *Em se tratando das Comissões Regionais:* que tenham atuação permanente no acompanhamento dos projetos, no pagamento dos valores devidos e na articulação regional;

– *Em se tratando da votação:* que sejam encontradas formas de ampliar a votação na internet, considerando que esta é caracteristicamente mais espontânea que a votação manual. Sugere-se melhorar os mecanismos de controle das votações e rever a eficácia da votação via telefone;

– *Em se tratando das demandas estratégicas regionais:* sugere-se clarear como serão trabalhadas, articuladas, eleitas, incorporadas no Orçamento e executadas pelo Estado do RS;

– *Em se tratando dos projetos:* que sejam feitos a partir da construção coletiva dos Coredes e seus Conselhos de Representantes e Comissões Setoriais, com os atores e

entidades de cada local/região, que estão engajadas e permanecem engajadas na construção coletiva regional;

– *Em se tratando do pagamento dos projetos da Consulta Popular:* sugere-se que seja feito e executado, segundo critérios técnicos a serem definidos pela Coordenação Estadual, um calendário dos pagamentos dos projetos votados, possibilitando a todas as regiões acompanharem a execução da Consulta Popular. E que, quando do pagamento de algum recurso, os Coredes, municípios e demais interessados fiquem sabendo da execução. Ainda, sugere-se que a liberação dos recursos de cada ano sejam liberados no início do ano e no decorrer do período, faça-se o acompanhamento das execuções e cronogramas de pagamentos;

– *Em se tratando do montante de recursos:* os Coredes reforçam seu pleito histórico de que seja discutido 100% e votado, via Consulta Popular, 2% do Orçamento do Estado;

– *Em se tratando das áreas a serem atendidas:* é da posição da maioria dos Coredes que as áreas de educação, saúde e segurança, como são as áreas de atuação do Governo do Estado, devam entrar no processo com projetos estratégicos e/ou estruturantes e não com vistas à busca de recursos para atendimento das necessidades básicas de atendimento à saúde, educação e segurança;

– *Em se tratando dos períodos eleitorais:* sugere-se verificar mecanismos para minimizar os efeitos do processo, pois estes exigem padrões de conduta dos atores envolvidos;

– *Em se tratando dos interlocutores das Secretarias:* que sejam qualificados para atuarem nos encaminhamentos dos projetos da Consulta Popular;

– *Em se tratando dos Coordenadores Regionais:* que sejam qualificados na diversidade e pluralidade, para atuar em prol do coletivo regional, conhecedores de seu papel e efetivos no acompanhamento e encaminhamentos dos projetos aprovados em cada região;

– *Em se tratando dos Comudes e Coordenação Municipais:* qualificar os membros dos Comudes e coordenadores municipais, para melhorar a elaboração das propostas e acompanhamento e avaliação das demandas aprovadas na Consulta;

– *Em se tratando da relação do Governo do Estado e COREDES:* sugere-se a discussão e aprimoramento das áreas, diretrizes e cronograma da Participação. Que os acordos e decisões coletivas sejam cumpridas, um trabalho conjunto de articulação e decisão;

– *Em se tratando dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES:* os mesmos, apesar de todos esforços dos atores envolvidos, precisam ser valorizados pelo poder público municipal, qualificados e articulados, para poderem agir em prol do desenvolvimento local e interagir com o desenvolvimento regional. Ainda, sugere-se a sensibilização dos executivos municipais para a atuação dos COMUDES;

– *Em se tratando das Diretrizes e Projetos:* as diretrizes de encaminhamentos devem ser claras e não alteradas no decorrer da Consulta. Não podem engessar o processo, no entanto, devem ser informações que viabilizem a execução dos projetos após sua aprovação. Devem ser focadas no desenvolvimento regional e discutidas previamente com os parceiros.

– *Em se tratando da participação dos órgãos de Governo, que não os diretamente envolvidos (Seplag e coordenações):* os servidores dos órgãos do Governo devem ser capacitados, qualificados para atuarem como órgãos técnicos, de apoio na orientação dos projetos a serem apresentados;

– *Em se tratando dos vínculos orçamentários de identificação dos projetos da Consulta:* que haja uma rubrica no Orçamento do Estado, desde a abertura do próprio orçamento, cadastro da demanda e uma ferramenta para acompanhamento com *status* do projetos. O código 7, que identifica todos os projetos votados e aprovados via Participação Popular e Cidadã não podem ser retirados, deve haver essa vinculação para identificação

e acompanhamento de execução;

– *Em se tratando da atuação do Governo no Processo de Participação Popular e Cidadã:* este que é um dos exemplos de processo de consulta e participação popular deve ser valorizado, preservado e articulado de forma a possibilitar a democracia, formação e valorização do capital social e desenvolvimento das regiões e do Estado, assim, sugere-se clarear os objetivos da Participação Popular e Cidadã no Governo do Estado, com vistas à percepção de que as ações oriundas deste e de toda a atuação são ações de Estado e não de Governo.

Ainda, como sugestões gerais:

- a valorização e respeito à Lei, Regimento e Diretrizes do processo de Participação Popular e Cidadã, pela Coordenação Estadual;
- a realização de cursos de capacitação para confecção de projetos, planos de trabalho e prestação de contas, considerando legislação, instrução normativa da CAGE e outras regulamentações, além da possibilidade de guias ou manuais que ajudem na elaboração dos referidos projetos;
- a viabilização de cursos de curta duração, extensões ou mesmo especializações que possibilitem a qualificação de lideranças com vistas ao desenvolvimento regional;
- a criação de um Núcleo Estadual Pró Desenvolvimento Regional, com o nome de Dinizar Becker, para estudos regionais de projetos estruturantes e captação de recursos.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento são parceiros neste que é um dos mais exitosos processos democráticos e de acumulação de capital social no Estado, no Brasil e no mundo, no entanto, reiteram que se trata da construção da governança regional, do desenvolvimento a partir das especificidades regionais, construído regionalmente.

Assim, reitera a necessidade do pagamento dos passivos, a necessidade de desvinculações da Consulta Popular com as vinculações político-partidárias e a transparência e eficácia do processo.